

**FACULDADES EST**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA**

GABRIEL VIEGAS KANITZ

O CONCEITO DE PREDESTINAÇÃO DE LUTERO COMPARADO AO  
CONCEITO DE PREDESTINAÇÃO NA FÓRMULA DE CONCÓRDIA

São Leopoldo

2020



GABRIEL VIEGAS KANITZ

O CONCEITO DE PREDESTINAÇÃO DE LUTERO COMPARADO AO  
CONCEITO DE PREDESTINAÇÃO NA FÓRMULA DE CONCÓRDIA

Dissertação de Mestrado Acadêmico do  
Programa de Pós-Graduação em Teologia  
da Faculdades EST

Professor Orientador: Wilhelm Wachholz

São Leopoldo

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

K164c Kanitz, Gabriel Viegas

O conceito de predestinação de Lutero comparado ao conceito de predestinação na Fórmula de Concórdia / Gabriel Viegas Kanitz ; orientador Wilhelm Wachholz. – São Leopoldo : EST/PPG, 2020.

154 p. : il. ; 31 cm

Dissertação (Mestrado) – Faculdades EST. Programa de Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo, 2020.

1. Lutero, Martin, 1483-1546. 2. Predestinação. 3. Formula Concordiae. 4. Eleição (Teologia). 5. Salvação (Teologia). I. Wachholz, Wilhelm, orientador. II. Título.

Ficha elaborada pela Biblioteca da EST

GABRIEL VIEGAS KANITZ

**O CONCEITO DE PREDESTINAÇÃO DE LUTERO COMPARADO  
AO CONCEITO DE PREDESTINAÇÃO NA FÓRMULA DE  
CONCÓRDIA**

Dissertação de  
Mestrado Para a  
obtenção do grau de  
Mestre em Teologia  
Faculdades EST  
Programa de Pós-Graduação em  
Teologia Área de Concentração:  
Teologia Fundamental Sistemática

Data de Aprovação: 07 de agosto de 2020

PROF. DR. WILHELM WACHHOLZ (PRESIDENTE)  
Participação por webconferência

PROF. DR. ONEIDE BOBSIN (EST)  
Participação por webconferência

PROF. DR. RICARDO WILLY RIETH (ULBRA)  
Participação por webconferência



## DEDICATÓRIA

Minha querida Raquel. Sou grato por ter recebido a dádiva celestial de ser teu esposo por todos estes vinte e seis anos. Dentre as muitas formas de Deus demonstrar o seu amor para comigo, tu és uma das mais preciosas. Não haveria na terra e nem haverá, outra pessoa com quem eu gostaria de estar casado e compartilhar a vida e a caminhada de fé.

Se há alguém que conheço que transborda bondade, esse alguém és tu. A forma como ages para comigo, para com nossos filhos, Maria Carolina e João Lucas, e para com todos e todas que te cercam, me inspira a querer amar mais ao nosso Senhor Jesus e ao próximo. Teu amor, fidelidade e carinho, são verdadeiros bálsamos dos céus nos momentos de desânimo em meio às lutas cotidianas. Teu meigo sorriso e tua singeleza, transbordam de teu coração, cheio de uma beleza, que só aumentou com o passar do tempo. Posso afirmar com certeza que se te amava quando começamos a namorar, hoje te amo muito mais, pois aprendi a apreciar-te, ao perceber gradualmente as nuances de teu ser. Cada culto ao nosso Senhor, cada passeio, cada jantar, cada abraço, são momentos valiosos que vivenciamos juntos e que guardarei para sempre em meu coração.

Relembro-me de tua insistência, há uns dois anos atrás, para que me dedicasse a este projeto, quando eu mesmo já não tinha mais vontade de fazê-lo. Por isto, dedico esta Dissertação a ti. Que este teu incansável estímulo, seja um instrumento de Deus para que minha pequena contribuição quanto a este assunto, sirva de alento aos corações angustiosos na caminhada da fé, quando dúvidas sobre a certeza de sua salvação eterna possam lhes sobrevir. E que possa ser um constante lembrete da preciosa graça de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo, o qual, sem motivo algum, a não ser o seu amor, nos escolheu antes da fundação do mundo para sermos seus filhos amados (Ef 1.4)!

Te amo minha princesa, minha amada, minha flor!





## AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar, ao Deus Triúno: Pai, Filho e Espírito Santo. Criador e Redentor. Autor e Consumador da fé. Consolador. Santo, Santo, Santo. O qual encontrou-me, miserável pecador, apenas por sua infinita misericórdia e graça, fazendo-me propriedade Sua e salvando-me pelo seu imenso amor. Sem Ti, não há razão para minha vida. A Ti, sejam, toda a Honra, Glória e Louvor, pelos séculos dos séculos. Amém!

À Edison Kanitz e Vera Lúcia Viegas Kanitz (*in memoriam*). Parte do que sou, vêm do amor e dedicação de vocês, meus pais amados. Aos meus sogros, José Cesário Prestes Nunes (*in memoriam*) e Aguida de Moraes Nunes, exemplos de pessoas cristãs, por seu amor e constantes orações. Aos meus filhos, Maria Carolina e João Lucas, herança do Senhor. Meu maior desejo é que vocês sirvam dedicadamente ao Senhor Jesus de todo o coração durante toda às vossas vidas.

Ao meu querido mestre Prof. Dr. Wilhelm Wachholz, que em meio à sua exígua agenda como Reitor da Faculdades EST, além de pacientemente orientar-me nesta pesquisa, fez preciosos apontamentos sobre o texto de minha Dissertação.

Aos Profs. Drs. Ricardo W. Rieth e Oneide Bobsin, que carinhosamente encontraram um espaço em suas lotadas agendas, aceitando mui gentilmente o convite para compor a Banca Examinadora que participará da defesa de minha Dissertação.

À Profa. Dra. Gisela Isolde Waechter Streck e ao Prof. Dr. Iuri Andréas Reblin, pelas diversas orientações metodológicas em minha pesquisa.

À Faculdades EST, seus professores e professoras, funcionários e funcionárias, pela maneira prestativa e carinhosa em sempre atender às minhas necessidades acadêmicas. Em especial ao pessoal da Secretaria e Biblioteca: Carla, Walmor, Günther, Leonice e Priscila. Vocês são demais!

Ao CNPq, pela concessão das Bolsas de Estudo (taxas e manutenção), as quais, proporcionaram os recursos necessários para a realização desta pesquisa.

Aos meus colegas, Prof. Me. André Daniel Reinke e Me. Dionata Rodrigues de Oliveira, por toda ajuda prestada na caminhada acadêmica.

A todos os irmãos e todas as irmãs da Igreja Assembleia de Deus do Jardim Botânico. Que igreja amada! Ao meu pastor, Rodrigo Majewski e aos demais líderes

desta querida congregação, Edileno Alcará e Israel Ramires, pelo apoio, orações e amor. Suas vidas me inspiram a dedicar mais e mais a minha vida ao Senhor.

Aos meus irmãos e amigos David Sander Soares Pinheiro, Leon Denis Corrêa, Gustavo Silveira da Silva e Thiago Surian. Este trabalho é fruto das muitas horas de intensa conversa com vocês sobre o assunto aqui discorrido.

E por fim, ao meu genro Matheus da Silveira Albuquerque, aos meus amigos e irmãos em Cristo, Tiago de Moraes Kieffer, Paulo Matheus Souza de Souza e às minhas queridas amigas, Marie Krahn e Sabrina De David, que com seus preciosos dons, trabalharam na “confeção do Abstract”, na tradução das obras em língua inglesa e na formatação e correção ortográfica em diversas partes desta Dissertação, embelezando-a, para Glória de Deus!

## RESUMO

O presente estudo teve por objetivo, investigar qual o conceito propagado por Martinho Lutero em algumas de suas obras em relação a doutrina bíblica da predestinação e realizar uma análise comparativa entre elas, a fim de saber se houve ou não modificações significativas em seu pensamento ao longo dos anos no que se refere a este assunto. Em seguida, averiguar qual o conceito de predestinação encontrado no documento confessional luterano denominado *Fórmula de Concórdia*, com o intuito de compará-lo ao conceito de predestinação de Lutero encontrado em suas obras aqui analisadas. Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, foram utilizadas, além de obras do próprio Lutero e do texto da *Fórmula de Concórdia*, algumas obras de importantes estudiosos de Lutero e da Reforma Protestante, como Alister E. McGrath, Jaroslav Pelikan, Paul Althaus e Walther von Loewenich. A estrutura da Dissertação está dividida em seis partes. Na parte introdutória, a primeira da Dissertação, foi apresentada uma breve conceituação do significado bíblico-etimológico do termo “predestinar”. Ainda nesta parte, foram tecidos comentários referentes à maneira como a Dissertação foi estruturada, bem como mencionadas algumas ressalvas metodológicas. A segunda parte, ocupou-se em verificar quais as possíveis influências dos conceitos predestinacionistas de Agostinho de Hipona e de alguns representantes do *Nominalismo* sobre a formulação do conceito de predestinação de Lutero, posto que a teologia ensinada por estes expoentes fez, de alguma maneira, parte de sua formação teológica basilar. Na terceira parte, esta pesquisa examinou qual o conceito de predestinação de Lutero esposado em sua obra denominada *De Servo Arbitrio*. Esta obra foi utilizada neste estudo como a “*opus magnum*” do reformador sobre predestinação, pois é nela que esta doutrina bíblica tem papel fundamental em sua argumentação quanto à salvação eterna dos seres humanos. Na quarta parte, a pesquisa tratou de investigar qual o conceito de predestinação encontrado em alguns trechos de seis obras de Lutero publicadas anteriormente e posteriormente ao *De Servo Arbitrio*, propondo realizar uma análise comparativa com o conceito encontrado na “*opus magnum*”. Para isto, foram utilizados os seguintes escritos: *A Epístola do Bem-aventurado Apóstolo Paulo aos Romanos* (1515-1516), *Preleção sobre a Primeira Epístola de João* (1527), *Comentário à Epístola aos Gálatas* (1531), *Os Artigos de Esmalcalde* (1537), *Preleção sobre Gênesis* (1535-1545) e *Prefácio aos Romanos* (1546). Na quinta parte, a pesquisa apresentou quais pressupostos doutrinários compuseram o conceito de predestinação encontrado no artigo de número XI da *Fórmula de Concórdia*, denominado “*Da eterna presciência e eleição de Deus*”, comparando-os pontualmente com o conceito predestinacionista de Lutero ensinado no *De Servo Arbitrio* e nas demais obras supracitadas. Por fim, na parte conclusiva desta Dissertação (sexta e última), a pesquisa constatou, além de um paradoxo ou tensão no conceito de predestinação ensinado por Lutero em suas obras, concordâncias e discordâncias entre tal conceito e algumas assertivas pertinentes ao conceito de predestinação ensinado pela confessionalidade luterana na *Fórmula de Concórdia*.

Palavras-chave: Predestinação, Lutero, *Fórmula de Concórdia*, Soteriologia, Escrituras, Queda, Pecado, Graça, Fé, Perdão, Salvação, Cristo.



## ABSTRACT

The present study aimed to investigate the concept propagated by Martin Luther in some of his works in relation to the biblical doctrine of predestination and to carry out a comparative analysis between them, in order to know whether or not there were significant changes in his thinking over the years in this regard. Then, it sought to find out what the concept was of predestination found in the Lutheran confessional document called the *Formula of Concord*, in order to compare it to Luther's concept of predestination found in his works analyzed here. As it is a bibliographic research, in addition to works by Luther himself and the text of the *Formula of Concord*, some works by important scholars of Luther and the Protestant Reformation were included, such as Alister E. McGrath, Jaroslav Pelikan, Paul Althaus and Walther von Loewenich. The structure of the Dissertation is divided into six parts. In the introductory part, the first one of the Dissertation, a brief conceptualization of the biblical- etymological meaning of the term "predestine" was presented. Still in this part, commentaries referring to the way the dissertation was structured were woven in and some methodological caveats were mentioned. The second part concerned itself with verifying the possible influences of the predestinationist concepts of Augustine of Hippo and some representatives of *Nominalism* on the formulation of Luther's concept of predestination, since the theology taught by these exponents, in some way, was part of his basic theological formation. In the third part, this research examined the concept of Luther's predestination espoused in his work called *De Servo Arbitrio*. This work was used in this study as the reformer's "*magnus opus*" about predestination because it is in this that this biblical doctrine plays a fundamental role in his argument about the eternal salvation of human beings. In the fourth part, the research investigated the concept of predestination found in some excerpts from six of Luther's works published prior to and after *De Servo Arbitrio*, in order to carry out a comparative analysis with the concept encountered in the "*magnus opus*". For this, the following writings were used: *Epistola beati Pauli apostoli ad Romanos incipit* (1515-1516), *Lecture on the First Epistle of John* (1527), *Commentary on the Epistle to the Galatians* (1531), *The Smalcald Articles* (1537), *Lecture on Genesis* (1535-1545) and *Preface to the Romans* (1546). In the fifth part, the research presented which doctrinal assumptions made up the concept of predestination found in article number XI of the *Formula of Concord*, called "*Of eternal foreknowledge and election of God*", comparing them specifically with Luther's predestinationist concept taught in *De Servo Arbitrio* and in the other works mentioned above. Finally, in the concluding part of this dissertation (the sixth and last one), the research found, in addition to a paradox or tension in the concept of predestination taught by Luther in his works, convergences and disagreements between this concept and some pertinent assertions regarding the concept of predestination taught by Lutheran confessionality in the *Formula of Concord*.

Keywords: Predestination, Luther, Formula of Concord, Soteriology, Scriptures, Fall, Sin, Grace, Faith, Forgiveness, Salvation, Christ.



# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
<b>2 INFLUÊNCIAS DO PENSAMENTO DE AGOSTINHO E DO <i>NOMINALISMO</i> SOBRE A FORMULAÇÃO DO CONCEITO DE PREDESTINAÇÃO DE LUTERO .</b>	<b>25</b>
2.1 O CONCEITO DE PREDESTINAÇÃO DE AGOSTINHO .....	26
2.2 O <i>NOMINALISMO</i> E O CONCEITO DE PREDESTINAÇÃO DE LUTERO .....	32
<b>3 O CONCEITO DE PREDESTINAÇÃO DE LUTERO NO <i>DE SERVO ARBITRIO</i> .</b>	<b>47</b>
3.1 PRIMEIRA PARTE DO <i>DE SERVO ARBITRIO</i> .....	48
3.2 SEGUNDA PARTE DO <i>DE SERVO ARBITRIO</i> .....	60
3.3 TERCEIRA PARTE DO <i>DE SERVO ARBITRIO</i> .....	74
<b>4 O CONCEITO DE PREDESTINAÇÃO DE LUTERO NOS ESCRITOS ANTERIORES E POSTERIORES AO <i>DE SERVO ARBITRIO</i>.....</b>	<b>77</b>
4.1 A EPÍSTOLA DO BEM-AVENTURADO APÓSTOLO PAULO AOS ROMANOS .....	79
4.1.1 <i>Primeiro Segmento - Provas da imutável predestinação nas Escrituras</i> .....	82
4.1.2 <i>Segundo Segmento - Das contestações e ressalvas dos que transferem a culpa da condenação eterna para a vontade ou desígnio de Deus</i> .....	85
4.1.3 <i>Terceiro Segmento - O consolo e a esperança que a doutrina da predestinação pode trazer às pessoas cristãs temerosas</i> .....	89
4.2 PRELEÇÃO SOBRE A PRIMEIRA EPÍSTOLA DE JOÃO .....	94
4.3 COMENTÁRIO À EPÍSTOLA AOS GÁLATAS.....	98
4.4 OS ARTIGOS DE ESMALCALDE .....	102
4.5 PRELEÇÃO SOBRE GÊNESIS.....	107
4.6 PREFÁCIO AOS ROMANOS 1546.....	111
<b>5 O CONCEITO DE PREDESTINAÇÃO NA <i>FÓRMULA DE CONCÓRDIA</i>.....</b>	<b>113</b>
5.1 INTRODUÇÃO AO ARTIGO XI DA EPÍTOME DA <i>FÓRMULA DE CONCÓRDIA</i> ...	116
5.2 <i>AFFIRMATIVA - DOCTRINA PURA E VERDADEIRA SOBRE ESTE ARTIGO</i> .....	117
5.2.1 <i>Primeira seção - Diferenças entre presciência e eleição: pontos dois, três, quatro e cinco da Affirmativa</i> .....	118
5.2.2 <i>Segunda seção - Abordagem correta sobre a doutrina da predestinação: pontos seis ao onze da Affirmativa</i> .....	121
5.2.3 <i>Terceira seção - Abordagem piedosa quanto à doutrina da predestinação - pontos doze, treze e quatorze da Affirmativa</i> .....	127
5.3 <i>ANTITHESIS OU NEGATIVA DOCTRINA FALSA SOBRE ESTE ARTIGO</i> .....	129
<b>6 CONCLUSÃO .....</b>	<b>139</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>149</b>





# 1 INTRODUÇÃO

A predestinação foi e ainda é um dos assuntos mais controversos da História da Igreja Cristã. Pelo fato de estar imbricada a uma das doutrinas centrais das Escrituras Sagradas, a doutrina da Salvação, o seu papel na *Ordo Salutis*<sup>1</sup> foi consideravelmente debatido. A problemática envolvendo a tensão entre a vontade de Deus e a resposta humana quanto à salvação eterna perpassa as Escrituras e por toda a tradição judaico-cristã.<sup>2</sup>

A palavra predestinar (ou seus cognatos, preordenar e predeterminar) aparece seis vezes no Novo Testamento (At 4.27- 28, Rm 8.29, Rm 8.30, I Co 2.8, Ef 1.5, Ef 1.11), para falar “exclusivamente acerca dos decretos de Deus”.<sup>3</sup> A ideia de uma predestinação divina é também encontrada no Antigo Testamento, principalmente na relação de Deus com seu povo escolhido, Israel.

De acordo com Gingrich e Danker, etimologicamente, o vocábulo predestinar vem do grego “*prohorizo*” (ou “*proorizo*”): decidir previamente.<sup>4</sup> W. E. Vine, liga-o ao vocábulo “determinar” conceituando-o como “demarcar de antemão ou determinar antes, preordenar”<sup>5</sup>. Jacobs e Krienke acrescentam que este é um vocábulo composto, formado por *pro*, “defronte, antes de”, e *horizo*, “ordenar, determinar”.<sup>6</sup>

O Léxico Grego-Português do Novo Testamento baseado em domínios semânticos, classifica o termo predestinação como pertencente ao domínio semântico do “pensar”, ao subdomínio do “decidir, chegar à conclusão”.<sup>7</sup> E traduz o mesmo como

---

<sup>1</sup> Do latim, *Ordem da Salvação*. SPROUL, R. C. **Sola Gratia**: a controvérsia sobre o livre-arbítrio na História. São Paulo: Cultura Cristã, 2001. p. 231.

<sup>2</sup> GEORGE, Timothy. **Teologia dos reformadores**. Tradução de Gérson Dudus e Valéria Fontana. São Paulo: Vida Nova, 1994. p. 74.

<sup>3</sup> JACOBS, Paul; KRIENKE, Hartmut. Verbetes Presciência, Providência, Predestinação. In: COENEN, Lothar; BROWN, Colin (Orgs). **Dicionário internacional de teologia do Novo Testamento**. Tradução de Gordon Chown. reimpr. São Paulo: Vida Nova, 2000. 2 v. p. 1796.

<sup>4</sup> GINGRICH, F. Wilbur; DANKER, Frederick W. **Léxico do Novo Testamento Grego/Português**. Tradução de Júlio P. T. Zabatiero. 2 reimpr. São Paulo: Vida Nova, 1991. p. 176.

<sup>5</sup> VINE, W. E; UNGER, Merrill F; WHITE JR., William. **Dicionário Vine**: o significado exegético e expositivo das palavras do Antigo e do Novo Testamento. Tradução de Luís Aron de Macedo. 7 ed. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2006. p. 557, 891.

<sup>6</sup> JACOBS; KRIENKE. In: COENEN; BROWN (Orgs), 2000, p. 1796.

<sup>7</sup> LOUW, Johannes P; NIDA, Eugene A. (Eds.) **Léxico Grego- Português do Novo Testamento baseado em domínios semânticos**. Tradução de Vilson Scholz. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2013. p. 313.

“chegar a uma decisão com antecedência, decidir de antemão, determinar previamente, decidir com antecedência”.<sup>8</sup>

Como doutrina bíblica, a predestinação é um dos tópicos que pertencem à Teologia Sistemática. Está dividida em dois aspectos: a *eleição* (para as pessoas crentes em Cristo) e a *reprovação* (para as pessoas que não creem em Cristo ou incrédulos).<sup>9</sup> É importante esclarecer, não obstante a classificação supracitada, que o termo *eleição* é muitas vezes usado como sinônimo de *predestinação*; daí que a doutrina da predestinação é “também conhecida como doutrina da eleição”.<sup>10</sup> O termo eleição, do grego *ekloge*, tem, segundo o *Dicionário Bíblico Unger*, três significados sinônimos ao de predestinar:

(1) Refere-se à escolha de nações e ou comunidades para receber privilégios especiais em relação ao cumprimento de uma tarefa específica. Nesse sentido, os judeus eram a ‘nação escolhida’, o ‘povo eleito’. No NT, as comunidades cristãs ou igrejas são referidas como ‘os eleitos’. (2) Refere-se à seleção de indivíduos para uma tarefa ou ofício específico. [...] (3) Refere-se à escolha de indivíduos com o propósito de se tornarem filhos de Deus e, portanto, herdeiros do céu.<sup>11</sup>

Partindo desta definição etimológica do termo *eleger* e sua semelhança significativa com a definição etimológica do termo *predestinar*, seria correto afirmarmos que quando ambos aparecem no texto bíblico, são *sempre* sinônimos? Não necessariamente. Neste trabalho, inclusive, será preservada a distinção dos aspectos positivo e negativo da doutrina da predestinação (eleição e reprovação), a não ser quando seja necessário ressaltar algum apontamento em contrário onde os termos predestinar e *eleger* forem usados por algum autor como sinônimos.

Baseado nas conceituações supramencionadas, infere-se que, quando se pensa em categorias bíblico-teológicas, a doutrina da predestinação pode ser definida como a escolha de alguma coisa ou pessoa antecipadamente para uma certa destinação; neste caso, à salvação ou à condenação eterna.<sup>12</sup>

<sup>8</sup> LOUW; NIDA, 2013, p. 323.

<sup>9</sup> GRUDEM, Wayne A. **Teologia Sistemática**: atual e exhaustiva. Tradução de Norio Yamakami et al. 8. reimpr. São Paulo: Vida Nova, 2012. p. 560.

<sup>10</sup> DIAS, Silas Barbosa. Verbete Predestinação. In: BORTOLLETO FILHO, Fernando (Org) et al. **Dicionário Brasileiro de Teologia**. São Paulo: ASTE, 2008. p. 804.

<sup>11</sup> UNGER, Merrill F.; HARRISON, R. K. **Dicionário bíblico Unger**. Tradução de Vanderlei Ortigoza e Paulo Sérgio Gomes. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2017. p. 370.

<sup>12</sup> Como poderá ser observado, a definição lexicográfica-sistemática dos diversos autores supracitados, coaduna com a interpretação de Lutero sobre o significado de predestinação apresentado em algumas de suas obras que serão analisadas nesta Dissertação.

Na época da Reforma Protestante do século XVI, quando diversas questões sobre a salvação e condenação eterna dos seres humanos foram intensamente debatidas, as discussões sobre a doutrina da predestinação voltaram a ter certa proeminência. E basta alguém mencionar este importante movimento religioso, que o nome de Martinho Lutero quase imediatamente vem à tona como sendo o seu principal expoente, prefigurando entre os maiores teólogos da História da Igreja. Sua teologia, como a de todos os pensadores proeminentes, não nasceu pronta. É fruto de um processo de uma vida inteira de dedicação ao estudo diligente das Sagradas Escrituras e dos pressupostos dogmáticos presentes em escolas do pensar teológico em épocas anteriores à sua, assim como do pensamento teológico de seus colegas contemporâneos. O que Lutero pensava acerca da doutrina da predestinação? Qual o seu conceito acerca deste tema?

Responder a estas perguntas é um dos objetivos desta Dissertação. Para isto, iniciaremos nossa investigação no capítulo de número *dois*, averiguando com quais ideias predestinacionistas Lutero teve contato em sua formação teológica inicial e em que sentido estas o influenciaram na formulação de seu próprio conceito acerca deste assunto. Para este intento, escolhemos à Agostinho de Hipona e a alguns dos representantes da corrente filosófico/teológica denominada de *Nominalismo*, dentre eles, Guilherme de Ockham, Thomas Bradwardine e Gregório de Rimini. Por que escolhemos estes pensadores e não a outros?

Lutero decidiu dedicar-se à vida religiosa após uma crise no verão de 1505 (a tempestade em Stotternheim em 2 de julho do corrente ano). Como uma espécie de voto por ter escapado com vida da tormenta, ingressou, ainda neste ano, no monastério dos Monges Eremitas de Santo Agostinho em Erfurt, sendo ordenado frade<sup>13</sup> no ano de 1507. Além da formação teológica obtida no mosteiro, Lutero foi enviado pelo vigário-geral de sua ordem, Johann von Staupitz para a Universidade de Wittenberg, onde em 1512, obteve o título de doutor em teologia.<sup>14</sup>

Em ambos os ambientes, a influência da teologia do patrono de sua ordem monacal, *direta* ou *indiretamente*, foi bastante significativa para o desenvolvimento de

---

<sup>13</sup> Alister McGrath afirma que Lutero, ao contrário do que se pensa, foi frade (*frater*) ao invés de monge como muitos pensam, pois, “monges estão ligados a um lugar específico; frades, a uma ordem específica”. McGRATH, Alister E. **Lutero e a Teologia da Cruz: a ruptura teológica de Martinho Lutero**. São Paulo: Cultura Cristã, 2014. p. 58.

<sup>14</sup> HÄGGLUND, Bengt. **História da teologia**. 6 ed. Porto Alegre: Concórdia, 1999. p. 180.

sua teologia basilar.<sup>15</sup> E se houve alguém que tratou de forma pormenorizada a doutrina da predestinação em sua teologia, foi o bispo de Hipona. Por estas razões, entendemos ser relevante que se investigue, em um primeiro momento, quais elementos soteriológicos<sup>16</sup> compuseram o conceito de predestinação professado por Agostinho, a fim de identificarmos possíveis similaridades e diferenças entre este e o conceito ensinado por Lutero.

A escolha dos nomes *nominalistas* supracitados, se deu a partir do contato com a obra de Silas Daniel, intitulada “*Arminianismo: a mecânica da salvação: uma exposição histórica, doutrinária e exegética sobre a graça de Deus e a responsabilidade humana*”. Até este contato, nem sequer cogitávamos existir qualquer ligação entre as ideias predestinacionistas destes vultos nominalistas e o conceito de predestinação de Lutero, sendo um assunto totalmente desconhecido para nós. Foi somente quando lemos nesta obra (a partir da tese do autor) sobre a existência desta possível influência, é que tivemos conhecimento deste assunto e começamos a pesquisá-lo. Dentre os vários proponentes supracitados do *Nominalismo*, com os quais Lutero teve *possível* contato, estes, deram especial destaque à doutrina da predestinação como um importante elemento em sua soteriologia. Assim, entendemos ser importante, a averiguação de seus conceitos predestinacionistas, bem como a possível influência destes sobre o construto do conceito de predestinação de Lutero.

O principal envolvimento de Lutero com a doutrina da predestinação, no entanto, ocorreria mais de uma década após a obtenção de seu título de doutor em teologia em Wittenberg. Em meados do ano de 1525, o reformador participaria de um intenso debate envolvendo questões soteriológicas, tendo como seu antagonista, um dos grandes intelectuais de seu tempo, Desidério Erasmo de Roterdã. A questão primordial debatida entre estes relacionava-se com a vontade do ser humano e a salvação eterna. E embora ambos fossem teólogos experientes, dedicados seriamente ao estudo das Escrituras, chegaram a conclusões extremamente opostas

---

<sup>15</sup> Conforme R.C. Sproul, “A influência do pensamento de Agostinho sobre Lutero é um assunto digno de registro”. SPROUL, 2001, p. 48.

<sup>16</sup> “Soteriologia (do grego *soteria*, salvação). Parte da Teologia, mais precisamente da Cristologia, que trata da história da salvação”. LA BROSSE, Olivier de; HENRY, Antonin-Marie; ROUILLARD, Philippe. **Dicionário de termos da fé**. Aparecida: Santuário; Porto: Editorial Perpétuo Socorro, [199-]. p. 733.

quanto a este assunto, posto partirem de pressupostos teológicos/antropológicos diferentes quanto à condição da natureza humana após a queda.

Ex-agostiniano e humanista, Erasmo propagava uma antropologia, onde o ser humano, mesmo após a queda no Éden, continuava a possuir uma vontade livre que o capacitava a buscar a salvação oferecida por Deus. A esta livre volição, denominou de “livre-arbítrio”. Proveniente desta premissa, surgiu sua obra endereçada a Lutero intitulada “*De libero arbitrio DIATPIBH sive collatio*”.<sup>17</sup>

Lutero rechaçava totalmente às ideias de Erasmo neste sentido, acreditando que a vontade do ser humano, por ter sido corrompida pela queda adâmica, encontrava-se totalmente escravizada ao pecado. E em resposta às proposições encontradas na obra do humanista, ele escreveria aquela que consideramos sua “*opus magnum*” sobre questões relativas à doutrina da Salvação, *De Servo Arbitrio*.<sup>18</sup> Apesar da predestinação não ser o tópico central tratado por Lutero nesta obra, é nela que seu conceito sobre este assunto foi “amplamente proposto”<sup>19</sup>, servindo como um dos elementos fundamentais para a sustentação de sua defesa contra o livre-arbítrio erasmiano. Portanto, entendemos ser propício começarmos nossa averiguação sobre quais as ideias predestinacionistas foram propagadas por Lutero em suas obras, justamente a partir dos apontamentos apresentados por ele neste escrito. E é sobre isto que se ocupará o capítulo de número três desta Dissertação.

Lutero, porém, não fez menção à doutrina da predestinação somente nesta obra, mas em outras, publicadas *anteriormente* e *posteriormente* a ela. É interessante notar, que com exceção de seus comentários em “*A Epístola do Bem-aventurado Apóstolo Paulo aos Romanos*”, publicada por volta de 1515-1516, Lutero pouco ocupou-se sobre este assunto em seus outros escritos, se comparado com a intensidade que dedicou-se em *De Servo Arbitrio*. Seria proveitosa a investigação nesta pesquisa destes “pequenos fragmentos” encontrados nestes outros escritos de Lutero, se a pujança da pena do reformador no tocante à predestinação não é tão presente como nestas duas obras supramencionadas? Pensamos que sim, posto que

---

<sup>17</sup> Ou “*De libero arbitrio Diatribe sive collatio*”. DREHER, Martin N. Introdução. In: LUTERO, Martinho. *Da Vontade Cativa*. In: **Obras Selecionadas**: Debates e Controvérsias, II. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, v. 4, 1993. p. 13.

<sup>18</sup> KOLB, Robert; TRUEMAN Carl R. **Entre Wittenberg e Genebra**: teologia luterana e reformada em diálogo. Tradução de Josáias Cardoso Ribeiro Júnior. Brasília DF: Monergismo, 2017. p. 119.

<sup>19</sup> HÄGGLUND, 1999. p. 198.

um dos objetivos desta Dissertação é averiguar qual o conceito de predestinação propagado por Lutero em sua teologia e não apenas no *De Servo Arbitrio*, bem como, se houveram ou não, modificações em seu pensamento quanto à doutrina da predestinação ao longo de sua vida.

Esta averiguação será realizada no capítulo de número *quatro*, o mais extenso desta Dissertação, devido ao *volume* de obras do reformador a serem analisadas. É importante deixar claro que uma análise exaustiva de todos os textos ou trechos sobre predestinação encontrados em todas as obras de Lutero, publicadas antes e depois do *De Servo Arbitrio*, estaria muito além do escopo da verificação a ser realizada neste trabalho. Por este motivo, selecionamos para esta análise, por ordem cronológica de publicação, as obras que em nosso parecer, contêm considerações importantes a respeito da predestinação a serem examinadas: *A Epístola do Bem-aventurado Apóstolo Paulo aos Romanos* (1515-1516), *Preleção sobre a Primeira Epístola de João* (1527), *Comentário à Epístola aos Gálatas* (1531), *Os Artigos de Esmalcalde* (1537), *Preleção sobre Gênesis* (1535-1545) e *Prefácio aos Romanos* (1546).

Terminada esta análise, passaremos a tratar do *segundo* objetivo de nossa pesquisa, o que será realizado no *quinto* capítulo desta Dissertação: investigarmos qual o conceito de predestinação encontrado em um importante documento confessional luterano denominado *Fórmula de Concórdia*, a fim de compará-lo ao conceito de predestinação de Lutero encontrado no *De Servo Arbitrio* e em suas demais obras supramencionadas.

A finalidade desta comparação é verificar se houve ou não mudanças substanciais entre o seu conceito e o do luteranismo confessional quanto à doutrina da predestinação. Porque realizar esta análise comparativa a partir das ideias encontradas neste documento confessional e não das assertivas encontradas em outros documentos, posto que este documento teve sua redação final aproximadamente três décadas após a morte do reformador?

Porque, em nosso entendimento, dentre os documentos confessionais luteranos, a *Fórmula de Concórdia* é o escrito que traz em seu conteúdo, uma exposição pormenorizada de como a confessionalidade luterana interpreta o que as Escrituras ensinam acerca da doutrina da predestinação. Diferentemente do conteúdo e da forma dos escritos de Lutero (o qual escrevia conforme as diversas demandas que se lhe apresentavam), o conteúdo da *Fórmula* é fruto de uma série de discussões

realizadas ao longo dos anos por um número expressivo de teólogos. Estas resultaram em um documento dividido em duas partes, *Epítome* e *Declaração Sólida*, estruturado em doze artigos dogmáticos.

Assim, serão apresentadas, nas seções estruturais do *quinto* capítulo, diversas citações *ipsis litteris* do conteúdo do artigo de número XI da *Fórmula de Concórdia*, intitulado “*Da eterna presciência e eleição de Deus*”, as quais servirão para que sejam feitas as devidas comparações com o conceito de predestinação propagado nos escritos de Lutero analisados neste trabalho. Da mesma maneira que não faz parte do *quarto* capítulo realizar uma análise pormenorizada da doutrina predestinacionista de Lutero encontrada em *todos* os seus escritos anteriores e posteriores ao *De Servo Arbitrio*, foge ao escopo desta Dissertação fazer uma descrição minuciosa de como ocorreu todo o desenvolvimento da composição deste escrito confessional. Já existem obras que o fazem detalhadamente<sup>20</sup>, podendo servir ao leitor ou à leitora e ao pesquisador ou à pesquisadora com interesse neste sentido. Logo, no *quinto* capítulo, será fornecido apenas um breve relato à guisa de introdução sobre em qual contexto histórico se situou o surgimento da *Fórmula*.

Após efetuadas as averiguações e análises comparativas nos capítulos supracitados, finalmente serão apresentadas, na parte conclusiva desta Dissertação, uma análise comparativa entre o conceito de predestinação encontrado nas obras de Lutero aqui elencadas e o conceito de predestinação descrito na *Fórmula de Concórdia*, juntamente com as constatações sobre quais as possíveis diferenças existentes entre estes conceitos.

Cabem aqui ainda *quatro* ressalvas metodológicas. *Primeiro*, para uma compreensão adequada do objetivo central de minha pesquisa, o qual se baseia parcialmente em um estudo comparativo entre os escritos de Lutero e destes com o conteúdo do artigo XI da *Fórmula de Concórdia*, os capítulos *três*, *quatro* e *cinco* desta Dissertação, apresentam partes resenhadas pormenorizadamente de trechos em sequência das obras de Lutero aqui analisadas e do artigo da *Fórmula*

---

<sup>20</sup> Duas obras, inclusive utilizadas nesta Dissertação, podem auxiliar neste detalhamento. A primeira, que gostaríamos de citar, é a obra de Erní Walter Seibert, intitulada “*Introdução às Confissões Luteranas: sua atualidade e relevância*”, publicada pela editora Concórdia. A segunda, é a obra de Günther Gassmann e Scott Hendrix que tem por título “*As Confissões Luteranas: introdução*”, publicada pela editora Sinodal sob a coordenação do Fundo de Publicações Teológicas/Instituto Ecumênico de Pós-Graduação em Teologia (IEPG) da Escola Superior de Teologia (EST).

supramencionado. Tais resenhas são necessárias, pois providenciarão parâmetros para uma averiguação analítica sobre possíveis discordâncias ou modificações entre o conceito de predestinação encontrado nas obras de Lutero e posteriormente, entre estas e o conceito de predestinação encontrado na *Fórmula de Concórdia*.

*Segundo*, para fins didáticos, não será analisada pormenorizadamente a *terceira parte* do *De Servo Arbitrio*, porque nela, pontos discutidos por Lutero quanto ao tema *predestinação*, como a total corrupção da natureza humana, inclinação da vontade do pecador para o mal, universalidade do pecado e impotência da liberdade da vontade, são tratados de maneira suficientemente satisfatória na *primeira* e *segunda* parte de sua obra. Insistir em uma nova análise seria redundância.

*Terceiro*, além do texto do *De Servo Arbitrio* publicado nas “*Obras Seleccionadas de Lutero*”, volume 4, e denominado como “*Da Vontade Cativa*”, utilizamos paralelamente nesta Dissertação, uma versão mais simplificada desta obra, publicada pela editora Fiel e editada por J.K. Davies, intitulada “*Nascido Escravo*”. O uso desta versão, devido a sua linguagem mais atualizada e de fácil compreensão, serviu de ajuda para a construção das resenhas presentes no texto do capítulo *três* da Dissertação. Não obstante este recurso, o uso deste escrito, obviamente, não substituiu a leitura e o emprego da obra *Da Vontade Cativa*, não só na construção do *texto* do capítulo *três*, como também na averiguação e análise sobre quais as ideias predestinacionistas de Lutero foram esposadas na sua *opus magnum*.

*Quarto*, o capítulo de número *cinco*, é o único onde o estudo comparativo entre as ideias predestinacionistas de Lutero encontradas nas obras aqui analisadas e as ideias predestinacionistas apresentadas no artigo XI da *Fórmula de Concórdia* será realizado diretamente. Usaremos esta metodologia neste capítulo, porque para esta análise, optamos por fazer prioritariamente, a abordagem de uma parte da *Fórmula*, a *Epítome*. Nela, embora encontremos uma síntese do pensamento confessional luterano sobre predestinação apresentada de forma sistemática, seu conteúdo pode ser descrito em poucas páginas, dificultando assim, a “*confeção*” de um capítulo embasado apenas em suas assertivas. Daí a necessidade da antecipação de uma análise pontual entre as assertivas apresentadas neste documento e as ideias de predestinação de Lutero. Outrossim, na parte conclusiva desta Dissertação, serão apresentadas quais foram as constatações resultantes desta análise comparativa realizada neste capítulo.



## 2 INFLUÊNCIAS DO PENSAMENTO DE AGOSTINHO E DO NOMINALISMO SOBRE A FORMULAÇÃO DO CONCEITO DE PREDESTINAÇÃO DE LUTERO

Conquanto a doutrina da predestinação seja tratada em diversos momentos pelos escritores bíblicos, quando se pensa na História da Igreja, atribui-se a Agostinho, importante teólogo e filósofo, considerado um dos “*Pais Latinos da Igreja*”, a primeira formulação conceitual desta doutrina.<sup>21</sup>

Por ocasião do debate com um monge bretão chamado Pelágio por volta de 412 d.C., conhecido como “*A Controvérsia Pelagiana*”<sup>22</sup>, onde uma série de questões ligadas à participação da volição humana concernentes à salvação foram discutidas, o conceito de predestinação de Agostinho veio à tona fortemente.

Dentre as perguntas centrais do debate, encontravam-se as seguintes: uma vontade livre poderia ser parte constituinte da natureza do ser humano após a queda no jardim do Éden? Caso esta livre volição exista, ela possibilitaria o pecador a voltar-se para Deus em busca da salvação? Seria a salvação um processo *sinérgico*<sup>23</sup> ao invés de um processo *monérgico*?<sup>24</sup>

Agostinho insistia, a partir da doutrina do pecado original, na total inabilidade da vontade do ser humano em voltar-se para Deus na busca de sua salvação eterna. Esta, depende totalmente da vontade de Deus e não de sua própria. Adão, ao pecar, transmitiu a toda a raça humana uma natureza pecaminosa, produtora desta incapacidade de querer buscar a Deus.<sup>25</sup>

Para Pelágio, esta transmissão não aconteceu. Desta forma, o ser humano ainda tem liberdade para buscar a salvação em Deus, posto não herdar de Adão uma natureza corrompida que o impeça de assim agir. Ou seja, a vontade humana, como

---

<sup>21</sup> BRUNNER, Emil. **A doutrina cristã de Deus**: dogmática: volume 1. São Paulo: Novo Século, 2004. p. 447.

<sup>22</sup> SPROUL, 2001, p. 39.

<sup>23</sup> “*Sinergia* (do grego *synergeia*, concurso, colaboração). Acção [*sic* Ação] coordenada de várias forças em ordem a um mesmo fim. [...] Na teologia oriental, doutrina da cooperação da graça e da liberdade, na qual o acento é posto na liberdade humana, no sentido em que Deus não pode salvar o homem sem o seu consentimento”. LA BROSSE; HENRY; ROUILLARD, [199-], p. 267.

<sup>24</sup> Processo *Monérgico* ou *Monergístico*: Significa que este processo é efetuado “por um simples protagonista, Deus. Significa literalmente ‘obra de um’”. SPROUL, 2001, p. 20.

<sup>25</sup> PELIKAN, Jaroslav. **A tradição cristã**: uma história do desenvolvimento da doutrina: o surgimento da tradição católica 100-600, volume 1. reimpr. São Paulo: Shedd Publicações, 2017. p. 303.

elemento constituinte de sua natureza, não foi corrompida a tal ponto pela queda no Éden, impossibilitando o pecador de querer ser salvo da condenação eterna.<sup>26</sup>

Se, na concepção de Pelágio, o ser humano possui uma liberdade intrínseca à sua natureza para buscar a salvação em Deus, segundo Agostinho, a vontade do ser humano está corrompida a tal ponto que este não buscará de forma alguma à Deus com este intento. É necessário que Deus liberte o pecador empedernido para isto acontecer: “O fundamento decisivo da salvação humana, portanto, não se encontra em nossos méritos ou no livre arbítrio, mas ao invés disso, na vontade de Deus. Para Agostinho, isto significava que os que foram escolhidos um dia serão salvos”.<sup>27</sup> E *somente* dentre os predestinados à salvação encontram-se as pessoas “escolhidas” ou eleitas. Para que compreendamos como Agostinho chegou a esta conclusão, é necessário examinar quais foram os pressupostos formuladores do seu conceito de predestinação.

## 2.1 O CONCEITO DE PREDESTINAÇÃO DE AGOSTINHO

A reflexão sobre a doutrina da predestinação no pensamento de Agostinho não ficou restrita ao embate com o monge bretão, mas ocupou um papel preponderante na soteriologia do bispo de Hipona, a ponto de desenvolver este assunto em diversas de suas obras.<sup>28</sup> Em “*A Predestinação dos Santos*”, uma de suas últimas obras, escrita aproximadamente em 429 d.C, encontramos uma síntese do conceito predestinacionista de Agostinho, o qual não difere do pensamento apresentado 17 anos antes em sua controvérsia com Pelágio:

‘São muitos os que ouvem a palavra da verdade, mas uns crêem, outros a contradizem. Os primeiros querem crer, ao passo que os segundos não o querem’. Quem ignora este fato? Mas como naqueles a vontade é preparada pelo Senhor, o que não acontece com os segundos, é preciso distinguir o que vem da sua misericórdia e o que vem de sua justiça. Diz o Apóstolo: *Aquilo a que tanto aspira, Israel não conseguiu: conseguiram-no, porém, os escolhidos. E os demais ficaram endurecidos. Como está escrito: ‘Deu-lhes Deus um espírito de torpor, olhos para não verem, ouvidos para não ouvirem,*

<sup>26</sup> SPROUL, 2001, p. 33-35.

<sup>27</sup> HÄGGLUND, 1999, p. 118.

<sup>28</sup> Bavinck afirma que “Até mesmo muito antes da controvérsia pelagiana, Agostinho já ensinava a doutrina da predestinação. Ele chegou a essa conclusão por seu estudo da Carta aos Romanos e quis apenas transmitir o ensino da Escritura[...]. Ele a apresentou primeiramente em seu *Quaestiones ad Simplicianum* (397) e depois a desenvolveu em sua obra *De correptione et gratia* (427), *De praedestinatione sanctorum* e *De dono perseverantiae* (428 ou 429)”. BAVINCK, Herman. O conselho divino. In: BOLT, John (Org). **Dogmática reformada: Deus e a criação: volume 2.** São Paulo: Cultura Cristã, 2012. p. 358.

*até o dia de hoje*. [...] Eis a misericórdia e o juízo; misericórdia para a eleição que alcançou a justiça de Deus; juízo para os demais que ficaram cegos.<sup>29</sup>

Quando alguém se depara com asseverações como estas pela primeira vez, é quase certo chegar à ululante inferência: inexoravelmente, Agostinho, em seu ensino, depreendia não somente uma eleição da parte de Deus, como uma reprovação; “[...] se alguém não é salvo, isto igualmente tem sua origem na vontade de Deus; Deus não desejou a salvação de tal pessoa. Pois nada pode ser feito sem a vontade e o poder de Deus”.<sup>30</sup>

Mas como este processo ocorre na vida dos seres humanos? Estaria Agostinho propondo que Deus, em seu plano eterno de salvação, teria predestinado alguns indivíduos à salvação (eleitos) e teria predestinado outros para a condenação (réprobos) antes mesmo que houvesse a criação e a queda no Éden? Ensinava ele uma *dupla predestinação* (ou *dupla predestinação absoluta*), expressão dogmática usada de maneira recorrente por diversos teólogos quando se referem ao seu conceito de predestinação?<sup>31</sup> Ou estaria ele ensinando um conceito onde Deus, em seu plano eterno de salvação, cria a humanidade, permite a queda e então elege apenas um número de indivíduos para a salvação (eleitos), e reprova a outros passivamente, preterindo-os ou abandonando-os à sua própria destinação, deixando-os seguir seu curso rumo à perdição eterna (réprobos)?

Antes de serem elaborados apontamentos conclusivos sobre qual conceito foi propagado por Agostinho, e de como isto influenciou a Lutero, é interessante observar as asseverações de alguns estudiosos da História da Igreja ou da História da Teologia sobre o conceito de predestinação ensinado por ele. Jaroslav Pelikan afirma ser uma *dupla predestinação*, compatível com o pensamento de Agostinho:

‘Ele, como aquele que é supremamente bom, faz o bom uso das obras más, para a condenação dos que ele justamente predestinou à punição e para a salvação os que de bom grado predestinou para a graça’[...]. A onipotência de Deus, mesmo no caso do condenado, alcançou seu propósito e a vontade do Senhor foi feita na terra como no céu. Então por que Deus criou aqueles que cuja queda sabia de antemão? Para manifestar sua ira e demonstrar o seu poder[...]. A história humana era a arena para essa demonstração, na qual as ‘duas sociedades de homens’ foram predestinadas, uma para reinar eternamente com Deus e a outra para passar pelo sofrimento eterno com o diabo[...]. Mas a dupla predestinação é aplicada não só à cidade de Deus e à

<sup>29</sup> AGOSTINHO, Santo, Bispo de Hipona. A predestinação dos santos. Tradução de Agostinho Belmonte. In: **A Graça (II)**. Tradução de Agostinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 1999. p. 163-164.

<sup>30</sup> HÄGGLUND, 1999, p. 118.

<sup>31</sup> PELIKAN, 2017, p. 301.

cidade da terra, mas também aos indivíduos. Alguns foram predestinados para a vida eterna; outros para a morte eterna; [...].<sup>32</sup>

As asseverações supracitadas, atestadas a partir de alguns fragmentos das obras do bispo de Hipona, onde ele se reporta à doutrina da predestinação, reforçam a ideia de seu ensino sobre uma *dupla predestinação* pré-ordenada por Deus antes da queda no Éden, sobretudo nos trechos onde salienta-se a relação criação/queda.

Contudo, ao contrário do pensamento de Pelikan, Lohse<sup>33</sup> e Brunner<sup>34</sup> afirmam incisivamente que Agostinho não teria ensinado uma predestinação nestes moldes. Alister McGrath compartilha desta ideia de Lohse e de Brunner:

Apenas a graça tem o poder de libertar a humanidade. Contudo, a graça não é concedida a todos, de uma maneira universal; ela é dada somente a alguns. Como resultado, somente esses serão salvos - esses a quem se concede a graça. Para Agostinho, a predestinação envolve o reconhecimento de que Deus não concede os meios de salvação para aqueles que não foram eleitos. [...] É importante observar que Agostinho destacou que isso não significava que alguns eram predestinados a condenação. Significava que Deus havia escolhido alguns dentre a massa da humanidade caída. Os poucos escolhidos foram certamente predestinados a salvação. O restante não foi, de acordo com Agostinho, efetivamente condenado a perdição; eles meramente não foram eleitos para a salvação.<sup>35</sup>

Diante destas declarações de McGrath, fica claro para ele, que o bispo de Hipona não ensinou uma predestinação *peremptória*<sup>36</sup> para a condenação e sim que Deus, da *massa da humanidade decaída*, predestinou alguns indivíduos para a salvação, os quais já haviam sido eleitos antes da queda, concedendo-lhes de forma particularista, o único meio que pode libertá-los de sua escravidão espiritual, a saber, sua graça. Aos demais, negou-lhes este meio, *permitindo* que sigam em sua escravidão espiritual.

A partir deste pressuposto, entretanto, um axioma se interpõe: se toda a humanidade se encontra caída em pecado, por que Deus concede sua graça *somente a alguns e a outros não*? Para esta questão, Agostinho não encontrou uma resposta

<sup>32</sup> PELIKAN, 2017, p. 301.

<sup>33</sup> “Não é verdade que Agostinho tenha asseverado uma dupla predestinação”. LOHSE, Bernhard. **A fé cristã através dos tempos**. São Leopoldo: Sinodal, 1972. p. 124.

<sup>34</sup> [...] Agostinho [...] fala de uma “*praedestinatio*” para a salvação, mas não de uma “Predestinação” para a destruição. BRUNNER, 2004, p. 449.

<sup>35</sup> McGRATH, Alister E. **Teologia sistemática, histórica e filosófica**: uma introdução à teologia cristã. 3 reimpr. São Paulo: Shedd Publicações, 2010. p. 531.

<sup>36</sup> Uso a palavra *peremptória* no sentido de *decretiva* ou *absoluta*.

suficiente; é um mistério divino inescrutável.<sup>37</sup> Sobre isto, concordam Pelikan<sup>38</sup>e Lohse.<sup>39</sup>

Isto posto, voltamos à questão central aqui em discussão: afinal, qual o conceito predestinacionista de Agostinho? As diversas considerações apresentadas por Pelikan, McGrath e Lohse, apesar de elucidativas, não chegam a apresentar um consenso sobre qual o conceito de predestinação propagado por ele. A devolutiva a este impasse é ambígua, mas pode ser a única coerente com o ensino de Agostinho sobre predestinação: em alguns momentos ele teria ensinado uma *dupla predestinação*, e em outros, uma predestinação que contempla a *eleição* e a *preterição* divinas (da massa decaída da humanidade). Bavinck sumaria o pensamento de Agostinho neste sentido:

O único fundamento da predestinação é a vontade absolutamente soberana de Deus. Ele não deve nada a ninguém e pode, com justiça, condenar todos os seres humanos, mas, em seu beneplácito, ele faz que um seja um 'vaso de honra' e outro um 'vaso de ira' (*De praed. sanct.*, 8 [Rm 9.21] KJV). Falar de predestinação, portanto, é falar de reprovação. Agostinho repetidamente a classifica sob o título de predestinação. Ele fala de uma 'predestinação para a morte eterna' (*De anima et eius orig.*, IV, 10; *De civ.*, XXII, 24), 'daqueles que foram predestinados para a destruição eterna' (*in Joh. Ev., tract.* 48), de um 'mundo predestinado para a condenação' (*ibid.*, 111), de Judas como 'predestinado para a perdição' (*ibid.*, 107) e assim por diante. Agostinho, portanto, interpretou I Timóteo 2.4 ['o qual deseja que todos os homens sejam salvos'] em um sentido restrito e de várias formas (*Enchir.*, 103; *De corr. et grat.* 14). Geralmente, porém, ele interpreta a predestinação como pré-ordenação para a salvação. Em conexão com a bondade, a predestinação é necessária. No caso dos maus, o pré-conhecimento - que ele interpreta não meramente como passivo, mas também como ativo - é suficiente. Deus não preordena para a destruição e para os meios que conduzem a ela - isto é, os pecados - da mesma maneira que preordena para a salvação e para os meios que conduzem a ela. [...] À questão de por que Deus rejeitou alguns e escolheu outros, particularmente por que ele rejeitou esta pessoa específica e escolheu outra, não há outra resposta além da vontade soberana de Deus. Ele tem misericórdia de quem quer e endurece a quem lhe apraz. [...] Geralmente, porém, Agostinho interpreta a reprovação negativamente, isto é, como preterição ou abandono (deserção), e geralmente não a considera como parte da predestinação, mas iguala esta com a eleição e classifica eleição e reprovação sob a rubrica da providência.<sup>40</sup>

<sup>37</sup> "A razão pela qual este é libertado de preferência àquele, tenha-se em conta que insondáveis são seus juízos e impenetráveis seus caminhos (Rm 11.33). Melhor será ouvir e dizer a este respeito: *Quem és tu, ó homem, para discutires com Deus?* (Rm 9.20), do que ousar dizer, como se soubéssemos, por que quis que ficasse oculto aquele que não pode querer nenhuma injustiça". AGOSTINHO, 1999, p. 170-171.

<sup>38</sup> "Em última análise, era um mistério impenetrável porque um tinha de receber a graça, e o outro não a receberia[...]" PELIKAN, 2017, p. 301.

<sup>39</sup> "Referente à questão, Agostinho não soube, em última análise, encontrar uma resposta satisfatória". LOHSE, 1972, p. 124.

<sup>40</sup> BAVINCK. In: BOLT(Org), 2012, p. 359, 371.

A paradoxalidade do descrito acima, apenas realça uma realidade bastante comum no pensamento de diversos teólogos: ao desenvolver determinados conceitos bíblico-teológicos, ênfases distintas sobre o mesmo assunto podem variar, apresentando-se de maneira paradigmática em diversos de seus escritos.

Bavinck ainda chama atenção para uma importante distinção feita algumas vezes por Agostinho entre predestinação e pré-conhecimento ou presciência divina: Deus tem um pré-conhecimento, ou uma “presciência da rejeição e do reprovado”, mas não uma “predestinação” para a condenação: Ele não induz o ser humano ao pecado, de sorte que há uma distinção entre os meios que usa para predestinar a eleitos e réprobos. Aos *primeiros*, Ele preordena a salvação por sua graça; aos *segundos*, Ele não os preordena à condenação e nem envia os meios para esta condenação, a saber, os seus pecados, os quais são cometidos por estes por sua própria vontade. Tal distinção, porém, não está livre de ser axiomática, pois para Agostinho, até mesmo o pré-conhecimento de Deus é *ativo*.<sup>41</sup>

A partir destas assertivas, Agostinho procurou preservar tanto a onisciência como a bondade divina. Deus sabe todas as coisas; Ele previu e permitiu a queda. Mas ao mesmo tempo, a entrada do pecado no mundo, tem origem a partir da rebelião humana contra a clara ordem divina, por meio de um ato de livre vontade. Nesta proposição, encontra-se uma defesa contra possíveis acusações de seus adversários em afirmar, a partir de ilações lógicas de seu ensino, que Deus, ao predestinar os réprobos à condenação, envia-lhes meios pecaminosos para chegar a este fim, sendo assim, o autor do mal. Para Agostinho, Deus é o *sumo bem* e nele não há treva alguma, não podendo jamais, por causa de seu caráter perfeito, induzir o ser humano à queda. O pensamento de Bavinck supramencionado é semelhante ao exposto por Louis Berkhof em sua obra *Teologia Sistemática*:

A sua apresentação da reprovação não é tão livre de ambiguidade como devia. Algumas das suas declarações fazem supor que na predestinação Deus conhece previamente o que Ele mesmo fará, conquanto também possa pré-conhecer o que Ele não fará - como no caso de todos os pecados; e fala dos eleitos como objetos da predestinação, e dos reprovados como objetos da presciência divina. Contudo, noutras passagens, ele fala também dos reprovados da predestinação, de sorte que não pode haver dúvidas de que ele ensinava a dupla predestinação. Entretanto, ele reconhecia a diferença que existe entre ambas, diferença que consiste em que Deus não predestinou uns para a condenação e os meios para esta do mesmo modo como predestinou outros para a salvação, e em que a predestinação para a vida é

---

<sup>41</sup> BAVINCK. In: BOLT (Org), 2012, p. 359.

um ato puramente soberano, ao passo que a predestinação para a morte eterna é também judicial e leva em conta o pecado do homem.<sup>42</sup>

Fica claro mais uma vez, a presença de diversos elementos já assinalados por Bavinck e que corroboram com a paradoxalidade do pensamento de Agostinho presente em seu conceito sobre predestinação. Por fim, Berkhof no comentário supramencionado, levanta uma importante questão referente ao conceito predestinacionista proposto por Agostinho: a demonstração tanto da misericórdia quanto da justiça divina.

Alguém, ao observar tal distinção, ainda que não seja baseada em nenhum fator a não ser uma escolha *incondicional*, poderia questionar se uma eleição particularista não seria injusta da parte de Deus. A resposta à esta pergunta é esta: Deus não seria *em nada* injusto se deixasse a humanidade inteira rumar à perdição. O ser humano, ao fazer uso de seu livre-arbítrio, escolhendo rebelar-se contra a clara ordem para não comer da árvore do conhecimento do bem e do mal, deveria apenas receber o castigo divino. A intervenção divina em salvar parte da humanidade, para Agostinho, é pura graça e misericórdia.

A partir das considerações feitas até aqui, pode-se afirmar que, em suma, o conceito de predestinação proposto por Agostinho é um conceito *complexo* no que diz respeito a esta doutrina. Contemplava por vezes tanto uma *dupla predestinação*, onde eleição e condenação são decretadas *antes* da criação e da queda, assim como uma predestinação nos seguintes termos: após a criação e a queda, para uma parte da massa decaída da humanidade (os réprobos), Deus nega-lhes a sua graça, *preterindo-os* em relação aos eleitos. *Permitindo* que sigam o seu rumo à condenação, aplica-lhes desta forma, a devida justiça por seus pecados.

Assim, para Agostinho, a salvação é um processo *monergístico*, onde Deus concede somente aos eleitos incondicionalmente o meio salvífico (graça), a fim de que não mais permaneçam “mortos em delitos e pecados, tenham o seu “espírito vivificado e sejam salvos da condenação eterna” (cf. Ef 2:1- 9).

Lutero iria desenvolver, séculos mais tarde, um conceito de predestinação composto por elementos muito semelhantes aos que constituíram o conceito de predestinação do patrono de sua ordem monástica. A presença destes elementos

---

<sup>42</sup> BERKHOF, Louis. **Teologia Sistemática**. Tradução de Odayr Olivetti. Campinas: Luz para o Caminho, 1990. p. 110, 111.

pode ser encontrada em diversas de suas obras, como veremos a partir do capítulo de número *três*. Uma análise sucinta entre os dois conceitos será realizada na conclusão desta Dissertação.

## 2.2 O NOMINALISMO E O CONCEITO DE PREDESTINAÇÃO DE LUTERO

Embora Lutero em seus primeiros anos de vida como frei e teólogo tenha se apoiado muito em Agostinho<sup>43</sup>, sua formação teológica em Erfurt e Wittenberg não esteve restrita apenas a uma influência direta da teologia do patrono de sua ordem monacal. No mosteiro, ele deu início à sua jornada teológica, baseando-se no programa de estudos de uma escola ou corrente de pensamento existente dentro da Ordem Agostiniana, denominada *via moderna*.<sup>44</sup>

Para McGrath, a expressão *via moderna* neste contexto, se refere a uma “nova filosofia associada a [...] Guilherme de Ockham<sup>45</sup>[...] caracterizada por seu nominalismo metafísico.”<sup>46</sup> Devido a esta caracterização essencial, os termos, *via moderna*, *Nominalismo* e *Terminismo*<sup>47</sup> estão imbricados de tal forma que são usados muitas vezes como sinônimos intercambiáveis.

Lutero estudou a dogmática ockhamista, representada no mosteiro a partir do *Collectorium* de Gabriel Biel e dos comentários sobre as sentenças de Pedro d’Ailly.<sup>48</sup> Quanto à relação da influência deste contato sobre Lutero, Gerhard Ebeling afirma: “Em Erfurt, onde só havia a *via moderna*, forçosamente se tornou occamista<sup>49</sup> ou, como também se dizia, em função do problema ontológico-epistemológico dos universais, relacionado com essa diferença de escolas: um nominalista”.<sup>50</sup>

McGrath também comenta que Lutero em sua idade avançada, nas suas “*Conversas à Mesa*”, não só discutiu as diferenças entre *Terminismo* e *Realismo*, como se identificou como um “*terminista modernus*”.<sup>51</sup> Porém, como poderá ser

---

<sup>43</sup> HÄGGLUND, 1999, p. 181.

<sup>44</sup> McGRATH, 2014, p. 62.

<sup>45</sup> Guilherme de Ockham é por vezes chamado de William de Ockham. McGRATH, Alister E. **Origens intelectuais da Reforma**. São Paulo: Cultura Cristã, 2007. p. 88.

<sup>46</sup> McGRATH, 2014, p. 49.

<sup>47</sup> McGrath salienta que no início do século XVI, o *Nominalismo* foi chamado também de *Terminismo*. McGRATH, 2014, p. 57.

<sup>48</sup> HÄGGLUND, 1999, p. 180.

<sup>49</sup> ou ockhamista.

<sup>50</sup> EBELING, Gerhard. **O pensamento de Lutero**: uma introdução. São Leopoldo: Sinodal, 1988. p. 28.

<sup>51</sup> McGRATH, 2007, p. 79, 80.



observado mais adiante, Lutero, nesta autodesignação, não estava afirmando uma fidelidade irrestrita a todo o “pacote” doutrinário nominalista. Sua teologia, como veremos adiante, diferiu em diversos pontos essenciais da teologia deste movimento.

Em função disto, não é pretensão deste trabalho fazer uma descrição detalhada das origens desta tendência teológica.<sup>52</sup> Pretendemos apenas conceituar basicamente o significado do termo, averiguar qual a incidência do *Nominalismo* na formação teológica de Lutero, e, como já referido, entender em que sentido, alguns elementos presentes nesta corrente de pensamento podem ou não ter ligação com o conceito de predestinação formulado por ele em suas obras.

*Nominalismo* é o termo usado para referir-se a algumas “tendências”<sup>53</sup> teológicas originárias da baixa Idade Média: “Em seu sentido descritivo correto, o termo se referia à negação da existência de universais extramentais (ou seja, “terminismo”)<sup>54</sup>, se acentuando ao invés disto, “o caráter deles como nomes (*nomina*) ou constructos lógicos”<sup>55</sup>. Carl E. Braaten define-o como “[...] posição [...] que sustenta que os universais não têm realidade em si mesmos. Há somente coisas individuais que são agrupadas sob um nome ou conceito comum”.<sup>56</sup> Em uma concepção desdenhosa ao seu significado, o termo *Nominalismo*, porém, aludia a diversos aspectos depreciativos vinculados a esta negação. Dentre estes, encontra-se o *Voluntarismo*<sup>57</sup>, ao qual, o conceito de predestinação esposado pelo ockhamismo da *via moderna* estava vinculado. E este é o aspecto ou sinônimo do *Nominalismo* mais interessante para esta pesquisa, pois é a partir dele que se pode notar alguma similaridade com a teologia de Ockham e os pressupostos predestinacionistas de Lutero. Quais são as características do *Voluntarismo* estabelecedoras desta relação?

Uma pequena conceituação do significado desta tendência e sua relação com o *Nominalismo* fornecida por Roger Olson, pode ajudar a esclarecer qual a ligação entre esta e o conceito de predestinação encontrado em Lutero:

---

<sup>52</sup> Para quem tem um interesse mais amplo neste assunto, as obras de Alister McGrath “*Origens Intelectuais da Reforma*” e “*Lutero e a Teologia da Cruz*”, ambas publicadas pela editora Cultura Cristã e utilizadas nesta Dissertação, trazem uma análise específica aprofundada acerca do *Nominalismo* e qual a relação deste movimento com a teologia da Reforma e de Lutero.

<sup>53</sup> McGRATH, 2014, p. 80.

<sup>54</sup> McGRATH, 2014, p. 80, 81.

<sup>55</sup> GEORGE, 1994, p. 45.

<sup>56</sup> BRAATEN, Carl E. Prolegômenos à dogmática cristã. In: BRAATEN, Carl E.; JENSON, Robert W. (Eds) et al. **Dogmática cristã**: volume 1. 3 ed. São Leopoldo: Sinodal, 2005. 2 v. p. 55.

<sup>57</sup> McGRATH, 2014, p. 81.

Nominalismo, é claro, é a crença de que beleza, verdade e bondade são nada mais do que conceitos, ideias convencionais, construções. Eles não têm nenhuma realidade ontológica. Eles não são essências eternas ou universais; tais não existem. Levado para a teologia, então, tem-se o voluntarismo na doutrina de Deus. Deus não tem uma natureza eterna de caráter; ele é puro poder e vontade. Deus é tudo o que Deus decide ser. O resultado é que o 'bom' é qualquer coisa que Deus ordena, e Deus não ordena nada pelo fato de algo ser bom. [...] 'Bom' se torna o que Deus decide e faz e, em última análise, perde totalmente o sentido, pois não tem conexão essencial com qualquer coisa que conheçamos como 'o bom'.<sup>58</sup>

Na descrição acima, para o *Voluntarismo*, os valores morais são fundamentados totalmente na soberania da *vontade* divina. Na filosofia voluntarista, é Deus, a partir de sua vontade, que conceitua ou mensura o que é bom ou ruim, mesmo que o conceito "universal" dos seres humanos sobre o que bom ou ruim, não tenha nenhuma conexão ou destoe do conceito divino. Na ideia de Hägglund, é justamente quanto à predestinação que o voluntarismo de Ockham (ou Occam) é esposado de maneira fulcral:

Deus é a Vontade Absoluta. Em sua **potentia absoluta** é independente de qualquer lei. Portanto, se o homem pode ser salvo ou não, isto depende exclusivamente do decreto de Deus. [...] Toda a ética ocamista era marcada pelo mesmo ponto de vista. O que é bom é bom porque Deus assim o considera.<sup>59</sup>

O que o pensamento predestinacionista supramencionado de Ockham *a priori* defende? Estaria ele propondo um conceito onde Deus salva alguém ou não, única e exclusivamente a partir de seu querer, e não a partir de algum mérito, hábito<sup>60</sup> ou obra produzida pelo pecador que possa servir como meio para este fim? E em que sentido seu conceito pode ter alguma ligação com o conceito de predestinação de Lutero apresentado em sua teologia?

O conceito de predestinação voluntarista de Ockham, baseado na *potentia dei absoluta*, a partir da qual, "[...] Deus é completamente livre e pode agir independente de todas as regras"<sup>61</sup>, não se sujeitando a nenhum padrão, princípio ou regra moral

<sup>58</sup> OLSON, Roger E. **A diferença quase completamente desconhecida que faz toda a diferença (entre cristãos e cultura e entre cristãos e cristãos)**. Tradução de Samuel Paulo Coutinho. Disponível em: <<https://deusamouomundo.com/calvinismo/nominalismo-voluntarismo>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

<sup>59</sup> HÄGGLUND, 1999, p. 172.

<sup>60</sup> O termo hábito supramencionado refere-se à uma das ideias defendidas por Ockham. Para ele, "a graça era a nova condição no homem, o **habitus infusus**, outorgado como recompensa aos que faziam tudo o que podiam para se prepararem para o recebimento da graça." Mesmo Lutero tendo sido influenciado por Ockham, este foi um dos pontos de sua teologia rejeitado por ele. Lutero ensinava que a graça era "o perdão dos pecados que só pode ser recebido pelos que são por si mesmos pecadores e nada valem perante Deus". HÄGGLUND, 1999, p. 184.

<sup>61</sup> HÄGGLUND, 1999, p. 160.

concebidos pelos seres humanos como mensuradores éticos, salvando ou condenando a quem quisesse somente a partir de sua vontade e nada mais, apresenta pressupostos semelhantes aos pressupostos encontrados, séculos depois, na teologia predestinacionista de Lutero. Isto significa que as ideias sobre predestinação de Lutero no tocante à vontade absoluta de Deus são ensinadas de maneira estritamente idêntica às de Ockham ou de seus mestres da *via moderna*? De forma alguma.

Mc Grath salienta que, quando Ockham concebe uma vontade de Deus livre para salvar ou deixar de salvar o pecador, ele está se referindo às discussões acerca das relações entre mérito e salvação, próprias do conceito medieval onde estava inserido, e não sobre uma predestinação conforme apregoada por Agostinho, onde eleitos e réprobos são salvos ou condenados independentemente de suas ações:

As primeiras escolas dominicanas e franciscanas adotaram uma abordagem *intelectualista* da relação entre as esferas moral e meritória, reconhecendo uma correlação direta entre os valores morais e meritórios de um ato. Nesse caso, acredita-se que o intelecto divino reconhece o valor moral de um ato humano e confere a ele o valor meritório correspondente, sendo que a transição entre os dois é efetuada pela graça ou caridade. [...] As origens da postura voluntarista podem ser remontadas a[...] e William Ockham, que enfatizavam a descontinuidade radical entre o valor moral e meritório de um ato, sendo que[...] este último baseava-se inteiramente numa decisão voluntária da vontade divina. [...] O valor meritório de um ato, não precisa, portanto, ter qualquer relação direta com seu valor moral, [...].<sup>62</sup>

Este texto deixa claro em que sentido o conceito de predestinação de Ockham afirma a *potentia dei absoluta*. O seu voluntarismo defendia a vontade divina como o único fator decisivo quanto ao que pode ter valor meritório ou não para a salvação, desassociando-os necessariamente de valores morais conforme mensurados pela ética humana.<sup>63</sup>

Mesmo assim, os méritos estavam presentes na ideia ockhamista como meios legítimos para se alcançar a salvação. Ainda que a vontade de Deus seja o fator decisivo quanto à salvação, esta é feita de forma *mediada* a partir de méritos humanos. Tal pressuposto é inconcebível na teologia de Lutero, para quem, Deus predestina a partir de sua soberana vontade em conceder sua *graça incondicionalmente*, não levando em conta nenhum mérito ou demérito, justamente pelo fato de todos os seres humanos estarem debaixo do pecado. O próprio

---

<sup>62</sup> McGRATH, 2007, p. 87, 88.

<sup>63</sup> McGRATH, 2007, p. 88.

entendimento do papel da graça salvífica no pensamento de Ockham, outro elemento essencial na doutrina da predestinação, diferenciava totalmente do pensamento do reformador, chegando a ser afetado pelo pelagianismo:

A concepção do plano da graça de Occam foi influenciada por ideias pelagianas. Quando o homem fez tudo o que é capaz de fazer (**facit quod in se est**), é recompensado com dons da graça. O homem é capaz, com suas próprias forças, de produzir méritos de tipo inferior (**meritum de congruo**). Seus poderes naturais podem até capacitá-lo a amar a Deus acima de todas as coisas.<sup>64</sup>

Enquanto para Ockham, os pecadores que “fazem o seu melhor” (*facit quod in se est*) são divinamente recompensados com a graça divina<sup>65</sup>, para Lutero, nenhum ato de qualquer ser humano pode ser considerado meritório para que este seja justificado diante de um Deus justo e santo.

Portanto, se pode depreender que a vontade divina era fator preponderante na teologia de Ockham. Acusá-lo de um “pelagianismo puro” seria, talvez, uma classificação radical. No pensamento de Lutero, esta vontade também era essencial para a salvação dos indivíduos. A diferença entre seus pressupostos estava no emprego soteriológico desta vontade, diametralmente oposto em suas teologias.

Outra semelhança concebível entre as ideias nominalistas e as de Lutero quanto à predestinação pode estar ligada à sua principal característica, a “negação dos universais”. O comentário de Volker Leppin, neste sentido, é elucidativo:

Assim, com uma doutrina nominalista que acentuava o singular, praticamente não era possível explicar que Jesus Cristo tivesse salvado toda a humanidade - uma vez que o conceito universal seria apenas uma construto linguístico-conceitual, enquanto real seria apenas o ser humano singular.<sup>66</sup>

Ao fazer tal acentuação, a partir da valorização do singular sobre “os universais”, o *Nominalismo* encontrava uma dificuldade em esclarecer como Jesus poderia ter efetuado uma salvação universal. Acabava apresentando indiretamente, também por consequência desta dificuldade, a possibilidade para a proposição de uma salvação particularista, pressuposto predominante em asserções feitas por Lutero em algumas de suas obras ao comentar sobre a doutrina da predestinação.

<sup>64</sup> HÄGGLUND, 1999, p. 171.

<sup>65</sup> McGRATH, 2007, p. 85.

<sup>66</sup> LEPPIN, Volker. Teologia na Idade Média tardia. In KAUFMANN, Thomas et al (Orgs). **História Ecumênica da Igreja 2**: da alta Idade Média até o início da Idade Moderna. Tradução de Irineu J. Rabuske. São Paulo: Loyola: Paulus; São Leopoldo: Sinodal, 2 v. 2014. p. 186.

É preciso salientar, como supramencionado, que embora algumas ideias nominalistas tenham marcado consideravelmente o pensamento de Lutero, muito cedo, ele se desassociou de pontos essenciais desta tendência teológica.<sup>67</sup> Apesar de sua consideração carinhosa por Ockham,<sup>68</sup> ele se referiu aos expoentes nominalistas como “teólogos-porcos”.<sup>69</sup>

Lutero entendia que a propensão pelagiana ou semi-pelagiana presente na doutrina da graça ockhamista, era um pressuposto soteriológico que deveria ser completamente abandonado. Ele próprio o repudiou em sua teologia, principalmente após a descoberta da justificação por graça e fé:

Lutero sustentou que era despropositado afirmar que o homem pode com suas forças naturais amar a Deus sobre todas as coisas, preparando-se desta maneira para receber a graça. Ao invés disso, é característica do homem natural o amar-se a si mesmo e ao mundo, e opor-se a Deus. A graça precede a boa vontade, e para que alguém possa fazer o bem é preciso que se torne bom primeiro.<sup>70</sup>

Na visão antropológica de Lutero, devido à doutrina do pecado original, nada há de bom no ser humano no que diz respeito às questões espirituais. Sua natureza está totalmente corrompida e não pode mover-se em direção à Deus. Como veremos no próximo capítulo, esta é uma das premissas básicas em sua defesa contra Erasmo, repetida diversas vezes de maneira renitente em todas as suas obras. Inclusive, foi como remédio a esta inabilidade do pecador quanto à sua salvação, que Lutero propôs no escrito endereçado ao humanista, uma *soteriologia monergística* semelhante à defendida por Agostinho contra Pelágio. O *monergismo*, elemento preservado em sua teologia por toda sua vida, serviu como uma das molas-mestras para o distanciamento do pelagianismo de seus mestres da *via moderna*.

Enfim, baseado na ligação entre o *Nominalismo* presente de maneira significativa na formação teológica de Lutero em Erfurt, é plausível que existam somente algumas *incidências ou possíveis ligações indiretas* da *potentia dei absoluta* (presente no conceito de predestinação voluntarista ockhamista) e do princípio da “negação dos universais” sobre o conceito predestinacionista encontrado em seus

<sup>67</sup> HÄGGLUND, 1999, p. 181, 182.

<sup>68</sup> Lutero chamava a Ockham de “*Occam, mein lieber meister!*” (“Ockham, meu querido mestre!”). DANIEL, Silas. **Arminianismo: a mecânica da salvação**: uma exposição histórica, doutrinária e exegética sobre a graça de Deus e a responsabilidade humana. 2 ed. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2017. p. 142.

<sup>69</sup> GEORGE, 1994, p. 76

<sup>70</sup> HÄGGLUND, 1999, p. 182.

diversos escritos.

Se em Erfurt uma possível influência na teologia de Lutero quanto à predestinação se deu através da *via moderna*, em Wittenberg, esta influência pode ter acontecido através de outra escola, chamada *schola Augustiniana moderna*<sup>71</sup>:

O termo *schola Augustiniana moderna* começou a ser usado para fazer referência a uma possível escola de pensamento, simultaneamente nominalista ou terminista em sua lógica (e, portanto, alinhada nesse respeito à *via moderna* de Guilherme de Ockham) e radicalmente agostiniana em sua compreensão da graça, do pecado e da natureza humana.<sup>72</sup>

Partindo de tais pressupostos soteriológicos da *schola Augustiniana moderna*, será examinado em que sentido e de que maneira o conceito predestinacionista desta escola pode ter influenciado Lutero em seu conceito de predestinação.

Conquanto o principal representante da *via moderna* foi Ockham, a *schola Augustiniana moderna* teve sua representação a partir das ideias de um dos maiores teólogos do século XIV, Gregório de Rimini.<sup>73</sup> Seu conceito predestinacionista estava imbricado, sobretudo ao conceito de Agostinho<sup>74</sup> e às ideias de outro importante nominalista: Thomas Bradwardine.

Bradwardine foi professor de teologia e filosofia na Universidade de Oxford e membro da elite intelectual e eclesiástica inglesa. Também foi capelão do rei Eduardo III, arcebispo de Cantuária e posteriormente, promovido a *primaz* da Inglaterra.<sup>75</sup> Em suas ideias sobre predestinação, propagava uma *dupla predestinação* semelhante à propagada por Agostinho, que contempla a eleição e reprovação incondicional dos pecadores respectivamente para a salvação e condenação eterna, baseada na soberana vontade de Deus. Sobre o conceito de predestinação de Bradwardine, Jaroslav Pelikan comenta:

O tratamento dado por Bradwardine (Brad. *Caus.* 1.45 [Savile, p. 425]) a Esaú e Jacó como tipos de predestinação para a salvação e a reprovação deve sua inspiração à exegese de Agostinho das palavras bíblicas 'eu amei Jacó, mas rejeitei Esaú (Mt 1,2,3; Rm 9.13; Ag. *Pelag.* 2.7.15, 4.6.16 [CSEL 60.475-78,

<sup>71</sup> Conforme McGrath, Heiko A. Oberman argumentou que os estatutos de 1508 da Universidade de Wittenberg, "estabeleceram a presença da *schola Augustiniana moderna*, dentro da faculdade de artes, definida por um conjunto de distintivos teológicos." McGRATH, 2014, p. 98.

<sup>72</sup> McGRATH, 2014, p. 92.

<sup>73</sup> McGRATH, 2014, p. 92.

<sup>74</sup> LEPPIN, 2014, p. 187.

<sup>75</sup> LEPPIN, 2014, p. 186.

538-40]; Ag. *Retract.* 1.22.3 [CSEL 36.107-8]'.<sup>76</sup>

Para Bradwardine a salvação eterna do ser humano está vinculada estritamente à predestinação divina. Este não pode fazer qualquer coisa a favor de sua salvação, já que sua vontade está presa ao pecado como afirmava Agostinho, e jamais poderia mover-se livremente em direção a Deus, a não ser que por sua soberana misericórdia o liberte, concedendo-lhe sua graça regeneradora.

A “Guerra dos Cem Anos”, ocorrida na Europa no período de 1337 a 1453, acabou por isolar Oxford do resto do continente europeu, e sendo Bradwardine um “sacerdote secular”, não teve como difundir as ideias radicais agostinianas. Estas seriam difundidas pelo supracitado Gregório de Rimini.<sup>77</sup> A ligação entre Bradwardine e Gregório é destacada por McGrath:

[...]Bradwardine não tinha uma ordem religiosa para difundir suas ideias. [...] Porém, é a versão parisiense desse agostinianismo acadêmico, associado a Gregório de Rimini, [...] que é particularmente relevante com relação às origens intelectuais da Reforma.<sup>78</sup>

Gregório foi monge eremita agostiniano (chegou a ser *geral* da Ordem dos Monges Eremitas de Santo Agostinho em 1357).<sup>79</sup> O fato de pertencer a uma ordem religiosa o ajudou, ao contrário de Bradwardine, a difundir seus ensinamentos. Foi um dos nomes mais proeminentes do *Nominalismo*, sendo considerado como “porta-estandarte dos nominalistas (*antesignanus nominalistarum*)”.<sup>80</sup>

Gregório também defendeu um tipo de predestinação determinista ou uma *dupla predestinação*. Para Leppin, ele ensinava uma doutrina da predestinação radical, sendo o primeiro teólogo após Gottschalk<sup>81</sup> a defender uma dupla predestinação na sua forma mais estrita, objetivando assim, destacar a atuação da graça de Deus na vida daqueles que Nele creem.<sup>82</sup> Pelikan vai deixar claro em seu comentário abaixo, a íntima ligação entre Gregório e Agostinho com relação à doutrina da predestinação:

<sup>76</sup> PELIKAN, Jaroslav. **A tradição cristã**: uma história do desenvolvimento da doutrina: a reforma da Igreja e o dogma, 1300-1700, volume 4. São Paulo: Shedd Publicações, 2016. p. 87.

<sup>77</sup> McGRATH, 2007, p. 93.

<sup>78</sup> McGRATH, 2007, p. 93.

<sup>79</sup> LEPPIN, 2014, p. 187.

<sup>80</sup> McGRATH, 2007, p. 79.

<sup>81</sup> Monge saxão que residiu no mosteiro de Orbais na França e que defendeu e proclamou “a dupla predestinação na sua forma mais extremada”. HÄGGLUND, 1999, p. 129.

<sup>82</sup> LEPPIN, 2014, p. 187.

Outros importantes teólogos do período também concentraram sua atenção no termo 'plano' na frase 'plano de salvação' e transformaram as doutrinas da predestinação e da reprobção o foco de sua soteriologia (bem como da sua eclesiologia) Defensores de Agostinho como[...] e Gregório de Rimini, em oposição ao neopelagianismo que discerniam a sua volta, estavam dispostos a seguir seu mestre em tudo. Agostinho, em sua obra *Manual (Enchiridion)* e em outros lugares[...], afirmara abertamente a existência de uma predestinação para a punição não menos que uma predestinação para a graça. Gregório de Rimini, citando o *Manual (Enchiridion)* junto com Romanos 9.18, declarou: 'Como Deus predestinou desde a eternidade aqueles que quer, não por causa de qualquer mérito futuro, como também condena desde a eternidade aqueles que quer, não por causa de seus futuros deméritos'. [...] Deus, como onisciente, é claro, conhecia tanto os méritos quanto os deméritos, mas não fundamentou sua predestinação para a salvação ou a condenação nesse seu conhecimento.<sup>83</sup>

Ao afirmar uma *dupla predestinação* baseada nas premissas soteriológicas de Agostinho, Gregório reitera a ligação direta desta com a graça divina como função *sine qua non* na salvação do pecador: somente os eleitos recebem esta graça. Sem ela, não há nada que possam fazer para a sua salvação, o que aponta para um processo *monérgico* na *Ordo Salutis*.

Mesmo ficando evidente que ambos os nominalistas defenderam um conceito de predestinação embasado em uma das possíveis concepções predestinacionistas de Agostinho<sup>84</sup>, onde a eleição e a reprobção dos seres humanos quanto à salvação eterna tinham, como causa última, a vontade divina, eles nem sempre concordaram quanto aos seus pressupostos teológicos, até mesmo naqueles referentes às suas ideias relacionadas a esta doutrina. E suas diferenças aumentam consideravelmente quando comparadas com os proponentes nominalistas da *via moderna*.

Destarte, antes de prosseguir para as considerações finais entre a possível influência do *Nominalismo* sobre Lutero, é necessário deixar claro que esta filosofia não foi um sistema teológico coeso, e sim, multifacetado. Como, neste trabalho, uma das propostas é verificar qual a influência da teologia nominalista relativa ao conceito de predestinação de Lutero, torna-se necessária uma breve comparação das ideias soteriológicas dos nominalistas supracitados, a fim de que as diferenças entre eles sejam salientadas.

Um exemplo claro desta diferença encontra-se entre a soteriologia de Bradwardine e a dos teólogos da *via moderna*. Embora seja considerado um

---

<sup>83</sup> PELIKAN, 2016, p. 86.

<sup>84</sup> Como supramencionado, Agostinho pode tanto ter ensinado uma *dupla predestinação absoluta* ou uma *eleição e preterição* da massa corrompida da humanidade.



nominalista, existem diferenças radicais entre o seu conceito soteriológico e o dos “moderni”.<sup>85</sup> Aliás, no entendimento de Josemar Bessa, foi justamente na Universidade de Oxford, um dos principais centros da *via moderna*, que Bradwardine deu início à primeira reação negativa contra a soteriologia propagada por esta escola.<sup>86</sup>

Conforme Leppin, Bradwardine defendeu ardorosamente o agostinianismo a partir de recursos aristotélicos contra a soteriologia adotada pela *via moderna*, considerada por ele como o “pelagianismo moderno”.<sup>87</sup> Em sua obra *De causa Dei adversus Pelagium*, ele atacou com veemência tal soteriologia a partir do esquema filosófico/teológico de causa primeira e causa segunda, onde Deus era a causa primeiríssima, ou seja, a causa determinante de todas as causas segundas criadas, eliminando totalmente a atuação de uma volição humana livre na participação do processo salvífico.<sup>88</sup>

Gregório também discordou com veemência de alguns dos pressupostos de seus “colegas” da *via moderna*. Como nominalista, adotou o pressuposto básico do movimento: a negação dos universais. No que diz respeito à soteriologia, suas perspectivas eram bem diferentes. Na *schola Augustiniana moderna*, de maneira semelhante à Bradwardine, promoveu uma série de ideias que destoavam acentuadamente de alguns pressupostos soteriológicos ensinados pela *via moderna*. Como já mencionado anteriormente, ele desenvolveu sua soteriologia enfatizando elementos centrais da teologia de Agostinho, tais como a corrupção total da natureza humana a partir da queda (o que ressalta a doutrina do pecado original), a necessidade da graça para a salvação, a iniciativa de Deus na justificação do pecador decaído<sup>89</sup> e, principalmente, uma predestinação radical que contemplava a salvação apenas dos eleitos. O comentário de McGrath sintetiza bem as discordâncias entre a *via moderna* e a *schola Augustiniana moderna*:

---

<sup>85</sup> Nome dado aos proponentes da *via moderna*. McGRATH, 2014, p. 81.

<sup>86</sup> BESSA, Josemar. **História da Humanidade: a Idade Média e o Renascimento** - c. 1050 - c. 1500 - Parte I. Disponível em: <<http://jbhistoria.blogspot.com/2006/07/idade-mdia-e-o-renascimento-c-1050-c.ht>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

<sup>87</sup> LEPPIN, 2014, p. 186.

<sup>88</sup> LEPPIN, 2014, p. 186, 187.

<sup>89</sup> BESSA, Josemar. **História da Humanidade: a Idade Média e o Renascimento** - c. 1050 - c. 1500 - Parte I. Disponível em: <<http://jbhistoria.blogspot.com/2006/07/idade-mdia-e-o-renascimento-c-1050-c.ht>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

Apesar de haver paralelos consideráveis entre a *via moderna* e a *schola Agostiniana moderna*, é importante entender que também havia divergências. Acima de tudo, os teólogos da *schola Agostiniana moderna* desenvolveram uma Teologia da graça intensamente anti-pelagiana, incluindo uma Teologia da predestinação dupla absoluta, uma ênfase sobre a depravação da humanidade[...] uma Teologia distante tanto da soteriologia da *via moderna* quanto da Teologia mais moderada da tradição agostiniana mais antiga[...] apesar dessa convergência extraordinária com a *via moderna*, a Teologia radicalmente teocêntrica dos escritos anti-pelagianos de Agostinho domina a soteriologia da *schola Agostiniana moderna* e a distingue da soteriologia da *via moderna*.<sup>90</sup>

Ao observarmos o pensamento de Ockham e o de Gregório, encontramos diferenças relevantes. O *segundo* foi certamente influenciado pela epistemologia do primeiro, mas suas proposições soteriológicas são distintas das proposições encontradas no pensamento ockhamista. Se alguns proponentes da *via moderna* afirmavam que os seres humanos podem dar início a um processo sinérgico de salvação, fazendo suas melhores obras perante Deus, Gregório, baseado em seu conceito de predestinação, insistia que Deus não somente poderia iniciar, como fazer sozinho todo o processo salvífico do pecador: é um processo totalmente *monérgico*. Quanto a estas diferenças antropológicas de Gregório e da *via moderna*, também é pertinente o comentário de Josemar Bessa:

O '*caminho moderno*'<sup>91</sup> defendia que a maior parte dos recursos necessários (*mas nem todos*) para a salvação eram inerentes à natureza humana. As virtudes de Cristo são exemplo de recurso que se encontram fora da natureza humana; a capacidade de resistir ao pecado e voltar-se para a virtude representa, para um escritor como Biel, um vivo exemplo de um recurso soteriológico que se encontra na própria natureza humana. Em clara oposição, Gregório de Rimini alegava que esses meios encontravam-se exclusivamente fora da natureza humana. Mesmo a capacidade de renunciar ao pecado e voltar-se para a virtude surgia por meio da ação de Deus e, não do ser humano.<sup>92</sup>

Se, para *via moderna*, o “coeficiente ativo” da salvação acontece por um processo em que a vontade humana e méritos de Cristo são combinados, para Gregório, a efetivação da salvação ocorre sempre, a partir da vontade de Deus. Bessa assevera que estas abordagens diferentes entre as “escolas” nominalistas representam formas “completamente distintas de entendimento do papel de Deus e

<sup>90</sup> McGRATH, 2007, p. 92, 94.

<sup>91</sup> Designação referente aos proponentes da *via moderna*. BESSA, Josemar. **História da Humanidade: a Idade Média e o Renascimento - c. 1050 - c. 1500 - Parte I**. Disponível em: <<http://jbhistoria.blogspot.com/2006/07/idade-mdia-e-o-renascimento-c-1050-c.ht>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

<sup>92</sup> BESSA, Josemar. **História da Humanidade: a Idade Média e o Renascimento - c. 1050 - c. 1500 - Parte I**. Disponível em: <<http://jbhistoria.blogspot.com/2006/07/idade-mdia-e-o-renascimento-c-1050-c.ht>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

do homem na justificação”.<sup>93</sup> E, entre os dois grandes proponentes da *schola Augustiniana moderna*, quais eram suas divergências?

Mesmo Bradwardine e Gregório defendendo uma *dupla predestinação*, havia diferenças fundamentais no desenvolvimento desta doutrina por parte de ambos. Bradwardine, por não considerar a queda adâmica como elemento central em sua soteriologia, tem levado alguns estudiosos a questionar sua posição sobre a predestinação como especificamente “agostiniana”. Gregório, em decorrência de sua ênfase na história da salvação, preservou a doutrina da queda, componente primordial na antropologia de Agostinho.<sup>94</sup> Esta ocupava lugar de preponderância na teologia do patrono do monastério de Erfurt, concedendo uma base para diversos elementos presentes em sua soteriologia, o que se pode observar nos comentários deste capítulo sobre a *Controvérsia Pelagiana*. Quanto à afirmação feita sobre o “não-agostinianismo” de Bradwardine, pensamos que não se pode mensurar a posição teológica de alguém sobre uma doutrina, a partir da afirmação ou negação de um elemento componente desta doutrina. A oposição feita por Bradwardine à antropologia pelagiana, no mínimo, aproxima-o soteriológicamente do pensamento do bispo de Hipona: os seres humanos, como criaturas impotentes, dependem da onipotente e soberana vontade divina em conceder sua graça para sua salvação.

Assim, a partir destas dessemelhanças conceituais, pode-se inferir que, no *Nominalismo*, havia o compartilhar de certas ideias em comum entre os seus expoentes; unanimidade em todos seus pressupostos, nem tanto:

Nos últimos 50 anos, pesquisas extensivas acerca dos conceitos lógicos, epistemológicos e teológicos de autores tidos tradicionalmente como ‘nominalistas’ revelam um quadro semelhante: ao que parece, há pouca coisa em comum entre as figuras em questão, além de uma rejeição do realismo.<sup>95</sup>

Isto posto, volta-se à questão da ligação entre Lutero, a *schola Augustiniana moderna* e a doutrina da predestinação: Pode-se encontrar alguma marca da predestinação agostiniana de Bradwardine e de Gregório no conceito de predestinação formulado por Lutero em suas obras? Teve ele algum contato com as proposições destes dois importantes nominalistas?

<sup>93</sup> BESSA, Josemar. **História da Humanidade: a Idade Média e o Renascimento** - c. 1050 - c. 1500 - Parte I. Disponível em: <<http://jbhistoria.blogspot.com/2006/07/idade-mdia-e-o-renascimento-c-1050-c.ht>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

<sup>94</sup> McGRATH, 2007, p. 93.

<sup>95</sup> McGRATH, 2007, p. 76.

Em relação à possível influência de Bradwardine sobre o construto da predestinação de Lutero, Emil Brunner afirma: “Lutero, também, em sua obra *de servo arbitrio*, questiona o determinismo estrito de Bradwardine completamente sem trégua, com extrema, para não dizer brutal, lógica”<sup>96</sup>. Não obstante tal afirmação, McGrath assevera que Bradwardine teve uma influência limitada e indireta sobre Lutero, por meio das ideias de Wycliffe.<sup>97</sup>

Quanto à incidência do pensamento de Gregório de Rimini sobre Lutero, as posições se dividem. McGrath comenta que segundo Stange e Oberman, Lutero teria sofrido uma considerável influência de Gregório, tendo entrado em contato com a sua teologia a partir da *schola Augustiniana moderna* tanto em Erfurt como em Wittenberg. Oberman amparou sua tese a partir da possibilidade que uma das *vias* presentes em Wittenberg, denominada *via Gregorii*, seria uma menção a Gregório de Rimini e sinônimo de *schola Augustiniana moderna*. McGrath discorda totalmente das afirmações de Stange e Oberman, pois em seu entender, a evidência textual indica fortemente que Lutero pode não ter tido nenhum conhecimento *direto* da teologia do nominalista antes da disputa de Leipzig em 1519.<sup>98</sup>

Isto, deporá contra a possível influência das ideias de Gregório sobre o conceito de predestinação de Lutero? Não obrigatoriamente. Apesar de resistir à afirmativa de um contato *direto* entre a teologia de Gregório e a de Lutero antes de

---

<sup>96</sup> O autor, ao referir-se sobre a obra de Lutero, menciona a mesma com letras *minúsculas*. O termo *questiona* nesta frase, não está empregado no sentido de refutar, mas sim, no de argumentar retoricamente com a intenção de apresentar uma aprovação das ideias deste teólogo nominalista. BRUNNER, 2004, p. 450.

<sup>97</sup> Lutero teria lido e aprovado uma declaração de John Wycliffe (considerado um pré-reformador) derivada de Bradwardine. Tal declaração, assinala McGrath em uma nota no final desta sua obra, pode, não de maneira obrigatória, estar ligada à uma antiga declaração de Lutero, em 1518 (WA 1.359.32), sobre a condição da volição humana após a queda no Éden: “*Liberum arbitrium post peccatum res est de solo titulo*” (O livre-arbítrio após o pecado é só um título). (tradução nossa). McGRATH, 2007, p. 93, 227.

<sup>98</sup> McGrath se opõe fortemente contra as teses de Stange e Oberman. Para ele, há fortes evidências que o termo *via Gregorii* seja sinônimo de *via moderna* e não de *schola Agostiniana moderna*. Para ele, embora, existem motivos para se sugerir que uma “[...] *schola Agostiniana moderna* - se desenvolveu dentro da ordem agostiniana na Baixa Idade Média[...]”, Lutero não teria entrado em contato com a mesma, tanto em Erfurt, como em Wittenberg. Ele ainda chama a atenção para o fato de Oberman ter modificado seu posicionamento sobre esta relação, passando a afirmar que Lutero teria conhecimento desta última escola a partir de seu mentor, Johannes von Staupitz. McGrath discorda de Oberman também neste ponto, afirmando que tal “[...]sugestão intrigante traz consigo três grandes dificuldades”. Destas, a terceira é a mais contundente: Staupitz não se refere em nenhum momento em seus escritos a Gregório de Rimini ou a algum teólogo desta escola, algo impensável se a proposição de Oberman estivesse correta. McGrath ainda vai salientar que a sugestão de que a *schola Agostiniana moderna* estivesse “[...] plenamente estabelecida na ordem agostiniana do século 16 não nos permite concluir que era representada em todas as casas priorais agostinianas da Europa, como a de Erfurt”. McGRATH, 2007, p. 109-114.

1519, McGrath não descarta totalmente a possibilidade de um contato entre as suas ideias, porém, de maneira *indireta*.<sup>99</sup> O próprio Lutero, em seu escrito “*Comentários de Lutero sobre suas Teses Debatidas em Leipzig*”, escrito em 1519, cita Gregório de Rimini em três momentos distintos.<sup>100</sup> Menciono a *primeira* e a *terceira* citação, pois o conteúdo da *segunda*, além de ínfimo, é praticamente idêntico ao da *primeira*.

Pois é certo que os modernos (como são chamados) estão de acordo com os escotistas e tomistas neste ponto (isto é, na questão do livre arbítrio e da graça), exceto com aquele um, Gregório de Rimini, a quem todos condenam; também ele demonstra, com correção e eficácia, que eles são piores que os pelagianos. Pois entre os escolásticos é ele o único que, contrariando a todos os escolásticos mais recentes, concorda[...] com Agostinho e com o apóstolo Paulo. [...] Em sexto lugar[...] menciono o argumento do qual Sto. Agostinho[...] e que também Gregório de Rimini repete[...]. O argumento é este: As virtudes se discernem pelos fins, não pelos serviços prestados. Porque, fora da graça, toda a virtude procura apenas seus próprios interesses; [...].<sup>101</sup>

Ao citar Gregório, Lutero o elogia no que tange à sua oposição aos modernos pelagianos (os nominalistas da *via moderna*) quanto à graça e ao livre-arbítrio e liga suas ideias quanto a estes elementos dogmáticos a Agostinho e até mesmo ao apóstolo Paulo. O mínimo que se pode deduzir destas afirmações é que, embora McGrath possa estar correto sobre Lutero não estar familiarizado diretamente com a teologia de Gregório de Rimini antes de 1519, alguns elementos de sua soteriologia, os quais estavam imbricados com a doutrina da predestinação, não lhes eram totalmente desconhecidos.

A *única* obra de Lutero a ser analisada nesta pesquisa anterior a esta data é “*A Epístola do Bem-aventurado Apóstolo Paulo aos Romanos*”. Mas a influência da teologia predestinacionista de Bradwardine e de Gregório sobre o conceito de predestinação de Lutero até mesmo nesta obra, não é totalmente descartável. Isto porque, ainda que Lutero possivelmente não tenha tido um contato com a *schola Augustiniana moderna*, e faltem indícios de uma influência textual direta de seus principais signatários sobre sua teologia (ao menos antes de 1519), pode-se inferir,

<sup>99</sup> McGRATH, 2007, p. 113.

<sup>100</sup> LUTERO, Martinho. Comentário de Lutero sobre suas Teses Debatidas em Leipzig In: **Obras Seleccionadas**: Os Primórdios: escritos de 1517 a 1519. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1987. v. 1. p. 337, 338, 342, 353.

<sup>101</sup> LUTERO, 1987, p. 337, 338, 353.

mais uma vez, uma influência *indireta* ou uma similaridade dos conceitos predestinacionistas destes teólogos sobre o seu conceito de predestinação.<sup>102</sup>

Antes de passar à análise dos textos do *De Servo Arbitrio*, gostaríamos apenas de afirmar que o conceito predestinacionista de Lutero não está preso ou “encaixado” conceitualmente em nenhuma das categorias encontradas nas proposições dos teólogos nominalistas. Ainda assim, sua soteriologia não é *totalmente* isenta de alguma influência de sua formação teológica basilar nominalista.

Caso existam outras similaridades ou nuances mais periféricas entre as ideias de Lutero e as ideias dos proponentes nominalistas referidos neste capítulo, quanto à doutrina da predestinação, estas serão destacadas nos capítulos seguintes, podendo assim, ainda oferecer outros elementos para a análise comparativa a ser realizada no capítulo final desta Dissertação.

---

<sup>102</sup> Esta nota de rodapé no *Comentário de Lutero sobre suas Teses Debatidas em Leipzig*, afirma uma possível influência sobre a teologia de Gregório de Rimini sobre a de Lutero: “Gregório de Rimini [...] agostiniano eremita, [...]. Em 1357 tornou-se geral da Ordem Agostiniana. Na filosofia, seguiu o nominalismo de Occam. Na teologia, porém, afastou-se do nominalismo, designado por ele de semi-pelagianismo, e defendeu o agostinismo extremado. *Deve ter influenciado Lutero*. LUTERO, 1987, p. 337. (grifo nosso).

### 3 O CONCEITO DE PREDESTINAÇÃO DE LUTERO NO *DE SERVO ARBITRIO*

Em 1º de setembro de 1524, o famoso humanista holandês, Desidério Erasmo de Roterdã, publicou sua obra *De libero arbitrio Diatribe sive colatio*. Endereçada a Lutero, tinha a intenção de posicionar-se contra a antropologia do reformador, afirmando a existência de um livre-arbítrio na vontade do ser humano após a queda no que concerne a questões de cunho espiritual. A resposta de Lutero a Erasmo viria aproximadamente um ano após a publicação da *Diatribe*. A pedido de sua esposa, Katharina von Bora, Lutero elaborou sua réplica ao humanista, publicada em 31 de dezembro de 1525, intitulada *De Servo Arbitrio*.<sup>103</sup>

É neste escrito, como supramencionado na introdução desta Dissertação, que encontramos vários assuntos imbricados na doutrina da predestinação, tais como queda, liberdade humana, graça, fé e regeneração. A compreensão que Lutero tinha sobre o papel destes elementos na *Ordo Salutis* foi fundamental para o construto de seu conceito predestinacionista. Conquanto para Don Matzat, a “[...] doutrina da predestinação não era central na teologia de Lutero.” (tradução nossa)<sup>104</sup>, para Sproul, ele considerava o aspecto *positivo* desta doutrina (a eleição), o “[...] *cor ecclesiae*, o ‘coração da igreja’”.<sup>105</sup> Ainda que a discussão no *De Servo Arbitrio* girasse em torno da possibilidade ou não do ser humano ter livre volição após a queda para buscar a salvação, a doutrina da predestinação está presente como o pano de fundo em toda esta obra como um princípio norteador em muitos aspectos discutidos entre o reformador e o humanista.

Lutero dividiu o texto endereçado a Erasmo em *três* partes. Na *primeira*, ele apresenta sua crítica contra o prefácio da *Diatribe*, bem como, aos argumentos preliminares sobre o conceito de livre-arbítrio erasmiano e sua relação com temas pertinentes à soteriologia, refutando os textos bíblicos apresentados por Erasmo a favor do livre-arbítrio. Na *segunda*, defende-se das contestações apresentadas pelo humanista quanto à algumas expressões presentes em dois textos bíblicos (Êx 9.12

---

<sup>103</sup> DREHER, 1993. p. 15.

<sup>104</sup> “[...] doctrine of predestination was not central in Luther’s theology”. MATZAT, Don. Martin Luther and the Doctrine of Predestination. In: **Issues, Etc. Journal**. Vol. 1. N. 8. October, 1996. Disponível em: <[https://www.issuesetcarchive.org/issues\\_site/resource/journals/v1n8.htm](https://www.issuesetcarchive.org/issues_site/resource/journals/v1n8.htm)>. Acesso em: 19 maio. 2020.

<sup>105</sup> SPROUL, 2001, p. 17.

e MI 1.1, 2, 3) usadas por Erasmo para defender o livre-arbítrio. E por fim, na *terceira* e última parte, Lutero discute sobre passagens citadas por ele mesmo contra o livre-arbítrio, as quais foram confutadas pela *Diatriba* para lhe atacar. Pelos motivos assinalados na introdução da Dissertação, comentaremos apenas algumas porções pertinentes aos argumentos finais apresentados por Lutero na *terceira* parte desta obra, dando assim, um desfecho às considerações que entendemos ser relevantes à nossa análise quanto ao conceito de predestinação do reformador.

### 3.1 PRIMEIRA PARTE DO *DE SERVO ARBITRIO*

Um dos primeiros assuntos relevantes quanto à doutrina da predestinação evocados por Lutero em sua discussão com Erasmo, na primeira parte do *De Servo Arbitrio*, está ligado à relação entre presciência e onipotência divinas.

Tal relação, quando analisada à luz de categorias bíblico-teológicas, pode trazer à tona as seguintes questões: Se todas as ações das criaturas estão sobre o controle da vontade soberana de Deus, o qual tudo sabe de antemão, estaria a salvação dos pecadores, um dos assuntos centrais das Escrituras, sob o controle da vontade do ser humano ou sob a determinação da vontade divina? Deus age diretamente no processo salvífico a partir de sua vontade soberana, elegendo alguns e outros não, ou apenas sabe, devido à sua presciência, quem crerá na mensagem do Evangelho por sua livre escolha?

De acordo com Lutero, segundo Erasmo, ainda que Deus saiba quais indivíduos serão salvos eternamente, a decisão final no processo salvífico efetua-se a partir de uma ação conjunta entre a misericórdia divina e uma capacidade da vontade humana em buscar a salvação. Ou seja, a soteriologia erasmiana contemplava um processo em que a salvação eterna se encontra, parcialmente, no poder de escolha do ser humano.<sup>106</sup> Devido à sua presciência, Deus sabe quem será ou não salvo eternamente, mas não interfere neste processo de modo a predestinar a salvação de uns e a rejeição de outros.

Para Lutero, porém, a ligação entre a presciência divina e salvação eterna acontece de maneira bem diferente. Ao contrário do ser humano, Deus não tem sua presciência de modo contingente, “antes [...] prevê, se propõe e faz tudo com vontade

---

<sup>106</sup> LUTERO, 1993, p. 27.



imutável, eterna e infalível.”<sup>107</sup> Lutero lembra a Erasmo de suas afirmações na *Diatribes* da importância de se aprender sobre a vontade imutável de Deus; seria um contrassenso querer coibir que se conheça a Sua imutável presciência. Ele prossegue, perguntando a Erasmo se ele crê que Deus teria “presciência sem querer ou que quer sem saber?”<sup>108</sup>

A partir desse questionamento, Lutero empurra Erasmo para um tipo de “lógica irresistível”: Deus, através de sua onipotência, deseja tudo o que antevê e devido a sua onisciência, antevê tudo o que deseja.<sup>109</sup> Deus sabe de antemão os que serão salvos, justamente porque a sua presciência e a predestinação fazem parte de Sua natureza perfeita, e tanto uma quanto outra, são imutáveis. Caso Erasmo quisesse negar esta lógica, precisaria negar dois atributos pertencentes somente à natureza divina. A relação entre estes atributos é descrita da seguinte forma no *De Servo Arbitrio*:

Se tem presciência querendo, sua vontade é eterna e imutável (porque é sua natureza); se quer tendo presciência, seu saber é eterno e imutável (porque é sua natureza)”. Disso se segue irrefragavelmente: tudo o que fazemos, tudo o que acontece, ainda que nos pareça acontecer de modo imutável e contingente, na verdade acontece de modo necessário<sup>110</sup> e imutável, se consideramos a vontade de Deus. Pois a vontade de Deus é eficaz e não há como impedi-la, visto que é a própria potência natural de Deus; além disso, ela é sábia, de sorte que não se pode enganá-la.<sup>111</sup>

Tanto a onipotência como a onisciência divina são asseveradas por Lutero. Neste trecho podemos perceber a influência ockhamista de seus mestres; Deus é Todo-Poderoso e absoluto em força (*potentia dei absoluta*), assim as ações humanas são determinadas pelo desígnio divino. Kolb salienta que Lutero nesta obra, não concebeu a separação pretendida por Erasmo entre presciência e vontade divina, ainda mais no tocante à salvação do ser humano: “O que Deus conhece de antemão procede do que ele deseja; portanto, todo o seu envolvimento com sua criação jaz sobre o seu controle absoluto. [...] A presciência divina é criativa e criadora”.<sup>112</sup>

Findas as considerações sobre a importância da presciência divina, Lutero prossegue em sua defesa contra a *Diatribes*, ainda na primeira parte do *De Servo*

---

<sup>107</sup> LUTERO, 1993, p. 30.

<sup>108</sup> LUTERO, 1993, p. 30, 31.

<sup>109</sup> SPROUL, 2001, p. 95.

<sup>110</sup> [*Sic* necessário].

<sup>111</sup> LUTERO, 1993, p. 31.

<sup>112</sup> KOLB; TRUEMAN, 2017, p. 119.

*Arbitrio*, introduzindo de maneira evidente suas ideias predestinacionistas. Para entender as *primeiras* assertivas componentes de seu conceito de predestinação, é necessário observar previamente alguns pressupostos soteriológicos apresentados por ele nesta obra.

Segundo Lutero, as Escrituras ensinam que o ser humano (toda a humanidade) após a queda no jardim do Éden, teve a sua vontade corrompida de tal forma a se tornar completamente escrava do pecado, não podendo desejar a salvação, o que torna o conceito de *libero arbitrio* de Erasmo algo inexistente ou uma pretensiosa ilusão. Se dependesse da vontade decaída dos seres humanos, estes nunca teriam forças ou desejo de buscar a salvação:

Ora, o ser humano não pode humilhar-se completamente enquanto não souber que sua salvação em nada depende de suas forças, desígnios, esforços, vontade e obras, mas totalmente do arbítrio, desígnio, vontade e obra de um outro, a saber, tão-somente de Deus.<sup>113</sup>

Destarte, eleição e reprobção não estão vinculadas à escolha humana, mas sim, à escolha divina. Como supramencionado, as afirmações erasmianas quanto à liberdade da vontade do pecador partiam de pressupostos totalmente diferentes da soteriologia propagada por Lutero. Enquanto para o reformador “[...] ao que se refere à salvação ou bem-aventurança eterna, o homem está completamente sem livre arbítrio[...]”<sup>114</sup>, no entendimento de Erasmo, a vontade do ser humano após a queda permaneceu inalterada quanto à sua possibilidade de interessar-se por coisas de ordem espiritual. Isto fica claro em sua definição de livre-arbítrio: “[...] a força da vontade humana pela qual o ser humano pode aplicar-se às coisas que levam à salvação eterna ou delas afastar-se”.<sup>115</sup> A partir deste conceito, o pecador possui inerentemente uma livre volição para buscar a salvação eterna por suas próprias forças, fazendo com que, no final das contas, a decisão sobre o querer ou não querer ser salvo, esteja em seu controle e não na vontade soberana de Deus.

Para Pelikan, ao contrário de Erasmo, Lutero afirmava que o pecador decaído necessitava irremediavelmente de uma ação do Espírito Santo por meio da Palavra em sua vida, mudando a condição da sua natureza (e conseqüentemente de sua vontade), salvando-o assim da condenação eterna. A salvação, portanto, é uma obra

---

<sup>113</sup> LUTERO, 1993, p. 46.

<sup>114</sup> HÄGGLUND, 1999, p. 196.

<sup>115</sup> ERASMO, [s.d.] apud LUTERO, 1993, p. 74.

que depende exclusivamente da onipotente vontade de Deus em libertar o ser humano de sua escravidão ao pecado. E isto se dá absolutamente, como afirmado por Agostinho, séculos antes, a partir da concessão do único elemento que tem tal poder salvífico, a *graça divina*.<sup>116</sup>

Conforme supramencionado, Erasmo não negava totalmente a necessidade desta graça para a salvação e defendeu na *Diatribes* que o livre-arbítrio à parte dela não pode querer nada que seja bom.<sup>117</sup> No entanto, ensinava que a vontade do ser humano, por ser livre, tinha a capacidade de buscar ou aceitar tal graça.

No pensamento de Sproul, a diferença entre a soteriologia proposta por Erasmo e a proposta por Lutero trouxe novamente à baila a antiga discussão entre *semi-pelagianismo* e *agostinianismo* e entre *sinergismo* e *monergismo*: “Ambos os lados afirmavam a necessidade da graça, mas em debate (como no debate sobre a justificação) estava o *sola* [...]. [...] O fator decisivo na salvação é algo que o homem faz ou algo que Deus faz?”<sup>118</sup>

De acordo com Lutero, o desejo do pecador em confiar no sacrifício da cruz do Calvário para a sua salvação através da justiça que lhe é imputada por Cristo, ocorre *somente* no exato momento em que a graça lhe é concedida. Esta posição de Lutero veio a ser conhecida como um princípio denominado *sola gratia*<sup>119</sup>(de onde provém o termo *sola* supramencionado por Sproul). Sem a concessão da graça por parte de Deus, o ser humano jamais poderá buscar a salvação. E é justamente esta concessão que caracteriza a concepção predestinacionista de Lutero: só receberão a graça salvífica a fim de crer em Deus, aqueles a quem Ele predestina à salvação (ou elege): “Quem crerá que é amado por Deus? Respondo: nenhum ser humano crerá e nem poderá crer. Os eleitos, porém, crerão. Os demais perecerão sem crer, indignando-se e blasfemando, [...]. Portanto, haverá alguns que crerão”.<sup>120</sup>

Tais asserções de Lutero, até este momento do *De Servo Arbitrio*, apontam para a proposição de um conceito de predestinação que *divide* a humanidade

<sup>116</sup> PELIKAN, 2016, p. 210.

<sup>117</sup> LUTERO, 1993, p. 50.

<sup>118</sup> SPROUL, 2001, p. 93.

<sup>119</sup> A expressão *sola gratia*, significa “Somente a Graça”. Timothy George propõe um conceito mais amplo para este pilar da Reforma, vinculando-o à sua herança agostiniana: “*sola gratia*. Pela graça somente. Lema da soteriologia protestante que recorda a ênfase agostiniana radical na iniciativa divina da eleição e da justificação.” GEORGE, 1994, p. 325.

<sup>120</sup> LUTERO, 1993, p. 46.

pecadora quanto à salvação eterna entre *eleitos* e “*aos demais*”, os quais serão endurecidos ou ficarão privados da concessão da graça divina, a quem ele denomina por vezes de *réprobos*.<sup>121</sup> Como este processo *divisor* ocorria para o reformador?

Conforme mencionado acima, Lutero entendia que Deus, respectivamente em sua onipotência e onisciência, realiza a sua vontade de modo infalível e por isso todas as coisas não fogem do espectro do seu saber, acontecendo necessariamente e imutavelmente sem impedimento algum. Assim, a utilização das palavras *eleger*, *endurecer* e *reprovar* no *De Servo Arbitrio*, parecem indicar uma interferência divina *peremptória* quanto à salvação e à condenação da humanidade, pois todas as ações dos seres humanos, mesmo antes deles serem criados e antes da queda, já haviam sido *decretadas* por Deus. Este tipo de inferência, pode apontar para uma *dupla predestinação*. Sobre esta possibilidade, George faz a seguinte assertiva: “Lutero não se esquivou de uma doutrina de predestinação absoluta e dupla[...]”.<sup>122</sup>

Em outros momentos do *De Servo Arbitrio*, porém, Lutero expõe um pensamento diferente em relação à *parte negativa* da doutrina da predestinação (reprovação). Ele se refere sobre a criação antes da queda como intrinsecamente boa, refutando inclusive o pensamento sugerido pela *Diatribes*, de que Faraó tenha sido criado com uma essência má a fim de atender propósitos divinos.<sup>123</sup> Lutero situa a maldade humana, e, por conseguinte, parece situar a *reprovação*, como existente *somente* após a entrada do pecado no mundo:

A outra causa é que as coisas que Deus fez são muito boas e que Deus também não disse ‘para isso mesmo te fiz’, mas ‘para isso mesmo te levantei.’ Em primeiro lugar, dizemos que este dito se encontra antes da queda do ser humano, quando as coisas que Deus havia feito eram muito boas. Mas logo depois, no terceiro capítulo, segue-se de que modo o ser humano tornou-se mau, foi abandonado por Deus e relegado a si mesmo. Deste ser humano de tal maneira corrompido, nasceram todos os ímpios e também Faraó, [...].<sup>124</sup>

Ao citar Gênesis 3, onde se encontra a narrativa da queda, Lutero usa as expressões *abandonado por Deus* e *relegado a si mesmo*, favorecendo a ideia de que a condenação eterna do ser humano *não* foi causada *peremptoriamente* ou

<sup>121</sup> LUTERO, 1993, p. 125.

<sup>122</sup> GEORGE, 1994, p. 78.

<sup>123</sup> Este é o texto bíblico usado pela *Diatribes* em sua argumentação: “mas, deveras, para isso te hei mantido, a fim de mostrar o meu poder, e para que seja o meu nome anunciado em toda terra” (Êx 9.18). **BÍBLIA de Estudo da Reforma**. Tradução de João Ferreira de Almeida, ed. rev. e atual. 2 ed. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2017. p. 113.

<sup>124</sup> LUTERO, 1993, p. 126-127.

*decretivamente* por Deus antes da criação. Ele apenas *preteriu* (ou *passou por alto*) uma parte da massa humana decaída, abandonando-a à sua própria condição.

Logo, Deus *não* teria predestinado o ser humano à condenação antes da queda. Sua vontade foi a de “*permitir a queda*”, à qual aconteceu por livre escolha do ser humano, posto que antes de cometer o primeiro pecado, por não ser um *autômato*, tinha certa liberdade de escolha. Qualquer *preterição*, *abandono* (e até mesmo endurecimento) quanto aos *réprobos*, teria ocorrido, nesta proposição de Lutero, depois da queda, como decorrência desta *autocondenação* efetuada pelo próprio ser humano ao pecar. Tais afirmações apontam, não para uma *dupla predestinação*, mas para um conceito de *predestinação* que contempla uma *eleição* e uma *preterição* divina quanto ao destino eterno dos pecadores.

Mesmo diante das ambivalentes assertivas descritas acima, uma diferenciação entre *os que serão salvos* e *os que serão condenados* permanece no pensamento predestinacionista de Lutero. Por esta razão, usaremos a expressão *predestinação distintiva* para nos referirmos ao conceito de predestinação ensinado *inicialmente* por Lutero no *De Servo Arbitrio*. Entendemos ser propício o uso representativo desta expressão, pois *mantém* a asseveração de uma ação divina *distintiva* que separa *eleitos* e *réprobos*, característica presente tanto na ideia de uma *dupla predestinação*, quanto na ideia de uma *predestinação* que contemple a *eleição* e a *preterição* divinas.

Uma vez percorridas suas *proposições iniciais* sobre a doutrina da predestinação, Lutero se atém a responder uma questão exegética de aparente dificuldade formulada por Erasmo sobre livre-arbítrio e predestinação. A indagação do humanista, baseada no texto bíblico de Ezequiel 18.23 e ligada à relação entre a onipotência e onisciência divinas, é respondida a partir de uma doutrina que o reformador já havia utilizado anteriormente no *Debate de Heidelberg* em 1518: a doutrina do *Deus absconditus*.<sup>125</sup>

---

<sup>125</sup> LOEWENICH, Walther von. **A Teologia da Cruz de Lutero**. Tradução de Walter O. Schlupp. São Leopoldo: Sinodal, 1988. p. 22.

### 3.1.1 O Deus *absconditus* e o Deus *revelatus*

Outra doutrina, tratada por Lutero ainda na primeira parte do *De Servo Arbitrio* e imbricada a da predestinação, é a doutrina do *Deus absconditus* (ou oculto).<sup>126</sup> Lutero retira este termo do texto de Isaías 45.5,15b: “Eu sou o SENHOR, e não há outro; além de mim não há Deus; eu te cingirei, ainda que não me conheces.” [...] “Verdadeiramente, tu és Deus misterioso, [...]”.<sup>127</sup>

Lutero já havia tratado do *Deus absconditus* em sua *teologia da cruz*.<sup>128</sup> Usá-lo-emos no contexto da discussão do *De Servo Arbitrio*, mais especificamente na argumentação empregada por Lutero contra Erasmo no que tange às implicações do texto bíblico de Ezequiel 18.23. O humanista, a fim de reforçar a possibilidade de um livre-arbítrio na vontade do ser humano, recorre à passagem supracitada do livro do profeta Ezequiel: “Acaso, tenho eu prazer na morte do perverso? - diz o SENHOR Deus; não desejo eu, antes, que ele se converta dos seus caminhos e viva?”<sup>129</sup>

Conforme Lutero, Erasmo entende que diversas expressões presentes neste capítulo do livro de Ezequiel (*praticou, fez, se converta*), apontam inegavelmente para a potencialidade do ser humano em realizar algo a favor de sua salvação. A *Diatribes* indaga em sua argumentação: “Diz Ezequiel; ‘se o ímpio se apartar e fizer a justiça e o juízo, viverá’ [18.21]. Em consequência, o ímpio imediatamente faz isto e pode fazê-lo”.<sup>130</sup> A partir desta premissa, Erasmo conclui que se Deus não quer “a morte do pecador, mas, sim, que se converta e viva”, tudo indica que os seres humanos possuem uma habilidade intrínseca em sua vontade para agir desta maneira.

Lutero, porém, ressalta uma vez mais a ignorância da *Diatribes* em distinguir entre lei e evangelho.<sup>131</sup> Ao tomar a expressão supracitada do texto de Ezequiel (*se converta*) e interpretá-la como uma determinação divina para que os seres humanos não venham a pecar, Erasmo distorce o sentido desta passagem, a qual acaba desta maneira se tornando apenas *lei*, uma ordem a ser obedecida. De acordo com Lutero, o seu sentido é outro: para o pecador que sente o peso de suas iniquidades e tem

<sup>126</sup> O Deus *absconditus* é o Deus oculto. É o Deus que, atrás e além da revelação, oculta-se. “Atrás da palavra, não nela, além dela, está Deus mesmo (Deus *ipse*)”. ALTHAUS, Paul. **A teologia de Martinho Lutero**. Tradução de Horst Kuchenbecker. Canoas: ULBRA, 2008. p. 294.

<sup>127</sup> BÍBLIA, 2017, p. 1151, 1152.

<sup>128</sup> LOEWENICH, 1988, p. 24.

<sup>129</sup> BÍBLIA, 2017, p. 1311.

<sup>130</sup> LUTERO, 1993, p. 98.

<sup>131</sup> Ainda que não discutido detalhadamente neste trabalho esta distinção, ela encontra-se presente no *De Servo Arbitrio*.

temor da morte, esta palavra é direcionada a ele e é *Evangelho*. Declara o desejo divino misericordioso em querer poupá-lo da condenação eterna, servindo para consolá-lo e estimulá-lo a ser esperançoso no perdão de Deus, convertendo-se deste temor, à um viver confiante e cheio de regozijo.<sup>132</sup> Para Lutero, o próprio Ezequiel vai revelar mais adiante, a resposta divina à inquirição do capítulo 18, versículo 23: “Não quero a morte do pecador, mas sim, que ele se converta e viva [33.11]”<sup>133</sup>.

Além disto, é necessário que se entenda que este texto é endereçado às pessoas do povo *eleito* de Deus e não à outras pessoas. A princípio, todos os israelitas estavam debaixo de uma aliança resultante da eleição divina em seu favor. Por isto, quando se pensa no termo *perverso*, este pode apontar para alguém do povo eleito instado a arrepender-se de sua conduta pecaminosa:

Apropriadamente Yahweh intensifica a força da resposta à questão da vida com um juramento que confirma a si mesmo: *Como eu vivo*. O juramento é seguido por uma afirmação inequívoca de que ele não é um bicho-papão sádico, que encontra prazer (*hâpês*) em assistir o perverso morrer. O prazer de Yahweh está na vida, até mesmo na do perverso.<sup>134</sup>

O texto de Ezequiel, portanto, segundo Lutero, acaba direcionando-se contra o livre-arbítrio, mostrando a impotência do pecador caso não lhe fossem dirigidas promessas divinas de salvação. Sem a concessão da graça, só há recrudescimento no pecado. O pecador que ainda não foi convencido de sua pecaminosidade pela lei divina, não se preocupa com sua condição pecaminosa e nem tristeza pelos pecados que comete. Está inerte e vive na prática do pecado como sendo algo normal, não tendo medo da morte e nem interesse pelas promessas divinas. Para ele, esta passagem, como qualquer palavra, pesa como lei e juízo, mesmo à despeito de sua falta de consciência sobre isto, posto estar morto *espiritualmente*.<sup>135</sup>

Novamente a doutrina da predestinação coroa esta passagem, ainda que de forma implícita: dentre os pecadores, somente os eleitos sentem o peso pelo pecado. A eles são endereçadas as palavras desta promessa, a não ser que se creia em uma possibilidade estapafúrdia, de “que Deus é de uma leviandade tal que profira tão copiosamente palavras de promessa sem qualquer necessidade para nossa salvação,

<sup>132</sup> LUTERO, 1993, p. 99, 100.

<sup>133</sup> LUTERO, 1993, p. 99.

<sup>134</sup> BLOCK, Daniel I. **Comentários do Antigo Testamento - Ezequiel**: volume 2 - capítulos 25 a 48. Tradução de Déborah Agria Melo da Silva e Sylvia Oliveira Nocetti. São Paulo: Cultura Cristã, 2012. 2v. p. 235.

<sup>135</sup> LUTERO, 1993, p. 100.

mas pelo prazer da loquacidade”.<sup>136</sup> Este tipo de atitude não é pertinente ao caráter de Deus.

Lutero conclui esta argumentação inicial, deixando claro que o texto de Ezequiel apresentado por Erasmo, não está discutindo porque alguns pecadores são despertados de sua pecaminosidade pela lei e outros não; porque uns são receptíveis à graça divina e outros a rejeitam.<sup>137</sup>

A argumentação de Erasmo acerca deste texto, porém, em nosso entendimento, apresentava implicações acerca de uma problemática mais densa envolvendo a relação entre onipotência e onisciência divinas. Conforme supramencionado, na mente do reformador, presciência e predestinação em Deus não estão separadas, assim como não se pode separar sua onipotência de sua onisciência: “Para Lutero, a afirmação de que Deus é Deus inclui implicitamente o fato de que ele opera sozinho tudo em todos, e nisso está incluída sua onisciência[...]”.<sup>138</sup> Assim, sendo a vontade de Deus controladora absoluta de tudo, e sendo Ele sabedor de todas as coisas, como poderia provocar a morte do pecador, lamentá-la e ainda afirmar que não é de seu desejo que esta aconteça?

Erasmo postulou que, quando se nega o livre-arbítrio, conseqüentemente chega-se à conclusão de que sim, é possível que tais ações aconteçam; algo em sua concepção, inaceitável. Sem a possibilidade de decidir livremente, o pecador não pode ser responsável pelos pecados que comete, morrendo neles por causa da negação da doação da graça salvífica que mudaria a sua disposição para com a busca pela salvação. E se Deus sabe desta condição, como poderia se lamentar, se não concede ao ser humano o meio salvífico, levando-o à morte eterna? Seguindo esta premissa, o raciocínio erasmiano chega à seguinte conclusão: se o ser humano não tiver livre-arbítrio, Deus acaba sendo o próprio causador do pecado humano. Erasmo, portanto, segundo Loewenich, vai questionar: “Deus provoca a morte do pecador justamente ao ser ele propriamente ‘o autor do pecado’; como se coadunaria com isto a palavra: ‘Não tenho prazer na morte do pecador?’ De duas, uma”.<sup>139</sup>

---

<sup>136</sup> LUTERO, 1993, p. 99, 100.

<sup>137</sup> LUTERO, 1993, p. 100.

<sup>138</sup> ALTHAUS, 2008, p. 291.

<sup>139</sup> LOEWENICH, 1988, p. 26.



E assim, entra em cena a doutrina do *Deus absconditus*. Lutero responde o dilema apresentando uma distinção entre o *Deus pregado ou revelado* e o *Deus absconditus*, baseando-se no texto de Paulo de II Tessalonicenses 2.4:

[...]a respeito do Deus - ou da vontade de Deus - que nos é pregado, revelado, oferecido e cultuado deve-se debater de outra maneira do que a respeito do Deus não-pregado, não-revelado, não-oferecido, não-cultuado. [...] E, para que ninguém ache que essa distinção é minha, sigo a Paulo, que escreve aos tessalonicenses acerca do anti-cristo [e diz] que ele se exaltará acima de todo Deus pregado e cultuado, indicando claramente que alguém pode se elevar acima de Deus na medida em que ele é pregado e cultuado, isto é, acima da palavra e do culto através dos quais Deus nos é conhecido e se relaciona conosco, mas que nada pode elevar-se acima do Deus que não é cultuado nem pregado, isto é, em sua natureza e majestade; antes, tudo está sob sua potente mão.<sup>140</sup>

Lutero põe em evidência, a sua interpretação sobre a abscondidade de Deus. Em sua argumentação com Erasmo, o Deus que se oculta por detrás da revelação é o Deus que age em sua misteriosa dupla vontade, à qual inclui a salvação e a condenação dos seres humanos a partir de uma *predestinação distintiva*. Embora faça esta diferenciação, Lutero insta a que se deixe de lado o *Deus absconditus*. Ele não quer ser reconhecido por nós. Nada temos a ver com Ele, pois assim Ele o quer. Mas em que sentido ele afirma este afastamento?

Lutero afirmava que a *Diatrise*, por não distinguir a Palavra de Deus e o próprio Deus em essência, enredava-se na confusão sobre a vontade de Deus e a doutrina da predestinação. O *Deus absconditus* quer e faz, muitas coisas que não nos são reveladas em Sua Palavra. Este querer é sua vontade inescrutável, e incognoscível; nela, Ele quer a morte do pecador.<sup>141</sup> Qual deve ser a postura do ser humano no que concerne a esta vontade abscondita, sendo ela objeto de constante inquirição em sua mente e coração devido às suas inquietações? Lutero responde a esta questão da seguinte maneira:

Essa vontade não deve ser investigada, mas adorada com reverência como o segredo da majestade divina que mais se deve reverenciar, reservado unicamente a ela e proibido a nós, [...]. [...] Assim sendo, porém, nós devemos fixar os olhos na Palavra e deixar de lado aquela vontade imperscrutável. [...] Basta saber que em Deus existe certa vontade imperscrutável. O que, porém, por que e em que medida ela quer, isso de maneira nenhuma nos é permitido procurar saber, desejar, tratar ou tocar; apenas devemos temê-lo e adorá-lo.<sup>142</sup>

<sup>140</sup> LUTERO, 1993, p. 101.

<sup>141</sup> LOEWENICH, 1988, p. 29.

<sup>142</sup> LUTERO, 1993, p. 100,101,102.

Qualquer *inquirição* sobre a vontade oculta de Deus não é da competência do ser humano. A ele compete apenas saber que esta vontade existe, confiar na soberana sabedoria divina e, humilhado, *adorá-lo* em sua majestade. Ao contrário de tentar *desvendar* esta vontade abscôndita de Deus, a pessoa cristã deve prestar atenção à vontade do *Deus revelatus* (revelado) na Palavra: “O Deus revelado e pregado no evangelho precisa ser distinguido do Deus oculto que não é pregado, o Deus que opera todas as coisas. A palavra de Deus não é a mesma do ‘Deus próprio’”.<sup>143</sup> Em Sua Palavra, Deus “se vestiu”, se revela ao ser humano e quer ter negócio (*commercium*) com ele.<sup>144</sup> O *Deus pregado*, revelado na Palavra “não quer a morte do pecador”, mas quer que todos os seres humanos sejam salvos. Se o pecador se perde, isto se deve ao seu querer obstinado:

Por conseguinte, dizes com razão: ‘Se Deus não quer a morte, o fato de perecermos deve ser imputado a nossa vontade’. Com razão, digo, se te referes ao Deus pregado. Pois esse quer que todos os seres humanos sejam salvos, visto que vem a todos com a palavra da salvação, e a falha é da vontade que não o admite, como diz Mt 23.37: ‘Quantas vezes eu quis juntar teus filhos e tu não quiseste?’.<sup>145</sup>

Aqui, algumas objeções lógicas se interpõem à doutrina da *predestinação distintiva* apresentada até o momento no *De Servo Arbitrio*: teria Deus duas vontades? Poderia Lutero estar admitindo que há uma vontade em Deus de predestinar seres humanos à salvação e condenação, e outra, em querer salvar a todos? Estas são questões difíceis de serem respondidas.

*Primeiro*, porque não há um desenvolvimento argumentativo pormenorizado na resposta dada a Erasmo sobre o texto bíblico de Ezequiel 18.23 neste sentido. E *segundo*, porque além de preservar por todo este escrito uma *dupla ação*, amparada na vontade do *Deus absconditus*, o qual concede sua graça aos *eleitos* e não aos *réprobos*, Lutero postula, neste momento da discussão, uma vontade presente no *Deus revelatus* ou pregado em querer salvar a *todos* os seres humanos, sendo a condenação eterna dos mesmos proveniente unicamente de sua falha em não aceitar esta oferta de salvação.

Este posicionamento, além de ser dispare de uma *predestinação distintiva*, se apresenta intrinsecamente ilógico. Pois o querer divino revelado na Palavra de salvar

---

<sup>143</sup> ALTHAUS, 2008, p. 293.

<sup>144</sup> LOEWENICH, 1988, p. 28.

<sup>145</sup> LUTERO, 1993, p. 102.

a todos pecadores não se efetua por causa de uma potência presente na vontade humana com capacidade em rejeitar tal querer. A contradição entre estas asserções surge, quando a vontade divina de *eleger alguns*, conflita com *a vontade de querer salvar a todos*; e ainda, quando esta última, aparentemente pode ser restringida pela vontade humana em rejeitar a salvação, como se a vontade de Deus, a qual é imutável e necessária, pudesse ser impedida de ser realizada. Como Lutero lidou com tais incompatibilidades lógicas?

O que se pode deduzir, é que, se Lutero até este momento do *De Servo Arbitrio* argumentou a favor de uma *predestinação distintiva*, doravante, expôs uma ideia predestinacionista que contempla paralelamente uma *vontade em Deus de querer salvar a todos os pecadores*. Agindo assim, apresentou uma *teologia paradoxal ou tensionada* em seu conceito de predestinação. Mesmo consciente de que tal proposição seja ilógica, sua preocupação não foi explicar aparentes contradições entre a vontade do *Deus absconditus* e do *Deus revelatus*, e sim, ser fiel ao que afirmam os textos bíblicos sobre a salvação dos pecadores.

Segundo Lutero, Deus, em sua Palavra, afirma tanto a *predestinação distintiva*, como o *desejo de salvar a todos os pecadores*. E quanto ao aparente conflito sobre a vontade de Deus em salvar ao pecador ser restringida ou contrariada pela vontade deste, suas considerações partem de *outra distinção*, diferente da que empregou quanto a *predestinação distintiva*. Nesta *nova distinção* são reafirmados pressupostos ecoados em diversos momentos do *De Servo Arbitrio*: a ação *monérgica* quanto à salvação do pecador, bem como a sua vontade intrínseca de continuar seu rumo cegamente à condenação devido a sua natureza pecaminosa. Ou seja, se alguém é salvo, o é pela vontade, graça e misericórdia divina; se condenado, por sua própria responsabilidade e culpa.

Neste ponto da discussão, Lutero apenas coloca em relevo que tais questões são apresentadas nas Escrituras sob perspectivas paradoxais. James R. Swan sintetiza muito bem esta dialética presente na teologia de Lutero:

Quando Lutero se aproximou das Escrituras, ele rejeitou o uso medieval do lógico 'ergo' (então). Ele achava que teologia não era 'racionalização' teológica sistemática. Não é simplesmente questão de mover de uma conclusão humana para outra. Teologia era sempre uma questão de 'denotar'. Por exemplo, ao invés de fazer um argumento X + Y então = Z, Lutero expressaria o mesmo argumento pelo seu uso do 'no entanto'. Ou seja,

X + Y no entanto Z. Esta é a grade subjacente do uso de Lutero do paradoxo em sua teologia.<sup>146</sup>

Tal paradoxo supramencionado, porém, produz o seguinte axioma: se a salvação é um processo *monérgico*, por que o *Deus absconditus* não muda a falha na vontade dos seres humanos em não buscar a salvação ou por que lhes responsabiliza por esta falha, posto que estes, devido à sua natureza pecaminosa, não podem viver sem ela? E se o *Deus revelatus* quer salvar a todos, por que não os salva? Sobre estas questões, responde Lutero, não é permitido querer inquirir. E mesmo que os seres humanos se lançassem em uma empreitada a fim de descobrir a resposta, não conseguiriam obtê-la, devendo acatar aos desígnios divinos, pois afirma o apóstolo Paulo em Romanos 9.20: “Quem és tu ó homem, para discutires com Deus?”<sup>147</sup>

Mais adiante, no capítulo de número *cinco*, voltarei a abordar esta distinção entre a vontade do *Deus absconditus* e o *Deus revelatus* e sua relação com o conceito de predestinação de Lutero. Por hora, findas as considerações desta primeira parte do *De Servo Arbitrio* relativas à doutrina da predestinação, passo à análise da próxima parte deste escrito. É nela, em nosso entendimento, onde se encontra uma densa explanação dos pensamentos de Lutero sobre a doutrina da predestinação.

### 3.2 SEGUNDA PARTE DO *DE SERVO ARBITRIO*

Após refutar diversos argumentos de Erasmo a favor do livre-arbítrio na primeira parte de sua obra e apresentar suas assertivas iniciais sobre a doutrina da predestinação, Lutero passa a debater a respeito de dois textos considerados pelo seu oponente como “os únicos” à sua disposição para a sua defesa no debate: Êxodo 9.12 e Malaquias 1.2,3.<sup>148</sup> Erasmo, como veremos adiante, vai elencar outros textos ao lado destes, a fim de provar suas preposições: Isaias 45.9, Jeremias 18.6, I Coríntios 12.6 e II Timóteo 2.20,21. Para Lutero, a intenção de Erasmo em “proteger” o livre-arbítrio e atacar o processo salvífico *monérgico* proposto no *De Servo Arbitrio*, acabou por vezes, mutilando a simples obviedade interpretativa. Daí suas afirmações sobre o sentido dos textos em questão, carecerem do embasamento de uma exegese

<sup>146</sup> SWAN, James R. **A Doutrina da Predestinação de Lutero é “Reformada”?** Disponível em: <<http://www.e-cristianismo.com.br/historia-do-cristianismo/lutero/a-doutrina-da-predestinacao-de-lutero-e-reformada.html#random>>. Acesso em: 01 dez. 2019.

<sup>147</sup> LUTERO, 1993, p. 102.

<sup>148</sup> LUTERO, 1993, p. 116, 117.

que partisse de uma análise histórica e gramatical das Escrituras, desembocando em assertivas alegóricas absurdas.

Lutero se defende das ideias erasmianas, respondendo à sua interpretação também à luz de diversos outros textos das Escrituras: Gênesis 25.23, Romanos 9.15-20, Romanos 11, I Timóteo 2.4 e II Timóteo 2.18-21. Ao comparar estes textos bíblicos, ele faz uso do princípio hermenêutico de que a Escritura interpreta a si própria, sem ter necessidade de submeter-se a nenhuma tradição ou filosofia humana.

Ele apela para o bom senso interpretativo dos textos das Escrituras, pois em seu entendimento, as analogias utilizadas por Erasmo em sua interpretação dos textos em discussão, provavelmente são usadas de maneira espúria e não são fidedignas ao sentido pretendido pelo autor bíblico. Conforme Lutero, o intérprete bíblico deve acatar o sentido mais coerente e natural do texto, sem a adição de figuras de linguagem ou analogias. Deve-se também observar, quais as interpretações propostas por experientes doutores das Escrituras. Esta é a maneira que se deve agir, a não ser em casos em que manter a *literalidade* de um texto torne o seu sentido um contrassenso.<sup>149</sup>

No *primeiro* texto fornecido por Erasmo, Êxodo 9.12a (“Porém o SENHOR endureceu o coração de Faraó, [...]”), ele propõe uma série de interpretações figuradas ou alegóricas acerca da expressão “endureceu o coração”. Para Erasmo, este texto deve ser interpretado da seguinte maneira: “Faraó endurecerá o seu próprio coração”. Em seu entendimento, nesta passagem, Deus ao invés de corrigir o líder egípcio, usou de tolerância para com ele, deixando-o fazer uso de seu obstinado livre-arbítrio, a fim de que sua maldade fosse exposta. Segundo Lutero, para o humanista, era como se Deus afirmasse: “Minha brandura, com que tolero o pecador, certamente conduz outros à penitência, mas tornará o Faraó mais obstinado em [sua] maldade”.<sup>150</sup>

Lutero, então, passa a realizar uma análise do texto em questão para provar exegeticamente o contrário da proposição erasmiana sobre o significado da expressão “endurecerei o coração do Faraó”. Sua intenção é demonstrar que o texto de Êxodo anuncia em alto e bom som a soberania da vontade de Deus em todos os assuntos

---

<sup>149</sup> LUTERO, 1993, p. 117.

<sup>150</sup> LUTERO, 1993, p. 120.

humanos.<sup>151</sup> Ele questiona como “o endurecimento” poderia ser resultante da misericórdia divina. *A priori*, o problema do raciocínio de Erasmo está na própria afirmação textual: “o Senhor endureceu o coração de Faraó”. Isto aponta claramente para uma ação direta e designatória da vontade divina como a causa deste endurecimento, expressa inclusive no texto bíblico. Como Erasmo chega a uma conclusão abjeta a esta sentença saltitante aos olhos, interpretando “endurecimento” como “brandura”?

Lutero poderia parar sua argumentação nesta assertiva erasmiana contraditória. Porém, mantém um diálogo com a *Diatribes*, passando a assumir como supostamente verdadeiro o pressuposto defendido por esta, de que Deus não seja o agente direto do endurecimento do coração dos seres humanos. Para ele, ainda que pudessem ser verdadeiros os postulados erasmianos supramencionados, mesmo diante da brandura divina, o pecador serve livremente ao pecado, posto sua vontade estar presa à sua natureza pecaminosa que o impede de tornar-se melhor. Este só pode “se tornar melhor”, se Deus, como já afirmado, por sua soberana vontade conceder ao seu coração o Espírito Santo para que tenha a sua vontade modificada e creia no Evangelho. Portanto, novamente, uma ação divina *monérgica* se impõe.<sup>152</sup>

Erasmo prossegue em sua explicação sobre como a misericórdia divina foi usada para endurecer o coração do rei egípcio, valendo-se da seguinte analogia: os mesmos raios de sol tanto podem endurecer a argila, como derreter a cera. Após as mesmas chuvas, o terreno que foi cultivado produzirá fruto; o que não, espinhos. Da mesma maneira, a brandura de Deus: em uns produzirá o endurecimento e em outros, a conversão.<sup>153</sup>

No entender de Lutero, esta distinção de Erasmo não colabora para comprovar a interpretação assumida por ele: o corolário da *Diatribes* se repete, todos estão na mesma condição espiritual, pois possuem livre-arbítrio. Para Lutero, posto que o livre-arbítrio neste sentido é inexistente, não pode agir como duas propensões diferentes da natureza humana; a vontade dos pecadores, sendo completamente incapaz em querer buscar a salvação, manifesta a fragilidade da ideia de Erasmo:

---

<sup>151</sup> Para Loewenich, Lutero entende que esta ação é própria do *Deus absconditus*. Ele é quem endurece o coração de Faraó. LOEWENICH, 1988, p. 29.

<sup>152</sup> LUTERO, 1993, p. 123.

<sup>153</sup> LUTERO, 1993, p. 123, 124.

Por isso, assim como a argila se torna sempre mais dura e a terra não cultivada mais espinhosa, assim também o livre-arbítrio, se torna sempre pior, tanto por meio da brandura endurecedora do sol quanto por meio do aguaceiro que amolece. Portanto, [...] não se pode dar nenhuma razão por que um alcança a graça e o outro não alcança quando se prega somente a brandura do Deus que tolera e o castigo do que tem misericórdia. [...] Então nem Deus elege alguém e nem se deixa qualquer espaço para eleição, mas apenas a liberdade do arbítrio que aceita ou repele a brandura e a ira. [...] E finalmente se chegará ao ponto que os seres humanos sejam salvos e condenados por um Deus ignorante, já que ele não separou, mediante uma eleição inequívoca, os que devem ser salvos e os que devem ser condenados, mas, depois de oferecida a brandura geral que tolera e endurece e em seguida a misericórdia que castiga, deixou [a escolha] entre os dois para os seres humanos: ser salvos ou ser condenados. [...] O cristão se utilizará mais corretamente desta analogia se chamar o Evangelho de 'sol' e 'chuva' (assim como faz o SI 19.4 e a Epístola aos Hebreus, cap.10 [sc.6.7]), porém de terra cultivada os eleitos, e não cultivada os réprobos; pois através da palavra aqueles são edificadas e tornam-se melhores, e estes são ofendidos e tornam-se piores.<sup>154</sup>

Segundo o argumento erasmiano, a salvação dos pecadores não se dá por meio da eterna eleição divina, mas através da reação da livre escolha frente à brandura e ira divinas. Lutero na citação supramencionada, faz uma releitura usando os mesmos elementos da linguagem figurada utilizada por Erasmo, assinalando, porém, não a suposta livre volição do pecador. Mais uma vez, os termos *eleitos* e *réprobos* evidenciam a proposição por parte de Lutero de uma *predestinação distintiva*. A mensagem do Evangelho caindo no coração dos eleitos, edifica-os; no caso dos réprobos, causa-lhes ofensa devido à sua vontade obstinada que insiste em rebelar-se contra a Palavra. De acordo com Kistemaker, a intenção do autor do texto supramencionado por Lutero (Hb 6.7)<sup>155</sup>, é pôr em relevo que:

Por analogia, os crentes e aqueles que caíram na incredulidade continuamente recebem bênçãos. Se o coração do homem é mau, todas as bênçãos de Deus não o farão prosperar espiritualmente. Ao contrário, as bênçãos de Deus, quando rejeitadas por um coração incrédulo, finalmente são transformadas em maldição. E o incrédulo está condenado[...] O propósito da ilustração do autor é advertir os destinatários dessa carta que simplesmente observar, provar e experimentar as bênçãos de Deus não pode salvar uma pessoa, a menos que um novo nascimento espiritual genuíno aconteça”.<sup>156</sup>

Conforme o comentário supracitado, sem a regeneração na vida do pecador, fruto da ação *monérgica* divina, este pode até usufruir algumas bênçãos de Deus, mas

<sup>154</sup> LUTERO, 1993, p. 124, 125.

<sup>155</sup> “Porque a terra que absorve a chuva que frequentemente cai sobre ela e produz erva útil para aqueles por quem é também cultivada recebe bênção da parte de Deus; [...]”. BIBLIA, 2017, p. 2100.

<sup>156</sup> KISTEMAKER, Simon. **Comentário do Novo Testamento - Exposição de Hebreus**. Tradução de Marcelo Tolentino e Paulo Arantes. 2 ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2013. p. 230.

não significa que tenha sido salvo da condenação ou experimentado uma transformação. Ou seja, bênçãos e salvação eterna, são coisas diferentes.

Lutero encerra abruptamente seus comentários sobre a analogia supracitada e começa uma análise no tocante às causas que provocaram invencionices por parte da *Diatribes* quanto à figura de linguagem central em discussão (o endurecimento do coração de Faraó).

Em *primeiro* lugar, Erasmo, calçado na razão, não concebe que um Deus bom e justo endureça o coração (ou a vontade) de certos indivíduos com a finalidade de evidenciar seu poder, por meio da maldade deles. Lutero o contrapõe, demonstrando como é incoerente ser incompreensível para a razão a existência de um endurecimento da parte Deus para com os *réprobos*, mas compreensível e até plenamente aceitável para a mesma razão, um Deus que “não endurece a ninguém, não condena a ninguém, mas tem misericórdia de todos e salva a todos, de modo que o inferno estaria destruído, o medo da morte eliminado e não haveria razão para recear alguma pena futura”.<sup>157</sup> Neste sentido, o pecador, à parte da graça, por não possuir uma razão sadia<sup>158</sup> quanto às coisas espirituais, considera irracional a justa condenação de pecadores, ao mesmo tempo que entende ser razoável uma salvação universal, onde a aplicação da justiça divina é inexistente. No que lhe é desfavorável, a razão humana apresenta-se rigorosamente contrária, naquilo que lhe beneficia, complacente. Lutero se opõe a este sofisma racional da *Diatribes*. A fé e o Espírito testemunham a bondade como um atributo intrínseco e imutável de Deus: Ele é bom, mesmo se provocasse a condenação de toda a raça humana. Por isto, a eleição é pura misericórdia; a reprovação, puro juízo.<sup>159</sup>

*Segundo*, a causa elaborada pela *Diatribes* está vinculada ao fato de todas as coisas criadas por Deus serem muito boas (Gn 1.13). Ao interpretar a expressão encontrada em Êxodo 9.16, “para isso mesmo te levantei” como “eu mesmo te fiz”, Erasmo arrazoar: Deus não pode ter criado o Faraó como alguém mau, pois criou todas as coisas intrinsecamente boas.<sup>160</sup> Lutero, que já havia deixado claro que a criação

<sup>157</sup> LUTERO, 1993, p. 125, 126.

<sup>158</sup> GEORGE, 1994, p. 78.

<sup>159</sup> LUTERO, 1993, p. 126.

<sup>160</sup> Já havíamos supramencionado algumas assertivas (neste mesmo capítulo) sobre a criação divina como intrinsecamente boa e como isto se relaciona com o conceito de *predestinação distintiva* de Lutero. Repetimo-las aqui, apenas para não “saltar” a sequência da argumentação de Lutero contra Erasmo, o que dificultaria na compreensão de suas refutações.



divina é criada intrinsecamente “boa”, lembra-lhe mais uma vez, que a expressão “E viu Deus que tudo era bom”, refere-se à sua criação antes da queda. Após a entrada do pecado no mundo, os seres humanos, descendentes de Adão, tornaram-se ímpios e Faraó não foge a esta realidade.<sup>161</sup>

Isto posto, ele encerra mais esta discussão e parte para uma explanação sobre como poderia ser possível Deus exercer o mal nos seres humanos, endurecendo os seus corações. Seria suficiente apenas crer no ensino das Escrituras a este respeito, mas para continuar com sua dialética, “conversa” com a *razão* e a *Diatribé*; ambas admitem a onipotência divina, à qual opera tudo em todos e nada pode ser feito à parte deste seu atributo.<sup>162</sup> Mesmo os seres humanos não regenerados, apesar de escravos de uma natureza pecaminosa que os impulsiona a agir contrário à vontade de Deus, não podem viver de modo inoperante ou operar de maneira “neutra” ou independente, escapando do querer onipotente de Deus: “Ele é a força ativa e propulsora em todas as coisas. Mas o fato que o mal acontece não depende de Deus e sim da cooperação de instrumentos pecaminosos”.<sup>163</sup> Lutero ilustra esta situação usando o exemplo do cavalo doente e do machado de má qualidade:

É como se um cavaleiro cavalgasse um cavalo que anda sobre três ou duas patas; conduz o cavalo de acordo com suas condições, ou seja, o cavalo anda mal. Que pode fazer o cavaleiro? Conduz tal cavalo como conduz cavalos sãos, aquele mal, estes bem; não pode ser diferente, a não ser que o cavalo seja curado. Aqui vê-se que quando Deus opera nos maus e por meio dos maus certamente o mal acontece, e contudo Deus não pode agir mal ainda que faça o mal por meio dos maus; pois, sendo ele próprio bom, não pode agir mal, mas faz uso de instrumentos maus que não podem escapar da apropriação e da manobra de sua potência. Portanto, o defeito está nos instrumentos aos quais Deus não permite ser ociosos; por isso o mal acontece porque o próprio Deus o põe em movimento. É exatamente como se um carpinteiro cortasse mal com um machado cheio de rebarbas e dentado.<sup>164</sup>

A partir desta interpretação do texto de Êxodo 9.12, Lutero preserva não só a onipotência de Deus, como a Sua bondade; toda a maldade já era existente naquele coração ímpio. Mas não é a Sua brandura que está agindo e sim, a determinação para que Faraó aja assentindo com seus impulsos. Deus, portanto, não cria a maldade, ela já está nos corações dos ímpios. Faraó tornou-se mais obstinado, confiando em sua

<sup>161</sup> Paulo deixa claro que antes de conhecermos a Cristo como Senhor e Salvador, “éramos, por natureza, filhos da ira, como também os demais (Ef. 2.3).” BIBLIA, 2017, p. 2005.

<sup>162</sup> LUTERO, 1993, p. 127.

<sup>163</sup> HÄGGLUND, 1999, p. 198.

<sup>164</sup> LUTERO, 1993, p. 128.

força e desprezando as advertências de seus opositores. Deus sabia que o coração já endurecido do governante egípcio conseqüentemente se enrijeceria ainda mais quando Moisés e Arão apresentassem uma mensagem divina confrontadora ao seu querer soberbo e à sua arrogância monárquica. Isto, no entanto, não significa que Deus não tenha também endurecido o seu coração, mas como o próprio Lutero vai asseverar, estas são ações concomitantes:

Essa irritação dos ímpios quando Deus lhes diz ou faz o contrário do que querem é o próprio endurecimento e agravamento dos mesmos. Pois não só são aversos por si mesmos mediante a própria corrupção da natureza, mas também tornam-se muito mais aversos e piores quando se resiste a sua aversão ou quando ela sofre defração. Assim, quando [Deus] havia resolvido tirar do ímpio Faraó o poder tirânico, irritou-o, endureceu e agravou seu coração cada vez mais ao atacá-lo mediante a palavra de Moisés, como se este tivesse a intenção de tomar o reino e subtrair o povo à sua tirania, e não lhe concedeu o Espírito interiormente, [...]. [...] Portanto, quando se diz que Deus endurece ou opera o mal em nós (pois endurecer é fazer o mal), ninguém pense que ele age como se criasse de novo o mal em nós, como se imaginasse um taberneiro malvado que, sendo ele próprio mau, derrama ou mistura veneno num recipiente não mau, no que o próprio recipiente nada faz exceto receber ou sofrer a malignidade daquele que faz a mistura. Pois assim parecem imaginar que o ser humano, por si mesmo bom ou não mau, sofre a má obra da parte de Deus; e fazem isso quando nos ouvem dizer que Deus opera em nós o bem e o mal e que estamos sujeitos por mera necessidade passiva ao Deus operante. Não consideram suficientemente quão inquieta é a atuação de Deus em todas as suas criaturas e como não consente a nenhuma ter um dia de feriado. Mas quem de alguma maneira quer compreender tais coisas, pense assim: Deus opera o mal em nós, isto é, por meio de nós, não por culpa de Deus[...] e Deus, ao contrário, é bom; ao apropriar-se de nós por meio de sua ação de acordo com a natureza de sua onipotência, ele, que é bom, não pode agir de outro modo senão fazendo o mal com um instrumento mau, [...]. [...] Isso porque Deus estava inteiramente certo de que a vontade do Faraó nem poderia resistir à ação da onipotência, nem poderia pôr de lado sua maldade, [...].<sup>165</sup>

A acusação erasmiana de que a vontade divina aja produzindo o mal em seres bons, receptáculos passivos de um atuar contrário à sua natureza e vontade, se esfacela diante da argumentação de Lutero: *Deus não é mau e nem o autor do mal*, mas age consonantemente com a natureza do pecador, pois não pode obliterar o seu total controle sobre todas as ações humanas, mesmo as más, devido ao seu operar onipotente. Sobre esta proposição paradoxal à mente do ser humano, Sproul afirma:

“O coração de Faraó é necessariamente endurecido, mas não porque Deus tenha criado um mal recente dentro dele ou porque Deus coagiu Faraó ao pecado. Antes, o endurecimento foi o resultado natural da corrupção interior de Faraó quando deparou com a vontade e o comando persistentes de Deus”<sup>166</sup>

<sup>165</sup> LUTERO, 1993, p. 129, 131.

<sup>166</sup> SPROUL, 2001, p. 108.

O ser humano é responsável pela sua maldade e é escravo de sua vontade pecaminosa. Deus, devido à Sua natureza perfeita, é livre para usar o ser humano de acordo com à Sua onipotente vontade, embora este, seja pecador e mau. As assertivas supramencionadas de Lutero poderiam ter encerrado novamente esta discussão sobre o texto de Êxodo. Entretanto, ainda prossegue dialogando com *duas* interpolações da *Diatribé*, fruto de desdobramentos das inferências de Erasmo sobre este assunto.

A *primeira*: por que então Deus não muda a sua ação onipotente para que a vontade dos pecadores deixe de ser má e busque a Ele ao invés do pecado? Para Lutero, isto é querer arrogantemente que Deus deixe de ser Deus, limitando seu poder, e que deixe de ser bom, apenas para que os ímpios, à semelhança de Faraó, não se tornem mais endurecidos ou piores. E é justamente no fato de Deus não ter mudado a vontade obstinada do monarca que reside a argumentação de Lutero a favor da eleição. Se Deus, por meio do Espírito tivesse mudado a disposição interior desta vontade, ele teria crido na mensagem de Moisés e Arão.<sup>167</sup>

A *segunda*: por que Deus não muda a dureza de coração de algumas pessoas que agem como Faraó para que possam crer na mensagem transformadora do Evangelho? Sobre isto, Lutero respondeu claramente a Erasmo mais de uma vez: não sabemos e não nos cabe questionar os segredos da majestade divina, cujos “juízos são incompreensíveis” (Rm 11.33). O reformador nem se importava com a possível ofensa daqueles que racionalmente se orientam neste mistério; não alcançarão êxito algum com suas queixas. Escandalizar-se-ão e se retirarão como a multidão descrita no texto do capítulo seis do evangelho de João. Os eleitos, no entanto, não se retirarão: ficarão firmes nos caminhos de Deus.<sup>168</sup> Quanto a esta resposta de Lutero ao humanista, Hägglund vai reiterar o caráter da abscondidade divina: para Lutero, esta pergunta não pode ser respondida, posto que a resposta não nos foi revelada. Ela pertence ao mistério da predestinação divina.<sup>169</sup>

Antes de dar atenção ao texto de Malaquias 1.2,3, Lutero ainda analisa a questão do endurecimento do coração do Faraó à luz do texto de Romanos 9.17.<sup>170</sup>

---

<sup>167</sup> LUTERO, 1993, p. 131.

<sup>168</sup> LUTERO, 1993, p. 131.

<sup>169</sup> HÄGGLUND, 1999, p. 198, 199.

<sup>170</sup> Neste texto, Lutero traz à tona da relação entre a onipotência e presciência de Deus com a vontade humana a partir do exemplo de Judas; aquele a quem trairia o Senhor necessariamente, mas

Para ele, nesta passagem das Escrituras, Paulo faz alusão ao texto de Êxodo sobre Faraó. No versículo 17 e nos versículos antecedentes e subsequentes (vv.15-20), o apóstolo reforça a doutrina da soberania dos atos divinos, sejam eles de misericórdia ou de endurecimento. Estes não dependem em nada da vontade do ser humano e sim do querer do próprio Deus.<sup>171</sup> Ao comentar o sentido destes versículos, principalmente o de número 18<sup>172</sup>, o reformador procura demonstrar a Erasmo que “a vontade de Deus, visto que é a causa principal de tudo que acontece, parece impor por uma necessidade à nossa vontade”.<sup>173</sup> Na vontade divina está incluída a concessão da graça salvífica aos eleitos e a recusa aos réprobos. Paul Althaus faz as seguintes observações sobre o pensamento de Lutero acerca da vontade de Deus como sendo soberana sobre todas as coisas:

Lutero achou a causa última no próprio Deus, em sua intenção e em seu atuar. [...] Ele escolheu alguns para serem salvos e rejeitou outros sem uma aparente razão para esta escolha. Ele dá a fé a uns através da ação do Espírito Santo e recusa dar a fé a outros, mantendo os algemados em sua incredulidade. Salvação e destruição resultam assim da predestinação de Deus e de sua dupla atividade.<sup>174</sup>

Lutero termina esta discussão sobre o endurecimento do coração humano reafirmando as premissas a seguir. *Primeiro*, não está em nosso poder mudar a nossa vontade e muito menos a divina. Não há como resistir à soberana vontade de Deus. Se for do seu desígnio nos endurecer, independentemente de nossa vontade, isto certamente se sucederá. *Segundo*, se alguém objetar a estas asseverações, apenas enveredará em tarefa inútil, pois Deus não é injusto e não deve coisa alguma aos seres humanos, nada recebe de nossas mãos e nada promete além do que é de sua agradável vontade. *Terceiro*, faz bem o que se dobra em adoração diante de sua majestade e de seus grandiosos e incognoscíveis juízos e declara: “Faça-se tua vontade, assim como no céu também na terra [Mt 6.10]”.<sup>175</sup>

Concluídas as considerações que julgamos importantes à discussão sobre predestinação do texto de Êxodo 9.12, passaremos a analisar qual o sentido dado por

---

também, concomitantemente, por sua própria maldade. Como no capítulo quatro, voltaremos a falar da relação entre Judas e eleição de uma maneira mais ampla, aqui, entendemos ser importante fazer apenas esta referência. LUTERO, 1993, p. 134.

<sup>171</sup> LUTERO, 1993, p. 135.

<sup>172</sup> “Logo, tem ele misericórdia de quem quer e também endurece a quem lhe apraz (Rm 9.18).” BÍBLIA, 2017, p. 1908.

<sup>173</sup> LUTERO, 1993, p. 135.

<sup>174</sup> ALTHAUS, 2008, p. 291.

<sup>175</sup> LUTERO, 1993, p. 136, 137.

Lutero à expressão integrante de Malaquias 1.2,3: “O mais velho servirá o mais moço”. O reformador dá início a sua argumentação baseando-se não no texto de Malaquias, mas no texto citado pelo profeta em seu livro, Gênesis 25.23.

Este texto se refere a Esaú e Jacó (filhos de Isaque e Rebeca) e ao desígnio de Deus sobre as suas vidas. Erasmo insiste que esta passagem “não se refere propriamente à salvação do ser humano, pois Deus pode querer que o ser humano seja servo ou pobre, quer este queira ou não, e que ainda assim não seja excluído da salvação eterna”.<sup>176</sup> Lutero não ignora o fato da passagem em voga não estar se referindo estritamente sobre salvação, mas por perceber a capciosidade do argumento erasmiano, trata em um primeiro momento de deixar claro que, até neste sentido, a interpretação de seu oponente acerca do texto está errada. E apresenta sua discordância demonstrando que o texto em questão, quando interpretado à luz do que Paulo está tratando dogmaticamente em Romanos 9, não tem como estar totalmente desassociado de uma discussão sobre salvação eterna:

Pois ainda que se compreendesse esta passagem de Gn 25.23 principalmente como um discurso apenas acerca da servidão temporal (o que não é verdadeiro), não obstante Paulo a aduz de modo correto e eficaz ao provar por meio da mesma que foi dito a Sara<sup>177</sup>: ‘O mais velho servirá ao mais moço’ não pelos méritos de Jacó ou Esaú, mas POR AQUELE QUE CHAMA [Rm 9.11]. [...] Além disso, prova-se a partir do próprio texto que Moisés não discorre apenas sobre a servidão daqueles, e que também nisso Paulo age corretamente ao compreender a passagem como algo concernente à salvação eterna[...].<sup>178</sup>

Mesmo que o texto não tratasse apenas do destino eterno dos gêmeos, um de seus objetivos é justamente demonstrar a dependência da ação da graça na vida deles. De acordo com Loewenich, Jacó e Esaú nem haviam ainda nascido e por consequência não haviam feito nem o bem ou o mal, e já estava definido a partir dos desígnios graciosos de Deus e não por méritos do livre-arbítrio, o que cada um seria e o que receberia.<sup>179</sup> A própria distinção entre servidão terrena e a salvação através da eleição feita por Erasmo é uma contradição. Se um dos filhos de Rebeca é eleito por Deus por meio de sua graça para ser *um povo*, fica subentendido no próprio texto de Gênesis que sua predestinação não está atrelada apenas à servidão externa de

<sup>176</sup> ERASMO, [s.d.] apud LUTERO, 1993, p. 142.

<sup>177</sup> “Sc. de Rebeca”. LUTERO, 1993, p. 143.

<sup>178</sup> LUTERO, 1993, p. 143.

<sup>179</sup> Mais uma vez, Loewenich entende que para Lutero, este repúdio a Esaú, assim como o endurecimento de Faraó, é uma ação do *Deus absconditus*. LOEWENICH, 1988, p. 29.

seu irmão. O termo “povo”, aqui, aponta para a continuidade da aliança feita com o Deus de seu avô Abraão, e de seu pai, Isaque. Aliança que é fruto da graça. Que chama seus ancestrais não por mérito algum, mas por eleição divina. Sobre esta relação entre a eleição de um povo e de indivíduos, Bruce Waltke comenta:

Por meio da profecia no limiar das histórias, Deus exibe seu soberano controle sobre Adão e Eva (3.15), os descendentes de Noé (9.25-27), a carreira de Abraão (12.1-3), Jacó e Esaú (ver também 27.27-29, 39, 40) e José (37.1-11). O comando divino da história patriarcal é também uma afirmação a nós de que Deus controla toda a história, inclusive a nossa. A contínua reversão divina dos direitos de primogenitura significa o soberano controle e a graciosa eleição de Deus, testemunhados nas palavras de Cristo a seus discípulos: ‘Vocês não me escolheram, mas eu os escolhi e os designei’ (Jo 15.16). Sobre esta base Paulo explica a eleição dos gentios sobre os judeus, que possuíam todas as vantagens naturais para apreciarem a Cristo (Rm 9-11).<sup>180</sup>

Waltke, ao se referir sobre a escolha eletiva soberana de Deus, vai ressaltar não só o controle divino sobre a história de Israel como povo eleito, mas a história de toda a humanidade, de cada indivíduo que já nasceu e que ainda irá nascer.

Erasmus, mesmo diante da clareza da soberania divina, continua suas incursões sobre a soteriologia de Paulo a fim de provar seu conceito de livre-arbítrio. Para isto, liga parte dos textos de Isaias 45.9a (“Acaso, dirá o barro ao que lhe dá forma: Que fazes?”)<sup>181</sup> e de Jeremias 18.6b (“[...] como o barro na mão do oleiro, assim sois vós na minha mão, [...]”)<sup>182</sup> ao texto de Romanos 9. Em sua interpretação, o trabalho realizado pelo oleiro em modelar os vasos que produz, tem a ver com experiências aflitivas temporais que os seres humanos enfrentam em sua jornada terrena. Ele também entende que Paulo, ao fazer uso dos textos dos profetas, insere nestes um sentido inexistente para referir-se à eleição e reprovação eterna de indivíduos.<sup>183</sup> Segundo Seifrid, Paulo estaria, sim, tratando de uma eleição e reprovação de indivíduos e não das tribulações que as pessoas cristãs sofrem:

A criação de um ‘vaso de honra’ ou de um ‘vaso de desonra’ a partir do mesmo punhado de barro lembra a divina escolha de Jacó no lugar de Esaú, mencionada por Paulo em 9.10-13 (em conexão com o oleiro, *skeuos*<sup>184</sup> faz mais sentido como ‘vaso’ do que como ‘ferramenta’). Paulo aqui ainda tem

<sup>180</sup> WALTKE, Bruce K.; FREDERICKS, Cathi J. **Comentários do Antigo Testamento: Gênesis**. Tradução de Valter Graciano Martins. São Paulo: Cultura Cristã, 2010. p. 441, 442.

<sup>181</sup> BIBLIA, 2017, p. 1151.

<sup>182</sup> BIBLIA, 2017, p. 1214.

<sup>183</sup> LUTERO, 1993, p. 147.

<sup>184</sup> “A tradução de *skeuos*, pertencente ao sub-domínio semântico relacionado à “artefatos”, “é um termo bem amplo para designar qualquer tipo de vaso, pote, tigela ou cesto - vasilha, recipiente [...]”. LOUW; NIDA, 2013, p. 49, 62.

em vista a escolha divina de um povo, Israel, mas a categoria 'Criador e criação', que ele emprega, amplia agora o alcance de sua declaração. Além disso, o interesse do apóstolo permanece concentrado no indivíduo.<sup>185</sup>

Lutero procura também demonstrar a Erasmo, que o apóstolo provavelmente não está extraindo esta passagem dos profetas. Geralmente, quando Paulo faz uso de um texto veterotestamentário, ele faz referência ao autor do texto ao qual está citando, o que não ocorre no texto de Romanos 9.

Ele alude ao fato de Erasmo estar difamando a Paulo, pois tudo indica que ele não tenha tomado dos profetas estas passagens para o uso analógico em sua epístola. Para Lutero, é mais provável ele ter usado de um tipo de analogia geral semelhante à do uso da expressão “um pouco de fermento *leveda* toda a massa”. Pois, se na passagem de I Coríntios 5.6, Paulo usou tal expressão comparando-a aos costumes que podem corromper (levedar é sinônimo de corrupção segundo a lei mosaica), em outras, usou-a para se referir aos seres humanos que agem corrompendo a Palavra de Deus.<sup>186</sup>

Na sequência de suas asserções, Erasmo continua a sua jornada sobre as analogias do apóstolo, alegando que Paulo na passagem de II Timóteo 2.20,21<sup>187</sup>, estaria discorrendo sobre o mesmo assunto tratado em Romanos 9. O “vaso” - analogicamente representando o ser humano - estava sendo instado a purificar-se a si mesmo, o que prova serem estes possuidores de livre-arbítrio. Lutero argumenta novamente que nesta passagem de Timóteo, Paulo embora use a mesma figura usada em usada em Romanos, o sentido empregado nestas passagens não é o mesmo. Sua interpretação sobre este texto, é a de que a analogia aqui teria o intuito de ilustrar algo relativo à vida de santidade pessoal dos que já são “vasos” nas mãos do oleiro. A “limpeza” no contexto desta passagem tinha a ver com permanecer afastado do ensino dos mestres ímpios (II Tm 2.18), que são “vasos de desonra”.<sup>188</sup>

Em seguida, ele chama atenção para o fato de que o versículo anterior e posterior ao versículo 20, que fazem parte daquilo que é chamado hermeneuticamente

<sup>185</sup> SEIFRID, Mark A. Romanos. In: BEALE, G. K.; CARSON, D. A. (Orgs). **Comentário do uso do Antigo Testamento no Novo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 2014. p. 805.

<sup>186</sup> LUTERO, 1993, p. 147.

<sup>187</sup> “Ora, numa grande casa não há somente utensílios de ouro e de prata; há também de madeira e de barro. Alguns, para honra; outros, porém, para desonra. Assim, pois, se alguém a si mesmo se purificar destes erros, será utensílio para honra, santificado e útil ao seu possuidor, estando preparado para toda boa obra (II Tm 2. 20,21)”. BÍBLIA, 2017, p. 2072.

<sup>188</sup> LUTERO, 1993, p. 148.

de “contexto imediato”, deixam claro o sentido da analogia paulina. O posterior (v. 21), aponta para a possível obediência à exortação (“Assim, pois, se alguém a si mesmo se purificar destes erros”), demonstrando estar tratando do processo de purificação ou “limpeza” supracitado, o qual só pode ser praticado por quem creu em Cristo. Já o anterior (v. 19) diz respeito à doutrina da eleição: “Entretanto, o firme fundamento de Deus permanece, tendo este selo: O Senhor conhece os que lhe pertencem. E mais: e aparte-se da iniquidade todo aquele que professa a o nome do Senhor (II Tm 2.19)”.<sup>189</sup> No entendimento de Lutero, neste versículo, a doutrina da eleição, além de estar presente, tem um tom de segurança e conforto: os falsos mestres e os que os seguem não “pertencem ao Senhor”, mas os eleitos sim, podendo prosseguir em seu avanço progressivo na santidade. O termo “selo”, nesta passagem, reforça os conceitos de posse e de segurança:

Desta maneira, a partir de todas as circunstâncias das palavras e da opinião de Paulo vê-se que ele estatui sobre a diversidade e o uso dos vasos, de sorte que o sentido é: visto que tantos renunciam à fé, não há para nós nenhum consolo exceto o de estarmos certos de que[...] ‘O Senhor conhece os que são seus’[...]. Até aqui [trata-se] da causa e da força comprobatória da analogia, a saber: que ‘o Senhor conhece os seus’. [...] E não se expõe a analogia mediante palavras subjuntivas, mas, sim, mediante palavras indicativas; como há eleitos e réprobos, assim há vasos da honra e da ignomínia.<sup>190</sup>

Novamente, a doutrina da eleição se encontra presente de maneira avultosa na soteriologia apresentada por Paulo em outra de suas epístolas. Portanto, Lutero alega a Erasmo apenas estar sendo fiel ao sentido da analogia usada pelo apóstolo dos gentios. Este, porém, prossegue em suas interpretações sobre a analogia do vaso e do oleiro apelando na sequência para uma racionalização referente ao direito de Deus condenar os ímpios ao fogo eterno. Isto não seria razoável, posto ser o condenado alguém que não teve culpa alguma, porque fora criado como pecador. Em consequência disto, não pode ser verdadeira uma *predestinação distintiva*, onde Deus tem misericórdia de quem quer e endureça a quem quer. Por isto, para ele, algumas leis deveriam ser criadas com a finalidade de estabelecer a Deus quem são, de acordo com o julgamento humano, os merecedores da condenação eterna.<sup>191</sup>

Lutero observa que em nenhum outro momento a intenção da *Diatribes* fica mais clara: aqui se assume a mesma atitude queixosa dos ímpios expressa por Paulo

---

<sup>189</sup> BÍBLIA, 2017, p. 2072.

<sup>190</sup> LUTERO, 1993, p. 149.

<sup>191</sup> LUTERO, 1993, p. 149, 150.



em Romanos 9.19: “De que se queixa ele ainda? Pois quem jamais resistiu à sua vontade?” Se a vontade soberana de Deus é sempre feita, pergunta Paulo, como que antecipando uma objeção, onde fica a responsabilidade dos atos humanos? O reformador vaticina: este é o questionamento que a razão vem fazendo através dos séculos: seres humanos, inclusive cujas mentes são brilhantes, reclamam que Deus deveria agir em conformidade com seus conceitos de justiça, ou deixe de ser Deus.<sup>192</sup>

Assim, o Deus soberano, criador dos céus e da terra e de tudo que neles há, deve, na proposta da *Diatribé* submeter-se aos juízos da criatura, que entende ser absurdo condenar a quem não pode evitar ser condenado. De acordo com Gleason Archer, a resposta do apóstolo Paulo, alardeia a insanidade e petulância humanas: “[...] a criatura finita, que derivou toda a sua compreensão moral de seu infinito Criador, é totalmente incapaz de julgar Deus, ou de questionar a administração divina da justiça (v.20)”.<sup>193</sup>

Lutero vai responder a este disparate, usando uma inversão lógica já mencionada anteriormente: quando Deus condena alguém não merecedor de condenação, ele é acusado de ser injusto, mas quando salva alguém não merecedor de salvação ele é louvado pelos seres humanos como justo. Não seria uma injustiça salvar alguém que não merece, sendo toda a humanidade digna de condenação por causa de sua natureza corrompida?<sup>194</sup>

Nesta hora manifesta-se o calcanhar de Aquiles dos que atribuem algo como critério para a salvação ou condenação que não a soberania divina de eleger, por pura graça, pecadores para a vida eterna. Lutero entende a insistência desta proposição racional<sup>195</sup> da *Diatribé* como um julgamento iniquo, baseado apenas nos interesses egoísticos dos seres humanos. Nossa mente finita não consegue entender racionalmente a misericórdia de Deus em salvar aqueles que merecem o castigo eterno, assim como não consegue entender a justa condenação para os que Ele não elegeu.

<sup>192</sup> LUTERO, 1993, p. 149, 150.

<sup>193</sup> ARCHER, Gleason L. **Enciclopédia de Dificuldades Bíblicas**. reimpr. São Paulo: Vida, 1998. p. 419.

<sup>194</sup> LUTERO, 1993, p. 150, 151.

<sup>195</sup> Mais uma vez, Erasmo apela para a razão. Esta argumentação cíclica é própria da *Diatribé*, o que força a Lutero repetir suas respostas. George esclarece que Lutero, embora não despreze a razão, esta, “no momento em que excede para a teologia, torna-se a ‘prostituta do diabo’”. GEORGE, 1994, p. 77.

Por fim, Erasmo lança sua última elucubração sobre a analogia em questão, colocando os textos de II Timóteo 2.21 (“Se alguém se limpou”) e I Coríntios 12.6 (“Deus opera tudo em todos”) em contraposição, afirmando que a interpretação que Lutero faz sobre as Escrituras são contraditórias. Lutero já havia explicado o sentido deste *primeiro* texto anteriormente, mas Erasmo insiste em utilizá-lo novamente, a fim de provar a existência da livre volição no pecador.

Lutero, então, refuta-o a partir de uma simples demonstração exegética: neste texto, tem-se uma oração subjuntiva, a qual não assegura ou nega uma capacidade intrínseca ao ser humano, e sim, se preceitua qual capacidade deve haver nele. Aqui, há apenas uma exortação paulina, não a indicação da possibilidade de alguém cooperar com sua salvação. E quanto ao *segundo* texto, este trata-se de uma oração indicativa que estabelece que todas as coisas são obras de Deus, bem como Dele é todo o poder. Lutero ainda questiona como estas passagens estariam tratando de assuntos antagônicos, se uma fala da habilidade humana e a outra da onipotência de Deus?<sup>196</sup>

Assim, Lutero em seguida, encerra seus argumentos nesta parte do *De Servo Arbitrio*, reafirmado o que as analogias sobre Faraó, Esaú e o vaso nas mãos do oleiro confirmam: a Escritura dá testemunho de que a salvação dos pecadores, jamais advém de sua própria vontade ou méritos.<sup>197</sup> Esta, é obra da eleição graciosa de Deus.

### 3.3 TERCEIRA PARTE DO *DE SERVO ARBITRIO*

Na terceira parte de sua obra, Lutero, prossegue em sua defesa contra o livre-arbítrio erasmiano, encaminhando-se para o desfecho final de seu embate com o humanista. Por motivos supramencionados na introdução da Dissertação e no início deste capítulo, teceremos apenas alguns comentários a partir de *três* excertos encontrados na parte conclusiva da obra de Lutero, abordando *três* aspectos que ainda consideramos importantes a serem realçados quanto à doutrina da predestinação. No *primeiro* excerto, encontramos as seguintes *assertivas*:

Aqui, na verdade, não ensina apenas que as obras e os esforços do livre-arbítrio de nada valem, mas que o próprio Evangelho (do qual trata esta passagem) é ouvido em vão, se o próprio Pai não falar, ensinar e atrair interiormente. Ele diz: ‘Ninguém pode vir’, quer dizer, afirma-se que é nula

<sup>196</sup> LUTERO, 1993, p. 153.

<sup>197</sup> LUTERO, 1993, p. 154.

aquela força por meio da qual o homem pode, de alguma forma, buscar a Cristo, isto é, o que diz respeito à salvação. [...] O ímpio, porém não vem, nem mesmo depois de ter ouvido a Palavra, se o Pai não o atrair e ensinar por dentro, o que faz dando-lhe o Espírito.<sup>198</sup>

No texto supracitado, Lutero, além de destacar que a obra da redenção é realizada pela ação *monérgica* do Deus Triúno, ao trazer à tona o *Pai* e o *Espírito Santo*, deixa claro, a partir da indivisibilidade ontológica da Trindade, a sua rejeição sobre uma possível *dicotomia ontológica* entre o *Deus absconditus* e o *Deus revelatus*.<sup>199</sup> Apenas os pecadores chamados pelo Pai, são iluminados pelo Espírito Santo e arrastados amorosamente através de uma atração profundamente deleitosa até Cristo, a fim de que sejam redimidos de seus pecados.<sup>200</sup>

No *segundo* excerto, a discussão em tom dogmático sobre predestinação e livre-arbítrio toma contornos *poimênicos*.<sup>201</sup> Realça o aspecto consolador da doutrina da predestinação, convidando o pecador a descansar no caráter de Deus:

Agora, porém, que Deus tirou minha salvação do meu arbítrio e a incluiu no seu, e prometeu salvar-me não por meio de minha obra e corrida, mas por sua graça e misericórdia, estou seguro e certo que ele é fiel e que não me mentirá, e que, além disso, é forte e poderoso de modo que nenhum demônio, nenhuma adversidade poderá vencê-lo ou arrebatá-lo de mim. Ele diz: 'Ninguém os arrebatará de minha mão, porque o Pai, que os deu, é maior do que todos' [Jo 10.28s].<sup>202</sup>

Lutero enfatiza neste comentário, a segurança cristã acerca da salvação. Os eleitos podem e devem confiar com certeza na promessa divina, justamente pela afirmativa dos textos da Escritura que revelam a sua inabilidade de autossalvação; esta vem do Senhor e não do arbítrio, força ou desempenho humanos.

E no *terceiro* e último excerto, encontramos uma perspectiva *escatológica*<sup>203</sup> em relação à justiça divina quanto à doutrina da predestinação. Lutero trata deste tema usando “*três luzes*”: a da *natureza*, a da *graça* e a da *glória*. Se nesta vida, à luz da natureza, não se entenda por que “prosperam os maus, enquanto os bons vivem

<sup>198</sup> LUTERO, 1993, p. 209, 210.

<sup>199</sup> Conforme Bayer, a distinção entre o Deus *absconditus* e o Deus *revelatus* não é no pensamento de Lutero, uma distinção ontológica. BAYER, Oswald. **A teologia de Martim Lutero: uma atualização**. Tradução de Nélio Schneider. São Leopoldo: Sinodal, 2007. p. 148.

<sup>200</sup> LUTERO, 1993, p. 210.

<sup>201</sup> O termo *poimênicos* vem do verbo grego “poimaíno”, que significa “pastorear, [...] apascentar, [...] no sentido de [...] guiar [...]”. GINGRICH; DANKER, 1991, p. 170.

<sup>202</sup> LUTERO, 1993, p. 212.

<sup>203</sup> Escatologia vem do termo grego *eschatos*, que conforme Vine, significa “final” usado para designar tempo, portanto, é o estudo das coisas relativas ao “fim dos tempos”. VINE, 2006, p. 660.

na maior miséria”<sup>204</sup>, à luz da graça, pode-se entender o agir misericordioso de Deus para com os maus. Mas, se à luz da graça Deus predestinar uns à salvação e outros não, à luz da glória, na eternidade, esta aparente injustiça se dissipará.<sup>205</sup> Oswald Bayer faz um importante comentário sobre como se configurou no pensamento de Lutero as *três luzes*:

Lutero sabe que se encontra num dilema e o admite abertamente. Por isso, no final de *De servo arbítrio*, ele fala de três luzes: a luz da natureza, a luz da graça e a luz da glória. A primeira brilha para todas as pessoas, a segunda brilha para os crentes, a terceira é objeto de esperança dos crentes na expectativa do *éschaton*, do juízo universal como consumação do mundo. Somente nessa terceira luz ficará claro que Deus agiu de modo justo e compreensível também nos eventos e nas ocorrências que aqui e agora ainda nos são incompreensíveis, inacessíveis e aparentemente injustos.<sup>206</sup>

No futuro, à luz da revelação total, à luz da glória divina, o mistério da predestinação será revelado e a aparente injustiça da escolha e rejeição se desvanecerá. Como assevera o apóstolo Paulo em I Coríntios 13.12, ao referir-se ao momento em que os pecadores redimidos pela obra da cruz de Cristo estarão diante de Deus eternamente: “Porque, agora, vemos como em espelho, obscuramente; então, veremos face a face”.<sup>207</sup> Assim, a pessoa cristã deve aceitar pela fé até a volta de Cristo, que por mais incompreensível que seja para a razão os sofrimentos e as aparentes injustiças que ela enfrenta, nada foge do controle e dos perfeitos e soberanos desígnios de Deus.<sup>208</sup>

Findas as asseverações feitas por Lutero no *De Servo Arbitrio* quanto à doutrina da predestinação, passaremos à averiguação de quais as ideias predestinacionistas de Lutero estão esposadas em seus escritos publicados anteriormente e posteriormente à sua *opus magnum*.

---

<sup>204</sup> Aqui, Lutero está se referindo à divisão entre pessoas crentes (boas) e ímpias (más). LUTERO, 1993, p. 213.

<sup>205</sup> LUTERO, 1993, p. 214.

<sup>206</sup> BAYER, 2007, p. 151.

<sup>207</sup> BÍBLIA, 2017, p. 1950.

<sup>208</sup> LUTERO, 1993, p. 214.

## 4 O CONCEITO DE PREDESTINAÇÃO DE LUTERO NOS ESCRITOS ANTERIORES E POSTERIORES AO *DE SERVO ARBITRIO*

Neste capítulo, examinaremos alguns textos de obras de Lutero *anteriores* e *posteriores* ao *De Servo Arbitrio*, os quais mencionam a doutrina bíblica da predestinação. Apesar de não ser considerado um teólogo sistemático na acepção mais estrita deste conceito<sup>209</sup>, a maneira concatenada como escreve sobre queda, pecado, propiciação, eleição e reprovação nestes escritos, oferece elementos clareadores para que se tenha uma visão panorâmica do desenvolvimento de suas ideias predestinacionistas. Iniciaremos esta análise, utilizando apenas uma única obra escrita *anteriormente* ao *De Servo Arbitrio*: *A Epístola do Bem-aventurado Apóstolo Paulo aos Romanos*, publicada por volta de 1515-1516 d.C.

Antes de começarmos esta tarefa, entendemos ser necessário que levantemos algumas questões relevantes do ponto de vista metodológico de nossa pesquisa: se a intenção é analisar textos de Lutero sobre predestinação em diferentes momentos cronológicos, a fim de verificar eventuais diferenças, avanços ou recuos em suas ideias quanto a este assunto, por que começar a análise por um texto de 1525 e depois recuar uma década em sua produção intelectual? Por que não começamos a investigação nesta obra publicada em 1515-1516, situando as posições de Lutero sobre predestinação no contexto biográfico, histórico e teológico até 1546? E por que analisar somente o conceito de predestinação presente nesta obra, dentre todas as que foram publicadas *anteriormente* à *De Servo Arbitrio*?

Em primeiro lugar, admitimos que uma análise diacrônica, quase sempre utilizada quando alguém apresenta o desenvolvimento do pensamento de um autor quanto à um tema específico, poderia não só evitar um anacronismo, como proporcionaria ao leitor uma dimensão progressiva e descortinadora deste tema. Por outro lado, poderia ofuscar a importância da *opus magnum* deste pensador sobre um determinado assunto, passando a ser esta, apenas “mais um” escrito sendo analisado paralelamente aos demais. E por motivos mencionados na introdução, consideramos *De Servo Arbitrio*, como a principal obra escrita por Lutero quanto a questões

---

<sup>209</sup> Para Philip Watson, Lutero nunca elaborou um “sistema de doutrina amplo e coerentemente organizado[...]. [...] Sua obra está longe de ser sistemática neste sentido do termo”. WATSON, Philip. S. **Deixa Deus ser Deus**: uma interpretação de teologia de Martinho Lutero. Tradução de Paulo F. Flor. Canoas: ULBRA, 2005. p. 18.

relacionadas a doutrina da predestinação. Assim, optamos por situar *De Servo Arbitrio* em uma posição *primeva* na estrutura da Dissertação, a fim de realçar o conceito de predestinação de Lutero nela apresentada, usando-o como mensurador e norteador na análise comparativa com as ideias predestinacionistas encontradas nas “porções textuais” das demais obras utilizadas nesta pesquisa.

Possivelmente, Lutero dirige também uma especial atenção à epístola aos Romanos ao discorrer sobre predestinação, pelo fato de ser este um dos textos bíblicos onde este tema é tratado de modo específico e detalhado, principalmente nos capítulos 9, 10 e 11<sup>210</sup>, os quais não podem passar despercebidos a qualquer um que se lance à tarefa de comentar esta doutrina. Assim, a escolha do comentário aos Romanos como a única obra publicada *anteriormente* ao *De Servo Arbitrio* se deu, porque entendemos encontrar justamente nesta obra, os principais e mais importantes apontamentos feitos por Lutero no que respeita à doutrina da predestinação antes de 1525. Estes, são suficientes para se ter uma ideia sobre o seu entendimento acerca deste assunto e para uma análise comparativa com o seu conceito predestinacionista encontrado na *opus magnum*.

Em um *segundo* momento, serão analisados comparativamente com o *De Servo Arbitrio*, diversos trechos das seguintes obras publicadas em data *posterior* ao ano de 1525: *Preleção sobre a Primeira Epístola de João* (1527), *Comentário à Epístola aos Gálatas* (1531), *Os Artigos de Esmalcalde* (1537), *Preleção sobre Gênesis* (1535 - 1545) e *Prefácio aos Romanos* (1546).

Conforme mencionado na introdução da Dissertação, Lutero, ainda que de maneira não tão pormenorizada como no *De Servo Arbitrio* e em seu comentário *A Epístola do Bem-aventurado Apóstolo Paulo aos Romanos*, teceu algumas considerações sobre a referida doutrina em diversos excertos destes comentários, as quais serão importantes para a compreensão da formulação de seu conceito de predestinação. Além desta averiguação, será apresentada uma pequena introdução sobre em qual contexto histórico se deu a publicação de cada uma destas obras, e, caso exista, qual a possível influência deste contexto para o desenvolvimento do conceito predestinacionista de Lutero.

---

<sup>210</sup> Na análise a ser realizada sobre o comentário de Lutero de Romanos, pode-se observar que ele examina primordialmente o texto de Romanos 8.28 e alguns versículos de Romanos 9 quanto à questão da predestinação.

#### 4.1 A EPÍSTOLA DO BEM-AVENTURADO APÓSTOLO PAULO AOS ROMANOS

Uma das primeiras obras de Lutero em que ele escreve sobre a doutrina da predestinação de maneira relevante é *A Epístola do Bem-aventurado Apóstolo Paulo aos Romanos*, escrita entre 1515 e 1516, quase uma década antes de escrever *De Servo Arbitrio*. Esta obra é resultado de suas preleções sobre o livro de Romanos na Universidade de Wittenberg, ocorridas após o seu doutoramento em 1512.<sup>211</sup>

Nela, ainda influenciado pela tradição bíblico-exegética medieval, fez seus apontamentos sobre o texto de Romanos a partir das obras de Valafredo Estrabão (*Glossa ordinaria*) e Anselmo de Lião (*Glossa interlinearis*), refutando-as quando entendia ser necessário durante suas preleções e interpretando-as a partir das Escrituras e de textos de outros teólogos, como os supramencionados Agostinho e Guilherme de Ockham.<sup>212</sup> Mesmo assim, é inegável a incidência das escolas que cada um destes vultos do passado representa, ecoando nas páginas das preleções e, por conseguinte, do manuscrito, que posteriormente seria editado como comentário. Isto pode ser observado nos diversos conceitos por ele apresentados, como justiça de Deus e justificação do pecador, graça, pecado e inclusive, predestinação.

Neste capítulo, a análise e descrição sobre o conceito de predestinação presente nesta obra de Lutero ficarão circunspectas apenas à Romanos 8.28 e a um pequeno comentário sobre o texto de Romanos 9.3,16 e 17, posto serem estes os textos usados por ele para tratar mais especificamente sobre este assunto.

No parecer de Lutero, Romanos 9 é dependente da mensagem presente em Romanos 8.28: “E sabemos que todas as coisas contribuem juntamente para o bem daqueles que amam a Deus, daqueles que são chamados segundo o seu propósito”. Neste versículo, o apóstolo Paulo inicia sua abordagem acerca da doutrina da predestinação, geralmente abordada de maneira dogmática, apontando para a mensagem de conforto e alegria para os que creem em Cristo.

Ao referir-se às pessoas eleitas (os que amam a Deus e têm o Espírito), Lutero assevera que todas as coisas, inclusive as más, concorrem para o seu bem, sendo-lhes o tema da predestinação algo apazível. O propósito de Deus em predestinar

---

<sup>211</sup> RIETH, Ricardo W. Introdução. In: LUTERO, Martinho. *A Epístola do Bem-Aventurado Apóstolo Paulo aos Romanos*. In: **Obras Selecionadas**: Interpretação Bíblica: princípios. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, v. 8. 2003. p. 237.

<sup>212</sup> RIETH, 2003, p. 241.

alguns pecadores, os eleitos, é o seu sustentáculo em meio às tribulações a que são submetidos:

[...]não há outra razão ou causa que explique por que tantas adversidades e males não separam os santos do amor de Deus, exceto pelo fato de que não só foram chamados, mas 'foram chamados segundo o seu propósito'; é por isso que somente para eles, e para mais ninguém, 'todas as coisas cooperam para o bem'. Pois, se não existisse o propósito de Deus, e a salvação se encontrasse em nossa vontade e em nossas obras, ela seria fruto do acaso, de modo que, apenas, um daqueles males - e nem digo todos os males juntos - poderia facilmente impedir ou reverter [a situação]! Mas, agora, dizendo: 'Quem acusará? Quem condenará? Quem separará?' [Rm 8.33-35], ele mostra que os eleitos não são salvos de forma contingente e por acaso, mas, necessariamente.<sup>213</sup>

Lutero considera que estas afirmações do texto paulino deixam claro que nada, nenhuma eventualidade ou nenhuma catástrofe que sobrevenha aos eleitos, tem o poder de impossibilitar a sua salvação. Para ele, é o próprio Deus que os submete a todas estas tribulações para pôr em evidência a sua eleição gratuita. William Hendriksen afirma o mesmo pressuposto de Lutero:

*'Todas as coisas' - não menos! - cooperam para o bem.* Aqui está incluso não só prosperidade, mas também adversidade; não só alegria e felicidade, mas também sofrimento e tristeza (Rm 8.18, 35-37). Os maus desígnios são, por Deus, direcionados para o bem (Gn 50.20; Ne 4.15). [...] 'e sabemos que todas as coisas cooperam para o bem dos que amam a Deus' estão *bem no início* da sentença. Eis o significado: Eles, e tão-somente eles, têm o direito de ser consolados por esse fato. Tão somente no caso dos que amam a Deus é verdadeiro que todas as coisas cooperam para o bem.<sup>214</sup>

As asserções feitas por Hendriksen apontam para o quanto Romanos 8.28 tem sido mal interpretado. Ao ler neste versículo que tudo coopera para o bem, algumas pessoas cristãs entendem que os meios que Deus usa para nos abençoar devem estar circunspectos apenas à bons desígnios. Desta maneira, procuram ignorar a realidade de que o sofrimento faz parte da vida daqueles que servem à Cristo - pois Ele mesmo "foi homem de dores e sabe o que é padecer (Is 53.3)"<sup>215</sup> - ignorando significativamente o sentido da expressão "*todas as coisas*" aqui utilizada pelo apóstolo. Estas tribulações advindas aos eleitos, servem para demonstrar ainda mais que sua salvação ocorre unicamente pelo desígnio de Deus, ratificando a doutrina da

<sup>213</sup> LUTERO, 2003, p. 304.

<sup>214</sup> HENDRIKSEN, William. **Comentário do Novo Testamento - Romanos**. 2 ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2011. p. 355.

<sup>215</sup> BIBLIA, 2017, p. 1162.



predestinação. Se dependessem de suas forças, certamente desfaleceriam, apostatando-se de sua fé.

Outro aspecto evocado por Lutero a favor de uma predestinação divina quanto à salvação, reside no pressuposto de que as agruras agudas supramencionadas que ocorrem na vida dos eleitos, também reforçam que sua salvação não acontece de maneira aleatória, acidental ou circunstancial. Alguns teólogos de sua época, apresentavam um conceito acerca do “contingente”, segundo o qual, “[...]os eleitos são salvos necessariamente, a saber, pela necessidade da consequência, mas não pela necessidade do consequente”.<sup>216</sup> Na compreensão destes teólogos, a partir do seu atributo da onisciência, Deus sabe que “o contingente” certamente acontecerá e como acontecerá. Mas Ele não determina como isto acontecerá, sendo os eventos e as circunstâncias futuras passíveis de mudança. Ou seja, a partir de suas ideias sobre necessidade do consequente e necessidade da consequência<sup>217</sup>, Deus não predestina os pecadores à salvação por Sua imutável vontade, mas sabe quem crerá por vontade própria. Ao contrário destes, Lutero afirmava que nada pode mudar a ação divina em relação à predestinação dos pecadores quanto ao seu destino eterno:

Mas essa expressão ‘contingência do consequente’ é irrelevante para o propósito em questão. Não se trata de perguntar se aquela consequência é contingente, como se ela pudesse ser necessária, pois, em verdade, neste sentido, somente Deus é necessário. Por essa razão, é ridículo quando se acrescenta, dizendo que os eleitos são salvos necessariamente pela necessidade da consequência, mas não pela necessidade do consequente, ou seja, o consequente [...] não é Deus, ou, porque ele não é Deus, o ser humano é, desde logo, salvo pela necessidade da consequência. Pois o que mais significa a expressão ‘ser contingente’ senão precisamente ser uma criatura, e não Deus? É desta maneira que distorcem a compreensão acerca da necessidade de um acontecimento, transformando-o na necessidade da essência de uma coisa[...] Pois, se sabes que [o que Deus predestinou] ocorre inteiramente pela necessidade da consequência, que importância há em saber, ainda, a esta altura, se isto é ou não é contingente neste lugar? [...] Ou, em se tratando de pessoas mais simples, elas, ao menos, perguntam deste modo: acaso a contingência de um acontecimento pode impedir a predestinação certa de Deus? Resposta: Junto a Deus simplesmente não há contingência; ela existe somente para nós. Pois nem mesmo a folha de uma árvore cai por terra sem a vontade do Pai.<sup>218</sup>

<sup>216</sup> LUTERO, 2003, p. 305.

<sup>217</sup> De acordo com Huter, “a necessidade consequente (absoluta, simples) é aquela necessidade por cuja força alguma coisa se comporta de tal forma que nada nela possa ser mudado. É dessa ordem o que se prega sobre a essência de Deus e seus atributos. A necessidade da consequência é aquela de acordo com a qual alguma coisa tem sua origem tal, que ela não pode ser mudada ou comportar-se de modo diferente, sendo, porém, por natureza, passível de mudança e mutável ou poderia comportar-se de modo diferente”. Conforme nota de rodapé. In: LUTERO, 2003, p. 305.

<sup>218</sup> LUTERO, 2003, p. 305, 306.

Lutero, ao confirmar que nem um simples movimento ocorre fora da vontade divina, procura demonstrar que no fundo, este debate proposto por tais teólogos não passa de mera tergiversação com a intenção de defender uma expressão filosófica usada como defesa, a favor de uma salvação totalmente dependente da vontade humana. Kolb assinala que Lutero, “[...] desprezou a distinção escolástica entre a necessidade da consequência[...] a necessidade absoluta e a necessidade que é consequente[...] - que segue uma contingência ou outra. Ele aceitou apenas a primeira.”<sup>219</sup> Para o reformador, a vontade de Deus é imutável e absoluta. E para que sua asseveração supracitada não venha repercutir como um determinismo ingênuo, ele elenca a predestinação por todo o seu comentário sobre a epístola aos Romanos, como uma ação divina revelada nas Escrituras e que incontestavelmente ocorrerá não por força das contingências, mas pela vontade inalterável de Deus.

Sem discutir muita esta elucubração, Lutero prossegue em sua análise sobre a doutrina da predestinação com base em Romanos 8.28, correlacionando-a com outros textos bíblicos. Ele trata do assunto a partir de *três* segmentos: das provas a favor de uma predestinação imutável a partir dos textos das Escrituras e das obras de Deus, das contestações e ressalvas dos que transferem a culpa de uma condenação para Deus, e por fim, a partir do consolo e da esperança que esta doutrina pode trazer aos corações amedrontados.<sup>220</sup>

#### 4.1.1 Primeiro Segmento - Provas da imutável predestinação nas Escrituras

Neste *primeiro segmento*, Lutero faz *seis apontamentos* a partir da citação de vários textos das Escrituras Sagradas, reiterando, em seu *primeiro apontamento*, que toda a abordagem do apóstolo em Romanos 9, considerado como o capítulo da epístola que versa mais especificamente sobre o tema da predestinação, tem início com Romanos 8.28: “E sabemos que todas as coisas cooperam para o bem daqueles que amam a Deus, daqueles que são chamados segundo o seu propósito”.

Fica claro para o reformador que o termo *propósito* usado atenciosamente por Paulo, aponta para a predestinação (ou para o seu aspecto positivo, a eleição) estabelecendo a seguinte distinção: alguns dentre os pecadores são *chamados* à salvação, mas não todos. Os *não chamados*, não podem ser considerados como

<sup>219</sup> KOLB; TRUEMAN, 2017, p. 119, 120.

<sup>220</sup> LUTERO, 2003, p. 306.

*eleitos* e sim, como *réprobos*.<sup>221</sup> John Stott compartilha da mesma ideia de Lutero sobre o sentido do vocábulo *chamados*:

[...]Paulo esclarece o que quis dizer no versículo 28 ao referir-se ao 'propósito' de Deus, segundo o qual ele nos chamou e age para que tudo contribua para o nosso bem. Ele analisa o 'bem' segundo os parâmetros de Deus, bem como o seu propósito de salvação, através de cinco estágios[...]. [...]Primeiro há uma referência a *aqueles que Deus de antemão conheceu*. Essa alusão a 'conhecer de antemão', isto é, saber de alguma coisa antes que ela aconteça, tem levado muitos comentaristas, tanto antigos como contemporâneos, a concluir que Deus prevê quem irá crer e que essa presciência seria a base para a predestinação. Mas isso não pode estar certo, pelo menos por duas razões. A primeira é que neste sentido Deus conhece todo mundo e todas as coisas de antemão, ao passo que Paulo está se referindo a um grupo específico. [...] Assim, outros comentaristas nos fazem lembrar que no hebraico o verbo 'conhecer' expressa muito mais do que mera cognição intelectual; ele denota um relacionamento pessoal de cuidado e afeição. Portanto, se Deus 'conhece' as pessoas, ele sabe o que passa com elas; e quando se diz que ele 'conhecia' os filhos de Israel no deserto, isto significa que ele cuidava e se preocupava com eles. Na verdade Israel foi o único povo dentre todas as famílias da terra a quem Javé 'conheceu', ou seja, amou, escolheu e estabeleceu com ele uma aliança. [...] Isto se encaixa com a grande declaração de Moisés: 'Não vos teve o Senhor afeição, nem vos escolheu, porque fôsseis mais numerosos do que qualquer povo... mas porque o Senhor vos amava...'.<sup>222</sup>

Tanto o reformador quanto Stott, correlacionam os termos "chamados, conheceu e propósito" à eleição de pecadores à salvação. Isto posto, Lutero parte para o *segundo* e *para o terceiro apontamento*. Nestes, salienta que a distinção entre eleição e reprovação, exemplificada em Romanos 9 a partir das histórias de Isaque e Ismael, Jacó e Esaú, é reafirmada nos vs.15 e 17. O *primeiro* versículo alude à eleição como oriunda da misericórdia graciosa de Deus. No *segundo*, o endurecimento do coração de Faraó serve como exemplo da reprovação divina a alguns. E em Romanos 9.18, segue-se a conclusão de que Ele endurece o coração de alguns, assim como tem misericórdia de outros, tema desenvolvido detalhadamente por Paulo nos capítulos 10 e 11 da mesma epístola.<sup>223</sup>

No *quarto*, *quinto* e *sexto* apontamentos Lutero encerra seus comentários neste *primeiro segmento* citando seis textos bíblicos sem fazer qualquer comentário interpretativo sobre a ligação entre estes e a doutrina da predestinação, posto que tais textos falem deste assunto "por si próprios". Todos estes textos apontam para a

<sup>221</sup> LUTERO, 2003, p. 307.

<sup>222</sup> STOTT, John R. W. **A mensagem de Romanos**. Tradução de Silêda e Marcos D. S. Steuernagel. reimpr. São Paulo: ABU, 2001. p. 300-301.

<sup>223</sup> LUTERO, 2003, p. 307.

segurança da salvação das pessoas eleitas: João 10.29, João 13.18, João 6.44, João 6.45a, Salmos 115.3 e II Timóteo 2.19.<sup>224</sup>

Encerradas as citações e as argumentações derivadas destes textos da Escritura, Lutero, dando continuidade ainda ao *primeiro segmento*, procura provar a existência de uma *predestinação imutável de Deus*, a partir das *obras de Deus*. Três são as *provas* que ele elenca.

Na *primeira prova*, Lutero volta a citar Ismael, Esaú e Faraó ligando-os à doutrina da predestinação exposta em Romanos 9, ressaltando que a ação soberana de Deus na vida destes indivíduos, no caso, sua reprovação, é *uma obra de Deus*, pois nada foge de seu controle. Na *segunda*, Lutero menciona novamente a relação entre *sofrimento* e *eleição* já discutida anteriormente: mesmo em meio às tribulações os santos não desanimam da fé, pois a eleição divina os sustenta. Por fim, na *terceira* e última *prova*, Lutero afirma que Deus demonstra a doutrina da eleição ao permitir que pessoas realizadoras de boas e relevantes obras durante suas vidas estejam entre os réprobos, sendo condenadas eternamente, enquanto outras, promulgadoras de imensos danos, sejam repentinamente convertidas e salvas pela vontade divina. Ele lista como exemplo destes contrastes, os reis Saul e Manassés, Judas e o ladrão crucificado ao lado de Cristo no Gólgota. Tal contraste também é evidenciado pela salvação de várias prostitutas e pecadores confessos e pela rejeição de sábios e de praticantes regulares de boas obras.<sup>225</sup>

Talvez a dessemelhança mais significativa mencionada pelo reformador seja a de Judas e a do ladrão supracitado. Mesmo tendo sido escolhido para fazer parte do círculo mais íntimo de seus discípulos, denominado de *os doze*, e desempenhando uma função importante e de confiabilidade no grupo (tesoureiro), Judas acabou traíndo à Jesus de maneira sórdida (Lc 6.12,16, Lc 22.3-6; 47-53, Jo 13.29)<sup>226</sup>. O ladrão, diferentemente deste discípulo que andou ao lado de Cristo durante três anos, ao reconhecer a grandeza de sua pecaminosidade, fez, arrependido, uma das mais completas confissões sobre Jesus, reconhecendo-o como Deus, Messias e Rei:

Nem ao menos temes a Deus, estando sob igual sentença? Nós, na verdade, com justiça, porque recebemos o castigo que os nossos atos merecem; mas

<sup>224</sup> LUTERO, 2003, p. 307.

<sup>225</sup> LUTERO, 2003, p. 307, 308.

<sup>226</sup> Todas as referências encontram-se respectivamente na Bíblia de Estudo da Reforma nas seguintes páginas referenciadas nesta nota. BIBLIA, 2017, p. 1689, 1690, 1735, 1736,1737,1739,1785.

este, nenhum mal fez. E acrescentou: Jesus, lembra-te de mim quando vieres no teu reino. (Lc 23.40-42).<sup>227</sup>

Este ladrão, quando comparado com Judas no que diz respeito ao convívio com Cristo, teve apenas algumas horas em sua companhia. E estava em intensa agonia, em uma das piores torturas que o mundo já testemunhou. E, ainda assim, creu em Jesus, chegando à salvação. A fala de Jesus remetida ao ladrão é estupefaciente, se mensurada pela ética humana: “Em verdade te digo que hoje estarás comigo no paraíso (Lc 23.43)”. A.T. Robertson enfatiza quão graciosa e imediata foi a salvação deste ladrão após seu encontro com Cristo, fruto da eleição divina:

*Lembra-te de mim, quando entrares no teu Reino[...]. [...] Não está claro se ele espera a bênção imediata ou se somente no juízo. [...] Por mais básicas que pudessem ser as ideias messiânicas do ladrão, Jesus limpa o caminho para ele. Ele lhe promete comunhão imediata e consciente depois da morte, com Cristo [...] a própria bem aventurança do céu.*<sup>228</sup>

As obras de Deus quanto à eleição e reprovação neste sentido demonstram duas situações que ferem o orgulho humano: nem sempre os que vivem uma vida inteira dedicada às boas obras, confiando nelas para escapar da condenação, são salvos do juízo divino. Se em nossa lógica, justos são os “eticamente corretos” e por isto merecem o céu, para Deus, a perspectiva é outra: “não há um justo sequer” (Rm 3.10), todos são pecadores. Somente a eleição graciosa de Deus distingue pecadores e pecadores.

#### *4.1.2 Segundo Segmento - Das contestações e ressalvas dos que transferem a culpa da condenação eterna para a vontade ou desígnio de Deus*

Depois do término dos argumentos que compõe o *primeiro* segmento, Lutero dá início ao *segundo*, passando a analisar os *motivos* e os *argumentos* dos objetores à predestinação imutável *de Deus*.

Em relação aos motivos, Lutero denomina de “sabedoria da carne” as múltiplas indagações feitas por estes em um corolário sem fim, questionando o porquê Deus quer e faz as coisas da maneira como faz e procurando colocar-se acima Dele ao julgar ser a vontade divina quanto à eleição e reprovação inferior aos seus desejos.

<sup>227</sup> BÍBLIA, 2017, p. 1742, 1743.

<sup>228</sup> ROBERTSON, A. T. **Comentário Lucas:** à luz do Novo Testamento grego. Tradução de Luís Aron de Macedo. São Paulo: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2013. p. 380-381.

Lutero lhes assevera que jamais encontrarão uma resposta satisfatória e por isto, aponta a mesma dada por Paulo em Romanos 9.20, 21, a qual demonstra como atua a vontade suprema de Deus a partir da metáfora onde Ele é o oleiro, e o ser humano, o barro. E ele interpreta a afirmação do apóstolo em Romanos 9.21 da seguinte maneira: “Tu estás sob a vontade de Deus; como te arrogas, então, a ponderar com ele e a tentar colocar-lhe limites?”<sup>229</sup> Henry T. Mahan faz apontamentos sobre este texto que reforçam a interpretação do reformador e ainda elucidam o sentido do significado do termo “poder” na relação oleiro/barro:

‘Ó homem, quem és tu que a Deus replicas’. Quem és tu para interrogares a providência de Deus ou esperares compreender os Seus caminhos? Que loucura e arrogância para uma criatura finita propor-se a julgar a misericórdia e a justiça de Deus! A resposta ao porquê de Deus fazer o que faz encontra-se nEle mesmo e não na nossa sabedoria natural. [...] A palavra “poder”, aqui, indica direito, privilégio ou autoridade. Deus tem o direito de fazer o que quiser daquilo que é Seu.<sup>230</sup>

Estas indagações do apóstolo são suficientes, assegura Lutero, para descortinar os *motivos* dos objetores ao questionar a imutável predestinação de Deus. A sua atenção, por conseguinte, volta-se mais intensamente na análise de *quatro* argumentos formulados pelos opositores da doutrina em questão.

No *primeiro* argumento, os opositores afirmam que o ser humano é possuidor de uma livre volição, através da qual ele é merecedor ou não de algo. A réplica dada por Lutero à esta pífia elucubração é que, embora a vontade humana seja livre para escolher algumas coisas terrenas, é inapta em querer voltar-se para Deus ou para as coisas espirituais. A vontade do pecador só se torna livre com relação à salvação quando Deus lhe concede sua graça.<sup>231</sup>

Já o *segundo* argumento, está baseado na passagem bíblica de I Timóteo 2.4, que afirma ser a vontade de Deus que *todos* os indivíduos sejam salvos e por isso entregou a Cristo para morrer pelos pecadores, os quais foram criados com o propósito de viverem eternamente. Lutero os refuta, citando II Timóteo 2.10: “Por esta razão, tudo suportar por causa dos eleitos, para que também eles obtenham a salvação que está em Cristo Jesus, com eterna glória.” Para ele, as sentenças de I Timóteo 2.4, só podem ser lidas à luz de II Timóteo 2.10. E completa sua refutação com a seguinte

<sup>229</sup> LUTERO, 2003, p. 308.

<sup>230</sup> MAHAN, Henry T. **Pequenos Comentários Peregrino: Romanos**. Lisboa: Peregrino, 1987. p. 80.

<sup>231</sup> LUTERO, 2003, p. 308, 309.

assertiva, talvez a mais radical de todas encontradas neste comentário, quando se pensa em termos de eleição e reprobção: “Pois, num sentido absoluto, Cristo não morreu por todos, visto que ele diz: ‘Esse é o sangue que é derramado por vós’ e ‘por muitos’ - ele não diz: por todos - ‘para a remissão dos pecados’ [Mc 14.24, Mt 26.28, Lc 22.20]”.<sup>232</sup>

Se existe algum momento em que Lutero parece admitir uma *dupla predestinação* ou uma *predestinação distintiva* é este, onde afirma cabalmente que a expiação de Cristo não foi por toda humanidade. George entende que Lutero apoiava uma *dupla predestinação*, restringindo “o alcance da expiação aos eleitos[...]”.<sup>233</sup> Hendrix compartilha de uma posição semelhante à de George.<sup>234</sup>

Possivelmente ainda influenciado pelo radicalismo existente na relação entre predestinação e vontade absoluta, propagado pela teologia nominalista, Lutero fez uma leitura extremamente agostiniana na correlação dos textos das epístolas de Timóteo, parecendo assim, dar apoio a uma interpretação que favoreça a ideia de uma *dupla predestinação*, ou como denomino-a, uma *predestinação distintiva*.

Prosseguindo, em seu *terceiro* argumento, os objetores à predestinação apelam nesta argumentação para um tipo de silogismo: Deus não condena aos seres humanos que não estejam em pecado. Logo, se os seres humanos pecam necessariamente, contra a sua vontade, posto que não podem deixar de assim agir, são, portanto, condenados injustamente.<sup>235</sup> Lutero vai lhes responder fazendo uma distinção entre natureza pecaminosa e atitude pecaminosa: todos os seres humanos são pecadores<sup>236</sup>, mas quando agem de maneira pecaminosa, não o fazem por alguma imposição ou coagidos contra a sua vontade. Segundo ele, uma das características dos eleitos é que estes odeiam o pecado, os réprobos, porém, continuam no pecado de maneira prazerosa e voluntária.<sup>237</sup>

---

<sup>232</sup> LUTERO, 2003, p. 309.

<sup>233</sup> GEORGE, 1994, p. 78.

<sup>234</sup> Nesta citação, em nosso entendimento, o termo predestinação utilizado pelo autor tem o sentido de dupla predestinação ou, como denomino o conceito de predestinação Lutero, *predestinação distintiva*. Pois, de acordo com Hendrix, Lutero “[...] sustentou a doutrina da predestinação durante toda a sua vida, [...]”. GASSMANN, Günther; HENDRIX, Scott. **As Confissões Luteranas**: introdução. Tradução de Enio R. Mueller. São Leopoldo: Sinodal, 2002. p. 146.

<sup>235</sup> LUTERO, 2003, p. 309.

<sup>236</sup> Vários textos das Escrituras, apontam para o fato do ser humano nascer em pecado: Sl 51.5, Rm 3.10 e Rm 5.19. BÍBLIA, 2017, p. 899, 1893 e 1897.

<sup>237</sup> LUTERO, 2003, p. 309.

Com esta diferenciação, Lutero preserva tanto a santidade de Deus, quanto a total depravação humana. Deus não é o autor do mal ou do pecado; os réprobos pecam em consonância com seus desejos pecaminosos. Aqui, reverbera-se o pensamento de Agostinho. Neste sentido, comenta Sproul:

O pecador peca porque escolhe pecar, não porque é forçado a pecar. Sem a graça, a criatura carece da capacidade de escolher a justiça. Ele está sujeito aos seus próprios impulsos pecaminosos. Para escapar dessa sujeição, o pecador precisa ser libertado pela graça de Deus. Para Agostinho, o pecador é livre e está em sujeição ao mesmo tempo, mas não no mesmo sentido. Ele é livre para agir de acordo com os seus próprios desejos, mas seus desejos são apenas maus. Num sentido irônico, ele é um escravo de suas próprias paixões más, um escravo da sua própria vontade corrompida.<sup>238</sup>

O pecador, quando peca, peca livremente. Na realidade, não há nada que possa fazer até ser liberto pela graça de Cristo, a não ser pecar: “Se, pois, o Filho vos libertar, verdadeiramente sereis livres (Jo 8.36)”.<sup>239</sup> Mesmo seus atos de justiça civil, considerados como nobres, se considerados do ponto de vista da justiça divina, estão manchados pelo pecado e não podem alcançar qualquer valor meritório em relação à salvação eterna. Esta é dada somente pela graça divina ao pecador, mediante a fé em Cristo.

Tais pressupostos levam aos objetores ao *quarto* argumento, onde levantam o seguinte questionamento: por que Deus endurece o querer dos réprobos, ordenando a fazer coisas que não quer que façam e que são opostas à sua lei? A conclusão torna-se lógica para estes inquiridores: a motivação dos seres humanos cometerem atos pecaminosos e serem condenados eternamente repousa em Deus.<sup>240</sup>

Se no argumento anterior, o uso de um silogismo objetivava a falaciosa mistura entre natureza pecaminosa e ato pecaminoso, neste encontra-se um ataque ontológico: a própria essência de Deus, como aquele que é próprio *sumo bem* é questionada. Lutero responde, baseado novamente na teologia do autor da epístola aos Romanos, que as indagações dos opositores, não passam de manifestações antropocêntricas:

[...]Deus quer que assim seja e que, ao querê-lo, ele não é injusto, pois todas as coisas são suas, assim como a argila é do oleiro. Portanto, ele concede mandamentos a fim de que os eleitos os cumpram, mas para que os réprobos neles se enredem, para revelar a sua ira e sua misericórdia[...]

<sup>238</sup> SPROUL, 2001, p. 63.

<sup>239</sup> BÍBLIA, 2017, p. 1772.

<sup>240</sup> LUTERO, 2003, p. 309.



Consequentemente, é preciso pensar de forma diferente a respeito de Deus do que [se pensa] a respeito do homem. Pois [Deus] não deve nada a ninguém. Assim ele diz a Jó [41.11]: ‘Quem primeiro me deu a mim, para que eu haja de retribuir-lhe? Tudo o que está debaixo dos céus é meu’. O apóstolo também cita esta palavra final do capítulo 11 [sc. Rm 11.35]: ‘Quem primeiro lhe deu a ele, para que lhe venha a ser retribuído’?<sup>241</sup>

A partir das palavras das Escrituras, Lutero afirma que se todos os seres humanos fossem condenados eternamente, em nada isto alteraria o caráter de Deus quanto à sua bondade e justiça. Deus jamais pode ser de forma alguma o autor do mal. Como afirmou Mahan: “[...] Na verdade, a doutrina da eleição, longe de ser uma doutrina dura e cruel, é causa de regozijo, pois se não tivesse sido a vontade de Deus salvar um povo, nem judeus nem gentios escapariam à ira futura. Seríamos todos destruídos[...]”.<sup>242</sup>

Lutero vai concluir em sua argumentação que, se da humanidade decaída, Deus decide reprovar alguns e eleger a outros, isto acontece para que seja revelada ao mundo a sua ira e a sua grande misericórdia. Os réprobos continuam a pecar não porque sejam forçados a isto, mas porque desejam agir em contrariedade à vontade divina; se perdem eternamente por sua própria culpa.

#### *4.1.3 Terceiro Segmento - O consolo e a esperança que a doutrina da predestinação pode trazer às pessoas cristãs temerosas*

Lutero, então, parte para a análise do *terceiro e último segmento*, onde contrasta as reações entre os possuidores da supramencionada “sabedoria da carne” e os que têm a “sabedoria do espírito” quanto à doutrina da imutável predestinação de Deus. E reitera: os *primeiros* se enfurecem quando passam a compreender que a salvação dos seres humanos não está baseada em seu “arrogante saber”, mas na eleição divina. Os possuidores da “sabedoria do espírito”, ao contrário destes, conforme já mencionado no início deste capítulo, manifestam sua alegria na doutrina da predestinação, sendo-lhes um assunto maravilhoso.<sup>243</sup> Stott evidencia a diferença entre estes: “[...] se são crentes, mesmo que estejam passando por um período de dúvida, eles sabem que no final a sua única certeza consiste na eterna vontade predestinadora de Deus”.<sup>244</sup>

<sup>241</sup> LUTERO, 2003, p. 309, 310.

<sup>242</sup> MAHAN, 1987, p. 81.

<sup>243</sup> LUTERO, 2003, p. 310.

<sup>244</sup> STOTT, 2001, p. 303.

É interessante notarmos, que na época da produção deste escrito, Lutero entendia que havia pessoas situadas numa espécie de “meio-termo”, as quais estariam se desprendendo da “sabedoria da carne” e movendo-se em direção da “sabedoria do espírito”. São os que, embora queiram fazer a vontade de Deus, mas por serem assombrados quanto à eleição, por um tempo não a têm como um algo aprazível.<sup>245</sup> Mesmo assim, a vivência neste “meio-termo”, faz com que participem de um processo que Lutero aponta como sendo uma *antiperístase*<sup>246</sup>, ou seja, pela circunstância dos contrários, a vontade de Deus passa a consolar estes amedrontados.

Ademais, este temor acaba produzindo, eficazmente, um antídoto contra o menor fomento de uma petulante salvação via méritos, pois os apavora e os despoja da falsa segurança em si mesmos. Também é um dos maiores sinais para tranquilizar aos receosos: somente os *humildes* temem quando confrontados pela Palavra de Deus e ficam desesperados de sua autojustiça. Lutero cita diversos textos para ratificar tal sinalização: Salmos 66.2, Salmos 112.1, Salmos 143 [*sic.*144.6], Isaías 11.2. Isaías 40 [*sic.* 35.4] e Lucas 12.32.<sup>247</sup> Estaria Lutero abrindo espaço para uma salvação via a virtude da humildade<sup>248</sup>, contrariando a justificação *apenas* pela fé? De modo nenhum. Ricardo Rieth elucida a aparente contradição:

E a graça, por sua vez, somente diz algo a quem se encontra em condição de temor e tremor. [...] Por isso, deve considerar suas obras como obras da lei, sendo, humildemente, tão só um pecador, que necessita ser justificado pela misericórdia divina. Essa compreensão fez com que diversos estudiosos caracterizassem a teologia de Lutero, nessa época, como uma ‘teologia da humildade’. Mesmo não querendo minimizar a importância de passagens que põem *humilitas* em posição de destaque, é preciso lembrar de trechos em que ele se manifesta de forma bem diferente. Comentando Rm 3.24, por exemplo, Lutero sublinha que somente a satisfação operada por Cristo em favor das *pessoas* liberta-as da tentação de deverem ou poderem, elas

---

<sup>245</sup> LUTERO, 2003, p. 310.

<sup>246</sup> “Antiperístase: aumento de intensidade de uma sensação pelo contraste com a sensação contrária, anteriormente experimentada.” HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. p. 147.

<sup>247</sup> LUTERO, 2003, p. 310.

<sup>248</sup> Na época deste escrito, a humildade era encarada como obra meritória diante de Deus, num sentido sinergista. Esta ideia de humildade, é na realidade, oposta à verdadeira humildade, pois só existe humildade, no não saber que se é humilde. Lutero, ainda sob influência monástica, entendia humildade como “nulidade”: o pecador que se apresentasse diante de Deus, “como sendo nada”, poderia ser salvo. Mais tarde, no entanto, ele afirmaria que tal “nulidade” não tem poder salvífico algum: somos salvos *somente* pela graça mediante a fé em Cristo. LOEWENICH, 1988, p. 131-133.

mesmas, fazer tal satisfação. *Deus dá sua graça única e exclusivamente com base na satisfação de Cristo.*<sup>249</sup> (grifo nosso)

O comentário de Rieth, demonstra a pretensão de Lutero de pôr em relevo a humildade como sinal de reconhecimento, por parte do pecador, de que suas obras são ineficientes para alcançar a salvação, fazendo com que necessite confiar inteiramente em um favor não merecido (graça) para recebê-la.

Lutero prossegue seus comentários, apontando outro sinal característico apenas das pessoas eleitas: o medo ou insegurança no tocante à salvação. Os que estão mortos em delitos e pecados não têm realmente temor da condenação eterna. Nem mesmo podem ter, pois seus corações estão entorpecidos e escravizados por uma natureza que só tem o desejo de pecar. Ora, como temeriam a alguém em que não creem? Stott realça esta característica dos ímpios: “Quando se trata de incrédulos, eles nem se preocupam com a sua salvação - até que, e a não ser que, o Espírito Santo os convença do pecado, como um prelúdio para a sua conversão”.<sup>250</sup> O desejo dos réprobos quanto à salvação e às coisas espirituais simplesmente é inexistente, assim como seu temor do juízo divino:

E por toda a parte, nas Escrituras, pessoas desse tipo, que temem a Palavra de Deus, são elogiadas e confortadas. Pois elas desistem de si mesmas, e a Palavra de Deus realiza sua obra, criando nelas o temor diante de Deus. Assim como aqueles que estão endurecidos diante da Palavra de Deus e confiam em si mesmos possuem um sinal péssimo, aqueles que tremem diante dela e temem têm o melhor de todos os sinais; é como está escrito no Salmo 143 [sc.144.6]: ‘Arremessa as tuas flechas, e os desbaratarás’. Se alguém tem muito medo de não ser eleito ou é tentado por causa da sua eleição, que agradeça por este temor e alegre-se por estar com medo, [...]. [...]Portanto, que se lance corajosamente na fidelidade de Deus, que faz a promessa, que se volte a ele, desviando-se da presciência de um Deus aterrador, e será salvo e eleito. Seguramente não é próprio de pessoas más, pelo menos, nesta vida, temer aquele juízo oculto de Deus; esta é, antes, um comportamento próprio dos eleitos. Pois os maus o menosprezam[...] e não se voltam para ele, ou, então, se tornam desesperadamente presunçosos, dizendo: ‘Se estou condenado, serei condenado’.<sup>251</sup>

Parece ficar claro a partir deste comentário, que humildade e temor diante de Deus não são em si meios à salvação e nem sinais que ocorrem na vida do pecador como preparatórios para que este receba a salvação. São *sinais* da eleição presentes no pecador remido que não tributa à sua salvação nada que advenha de si próprio, mas unicamente da misericórdia e graça divinas. Conforme afirmou Lutero: “[...] ‘a

<sup>249</sup> RIETH, 2003, p. 246, 247.

<sup>250</sup> STOTT, 2001, p. 303.

<sup>251</sup> LUTERO, 2003, p. 311.

única preparação infalível para a graça[...] é a eleição eterna e a predestinação de Deus”<sup>252</sup>.

O reformador, antes de concluir seus apontamentos sobre Romanos 8.28, faz uma reflexão sobre *três graus* de sinais da eleição. O *primeiro* diz respeito aos que satisfeitos com a vontade de Deus, não se queixam, crendo que estão entre os *eleitos*. O *segundo* tem a ver com os que se contentam ou desejam ter a disposição de contentar-se com Deus, mesmo se pertencessem ao grupo dos *réprobos*. E o *terceiro* é o que Lutero considera o mais elevado. Ele inicia seus comentários sobre Romanos 9, ligando-os a este *grau* ou *senal*.<sup>253</sup> Segundo ele, existem pessoas que se conformariam de para ir o inferno, se com isto, a vontade de Deus se cumprisse plenamente em suas vidas. Ao comentar sobre Romanos 9.3, ele cita o apóstolo Paulo, como alguém que teria esta disposição. Se necessário fosse, Paulo preferia ser condenado eternamente para que seus compatriotas judeus fossem salvos. Lutero afirma que quem se rende à vontade de Deus a este ponto, ama a Ele e Sua glória acima de tudo; então, este alguém é salvo.<sup>254</sup>

Estaria Lutero ensinando que a auto renúncia ou o amor a Deus pode salvar alguém? Ou ainda uma salvação via amor ao próximo? Ou Lutero estaria propondo que apenas os eleitos podem ter este amor a Deus? A resposta à estas três perguntas, quando respondidas à luz da supramencionada relação entre salvação e humildade, é provavelmente negativa. Assim como a humildade, os sinais supracitados, são sinais oriundos da *eleição*, como ele mesmo aponta. Alguns dentre os eleitos, após terem sido salvos pela graça divina, poderiam abandonar a si mesmos e experimentar um amor por Deus a tal ponto que, se a sua vontade fosse condená-los, eles o admitiriam. Para estes eleitos, o querer de Deus é a própria salvação. George faz uma importante observação em relação a possível influência da tradição mística sobre o pensamento de Lutero neste sentido:

A resignação com o inferno era tema popular na tradição mística e significava passividade absoluta, um total deixar-se perder (*Gelassenheit*) ante o abismo do ser de Deus. Lutero dizia que Deus dispensava esse dom aos eleitos de maneira breve e escassa, quase sempre na hora da morte.<sup>255</sup>

<sup>252</sup> LUTHER, 1962 apud GEORGE, 1994, p. 78.

<sup>253</sup> LUTERO, 2003, p. 314.

<sup>254</sup> LUTERO, 2003, p. 314.

<sup>255</sup> GEORGE, 1994, p. 79.

Esta influência esteve sempre presente no pensamento do reformador sobre predestinação? Absolutamente. Althaus, inclusive, afirma que esta ideia da “resignação à condenação” ensinada pela mística, não se repete de forma notória no pensamento ou nos escritos de Lutero.<sup>256</sup> Por isto, mesmo diante desta eventual influência, não entendemos que Lutero esteja ensinando uma salvação embasada no amor ou na resignação. Os diversos apontamentos sobre predestinação feitos por ele no próprio comentário aos Romanos demonstram claramente isto: os eleitos são salvos unicamente por graça e misericórdia divinas e não via alguma disposição de seu coração ou esforço próprio resignatório. Qualquer afirmação em contrário, seria negar as várias proposições encontradas neste escrito a favor de uma eleição incondicional.

Lutero encerra seus comentários sobre Romanos 8.28 e 9.3, e avança em seus comentários sobre a imutável predestinação de Deus nesta epístola. Ao comentar Romanos 9.16-17, ele faz uma síntese, onde recapitula as ideias anteriormente trabalhadas em Romanos 8.28, reforçando mais uma vez, o conceito de uma *predestinação distintiva*, segundo o qual eleição e reprovação eternas estão inteiramente dependentes da soberana vontade divina, que por sua graça e misericórdia age na vida dos pecadores. Por isto, destacamos apenas um de seus comentários sobre o texto de Romanos 9.17. Nele, Lutero realça a ação divina *monérgica* quanto à salvação do pecador, acabando com a possibilidade da expressão “não depende de quem quer ou corre”, utilizada por Paulo no versículo anterior (v.16), vir a ser entendida como uma ação *sinérgica* no processo salvífico.<sup>257</sup>

Terminadas as considerações sobre os pressupostos apresentados por Lutero quanto à doutrina da predestinação em Romanos, passamos, a partir de agora, para a análise das suas ideias sobre predestinação, encontradas em *cinco* obras publicadas *posteriormente* ao *De Servo Arbitrio*.

---

<sup>256</sup> ALTHAUS, 2008, p. 302-303.

<sup>257</sup> Lutero de novo trata a predestinação a partir dos filhos de Rebeca e da rejeição de Faraó: “Jacó foi amado por Deus por ter sido eleito, e obteve misericórdia porque assim aprovou a Deus desde a eternidade. Foi exatamente isso que ele disse a Moisés: ‘Terei misericórdia’, etc. [Êx 33.19]. Após ter feito estas afirmações, ele, de imediato e com a máxima habilidade, complementa, como consequência do que foi dito, que é tão-somente devido ao Deus misericordioso que alguém é amado ou se torna justo, visto que, em geral, todos fazem igualmente parte da massa de perdidos e ninguém é justo diante de Deus se ele não tiver misericórdia. Segue-se então: ‘Porque a Escritura diz’. Isso significa que tudo depende exclusivamente da misericórdia de Deus e não do querer de alguém.” LUTERO, 2003, p. 319.

## 4.2 PRELEÇÃO SOBRE A PRIMEIRA EPÍSTOLA DE JOÃO

A época em que Lutero escreveu a *Preleção sobre a Primeira Epístola de João*, aproximadamente em 1527, foi marcada por profundas angústias. A peste invadiu a cidade de Wittenberg, provocando a transferência da Universidade desta localidade para a cidade de Jena. Isto reduziu a assistência das “preleções” de um número expressivo de aproximadamente mais de trezentos estudantes à um punhado que permaneceu na cidade mesmo depois de assolada pela doença.<sup>258</sup>

O apoio ao movimento da Reforma também estava sofrendo perdas significativas em vários âmbitos da sociedade, provavelmente em decorrência da desavença de Lutero com Karlstadt e Tomás Müntzer.<sup>259</sup> Mas o rompimento mais significativo ocorrido nesta época, relacionado à um dos temas centrais desta pesquisa (a doutrina da predestinação de Lutero), se deu com Erasmo de Roterdã<sup>260</sup> devido às razões explanadas no capítulo *três* deste trabalho.

Ao discorrer sobre a existência da luta da pessoa cristã contra o pecado que ainda habita em sua natureza carnal e sobre a associação possível entre a fé salvífica e as obras, - alguns dos diversos tópicos elementares da teologia evangélica abordados em seu escrito sobre I João - Lutero toca em um assunto que tem ligação direta com a doutrina da predestinação: a *propiciação*. Ele faz as seguintes assertivas ao comentar I João 2.2<sup>261</sup>:

Ele não está à direita do Pai para nos aterrorizar, mas é nossa propiciação. E, no entanto, procuramos outros advogados, outros que ofereçam satisfação e propiciação por nossos pecados. Nossos pecados são excessivamente grandes e não podem ser remidos por nossas obras; [...]. [...] É certo que tu também és parte do mundo. Não te engane o coração, dizendo: ‘O Senhor morreu por Pedro e por Paulo, ofereceu satisfação por eles, mas não por mim’. Por isso, cada pessoa que tem pecado seja chamada para este lugar, [...] pois ele se tornou propiciação pelos pecados de todo o mundo e carrega os pecados do mundo inteiro. Pois todos os ímpios foram colocados juntos e chamados, mas eles não quiseram aceitar.<sup>262</sup>

<sup>258</sup> WITT, Osmar L. Introdução. In: LUTERO, Martinho. *Preleção sobre a Primeira Epístola de João*. In: **Obras Selecionadas**: Interpretação do Novo Testamento: João 14-16, 1 João. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia; Canoas: ULBRA, 2010. v. 11. p. 443.

<sup>259</sup> O *primeiro* defendia ideias extremistas em favor da Reforma, afastando-se de Lutero e sua confiança na Palavra. O *segundo*, defendeu uma espiritualidade entusiasta, chegando a propor uma salvação pela experiência da cruz. WITT, 2010, p. 443.

<sup>260</sup> WITT, 2010, p. 444.

<sup>261</sup> “[...] e ele é a propiciação pelos nossos pecados, e não somente pelos nossos próprios, mas ainda pelos do mundo inteiro”. BÍBLIA, 2017, p. 2161, 2162.

<sup>262</sup> LUTERO, 2010, p. 463, 464.

Lutero aqui liga o termo *propiciação* a Jesus. Como este não é um termo usual e nem pertinente à linguagem coloquial, penso neste momento ser necessário fazer uma pequena explanação lexicográfica sobre o conceito bíblico do vocábulo *propiciação*.

E. W. Vine elucida que o termo *propiciação* no texto de I João 2.2, vem do grego *hilasmos*, cognato de *hileōs*<sup>263</sup> (misericordioso, propício), e tem como significado “expição”<sup>264</sup>, “um meio pelo qual o pecado é coberto e remido”.<sup>265</sup> Gingrich e Danker conceituam etimologicamente *hilasmos*, como “expição, oferta pelo pecado”.<sup>266</sup> O Léxico Grego-Português do Novo Testamento baseado em domínios semânticos classifica o termo *propiciação* como pertencente ao domínio semântico da reconciliação e do perdão e traduz o termo *hilasmos*, como “o meio pelo qual pecados são perdoados, ‘o meio do perdão, expiação’; [...] ele (Cristo) é o meio pelo qual os nossos pecados são perdoados (1 Jo 2.2)”.<sup>267</sup> Link e Brown chamam a atenção de que *hilasmos* nas Escrituras, só ocorre nesta epístola.<sup>268</sup> Vine ainda salienta que *hilasmos* tem importante significado neotestamentário:

É usado no Novo Testamento acerca do próprio Cristo como ‘a propiciação’ (I Jo 2.2 e 4.10), significando que Ele, através do sacrifício expiatório da Sua morte, é o meio pessoal por meio de quem Deus mostra misericórdia ao pecador que crê em Cristo como o único meio providenciado.<sup>269</sup>

Antes de prosseguirmos, cabe fazer uma ressalva. Compreendemos que, todas as vezes que alguém lida com sentido etimológico de vocábulos, se torna necessária certa cautela; a aproximação deste termo grego é feita com cuidado. Algo, no entanto, entendemos ser comum aos lexicógrafos quanto ao sentido do vocábulo *hilasmos* em I Jo 2.2: Cristo, é o meio pelo qual, os pecados dos pecadores são perdoados. Desta maneira, um dos sentidos primevos de *propiciação* vem à tona com força: reconciliação. Cristo está, por meio de seu sacrifício da cruz, reconciliando o pecador auto-encurvado, voltado somente para si, com Deus. Ele está desfazendo a

---

<sup>263</sup> VINE, 2006, p. 907.

<sup>264</sup> O termo *hilasmos* (expição), “descreve o meio (em e através da Pessoa e obra do Senhor Jesus Cristo, na morte da cruz pelo derramamento de seu sangue no sacrifício vicário que fez pelo pecado), pelo qual Deus mostra misericórdia aos pecadores.” VINE, 2006, p. 636.

<sup>265</sup> VINE, 2006, p. 907.

<sup>266</sup> GINGRICH; DANKER, 1991, p. 101.

<sup>267</sup> LOUW; NIDA, 2013, p. 446, 448.

<sup>268</sup> LINK, Hans-Georg; BROWN, Colin. Verbetes Reconciliação, Restauração, Propiciação, Expição In: COENEN; BROWN (Orgs), 2000, p. 1959.

<sup>269</sup> VINE, 2006, p. 907.

inimizade que teve início no Éden do ser humano com o seu Criador, prefigurada e anunciada por todo o Antigo Testamento pelos profetas e que agora se cumpre.<sup>270</sup>

Voltando ao comentário de Lutero sobre o texto supracitado de I João 2.2, se observa que o reformador se aproxima do mesmo fazendo algumas asseverações sobre propiciação. *Primeiro*, ele está preocupado em deixar claro justamente isto: Cristo é a propiciação pelos pecados dos pecadores, como o próprio texto de João informa. Nada, muito menos obras humanas, podem perdoar o grau de hediondez dos nossos pecados. Somente a obra vicária de Cristo foi capaz de pagar a dívida da pecaminosidade da humanidade, resultante do pecado adâmico. Por conseguinte, a mínima sugestão da existência de propiciação que não por meio deste sacrifício é ilusória, fantasiosa ou inverídica.

*Segundo*, ele afirma aos seus leitores que esta propiciação é dirigida também a eles. Pode ser que, neste momento, Lutero esteja endereçando este texto a alguma pessoa cristã atemorizada com a “grandiosidade” de seus pecados, passando a crer na impossibilidade de perdão para si. O argumento para apaziguar estas consciências é este: Cristo morreu pelos pecados do mundo inteiro, e eles fazem parte deste mundo, como o fazem o apóstolo Pedro, o apóstolo Paulo ou como qualquer outro ser humano.

Lutero estaria remetendo este comentário *apenas* a crentes penitentes e contritos, os quais em face do combate diário com suas inclinações pecaminosas, precisavam ter certeza de que sua salvação e o perdão diário de seus pecados estavam assegurados pelo fato de ser Cristo a “sua propiciação”? Seria a estes que dirige estas palavras: “É certo que também tu és parte do mundo”? Pode ser que sim. Ao dirigir-se aos eleitos, talvez esteja lembrando-lhes de sua condição de *simul iustus et peccator*<sup>271</sup> e conclamando-os que não incorram em dois erros recorrentes na

---

<sup>270</sup> A reconciliação que Cristo efetuou na sua morte fica clara a partir destes textos de Romanos e II Coríntios: “Porque, se nós, quando inimigos, fomos reconciliados com Deus mediante a morte de seu Filho, muito mais, estando já reconciliados, seremos salvos pela sua vida; e não apenas isto, mas também nos gloriamos em Deus por nosso Senhor Jesus Cristo, por intermédio de quem recebemos, agora, a reconciliação” (Rm 5.11,12). [...] “Ora, tudo provém de Deus, que nos reconciliou consigo mesmo por meio de Cristo e nos deu o ministério da reconciliação, a saber, que Deus estava em Cristo reconciliando consigo o mundo, não imputando aos homens as suas transgressões e nos confiou a palavra da reconciliação” (II Co 5.18,19). BÍBLIA, 2017, p. 1897, 1971.

<sup>271</sup> Na visão de Lutero, o ser humano após a regeneração operada pela graça de Cristo em sua vida, passa a ter duas naturezas; a anterior (pecaminosa) e a nova natureza (fruto desta regeneração e da justificação). Por isto ele é “*simul iustus et peccator* - (ao mesmo tempo justo e pecador)”. SPROUL, 2001, p. 231.



caminhada cristã: o do desespero e o da incredulidade. O crente contrito, principalmente na época da Reforma, carente ainda de uma compreensão da justificação pela fé mais alargada, ao cometer algum pecado e sua consciência lhe acusando, poderia cair na desesperança, passando a ver a Cristo como um juiz severo.

Por conseguinte, devido ao medo do julgamento do reto juiz, a pessoa cristã poderia querer correr para os braços de qualquer outro meio, o qual, em seu pensamento, pode lhe valer como propiciatório diante de Deus. Lutero lhes garante: o sacrifício de Cristo é a única obra propiciatória aceita pelo Pai como expiação de nossos pecados. E aquele que é propiciação por nossos pecados não é um juiz espezinhador a cada pecado cometido, e sim, advoga ao Pai pela nossa absolvição.

O problema quanto às afirmações de Lutero em seu comentário sobre I João 2.2 em relação à predestinação se dá quando, ao tratar mais adiante sobre a questão da propiciação, ele se refere a esta como realizada por todos os pecadores na morte de Cristo, algo apontado pelas seguintes expressões contidas nas frases supracitadas: “*cada pessoa, propiciação pelos pecados de todo o mundo e pecados do mundo inteiro*”. Isto não conflitaria com o conceito de *predestinação distintiva* de Lutero no *De Servo Arbitrio*, onde a reprovação de parte da humanidade advém da vontade do *Deus absconditus*? Responderemos a este questionamento na parte conclusiva desta Dissertação.

É preciso deixar claro que Lutero não está propondo um tipo de universalismo<sup>272</sup>, onde todos os seres humanos, vivos e mortos, seriam salvos no juízo final divino.<sup>273</sup> Isto, além de ferir a ética, a justiça, e ser uma disparidade ao julgamento final assinalado em diversas passagens das Escrituras, seria inconcebível no pensamento do reformador, que por reiteradas vezes, se refere sobre a condenação de pecadores em seus escritos supracitados. A própria ideia expressa na frase: “[...] todos os ímpios foram colocados juntos e chamados, *mas eles não*

<sup>272</sup> “Universalismo: [...] doutrina ou crença que afirma que todos os homens estão destinados à salvação eterna [...]”. HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 1907.

<sup>273</sup> Vine traz uma observação sobre o texto I Jo 2.2 que ajuda a elucidar a ideia de Lutero vinculada ao *Deus revelatus*: “A tradução ‘pelos [pecados] do’ dá uma interpretação errada. O que é indicado é que a provisão foi feita pelo mundo inteiro, de forma que ninguém, pela predeterminação divina, está excluído do âmbito da misericórdia de Deus; porém a eficácia da ‘propiciação’ é tornada concreta para aqueles que crêem”. VINE, 2006, p. 907.

*quiseram aceitar* (grifo nosso)<sup>274</sup>, reforça a ideia de uma incapacidade total da humanidade pecadora voltar-se para Deus a não ser através de processo salvífico *monérgico*. Se a graça salvífica não intervêm em favor dos pecadores, estes continuam seu curso, sempre se opondo a salvação ofertada por Cristo.

Antes do término de nossos apontamentos sobre este escrito, cabe ainda abordar uma outra possibilidade interpretativa sobre as asserções de Lutero quanto ao texto de I João 2.2. É plausível, com o passar dos anos (pensamento reiterado algumas vezes nesta Dissertação), que haja um desenvolvimento ou até mesmo modificações na teologia de quem quer que seja. Teria Lutero abandonado a ideia de uma *predestinação distintiva* presente no *De Servo Arbitrio*?

A princípio, entendo não ter acontecido esta drástica mudança conceitual, pois fazia apenas dois anos de seu debate com Erasmo. No entanto, é necessário prosseguir a averiguação em outras de suas obras que tratem deste tema, a fim de ser verificada a existência ou não de afirmações semelhantes a estas ocorridas em I João 2.2. Somente desta maneira, pode-se chegar a um desfecho sobre possíveis divergências encontradas no pensamento do reformador quanto ao seu conceito sobre predestinação.

#### 4.3 COMENTÁRIO À EPÍSTOLA AOS GÁLATAS

O *Comentário à Epístola aos Gálatas*, é, na verdade, a reprodução de uma série de preleções ministradas por Martinho Lutero na Universidade de Wittenberg entre 3 de julho e 12 de dezembro do ano de 1531. A transcrição das aulas e edição do texto foi realizada por Jorge Rörer com a ajuda de Caspar Cruciger e Veit Dietrich.<sup>275</sup> O principal motivo pelo qual Lutero teceu comentários a respeito da epístola aos Gálatas, segundo Nestor L. J. Beck, foi o seguinte:

[...]esclarecer a doutrina ou artigo da fé, também chamada justiça cristã ou justiça e santidade passiva, que a gente não produz, mas recebe do alto e aceita como dádiva[...] sem iniciativa ou interferência de nossa parte; queria fortalecê-la contra deturpações futuras[...]. [...] Na verdade, o 'articulus (artigo)'[...] a que Lutero se refere, constitui o vórtice da controvérsia com os

<sup>274</sup> LUTERO, 2010, p. 463, 464.

<sup>275</sup> BECK, Nestor L. J. Introdução. In: LUTERO, Martinho. *Comentário à Epístola aos Gálatas*. In: **Obras Seleccionadas**: Interpretação do Novo Testamento: Gálatas - Tito. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia; Canoas: ULBRA, v. 10. 2008. p. 17.

adversários. Dele decorreram e, em razão dele, se justificavam todas as reformas realizadas no culto e na vida dos cristãos.<sup>276</sup>

Beck aqui se está se referindo à justificação pela fé.<sup>277</sup> Esta doutrina foi a causadora do turbilhão que gerou o debate acirrado entre Lutero e seus antagonistas na época da Reforma. O período em que Lutero realizou tais prédicas, inclusive coincidiu com a época em que estava sendo reformulado o artigo IV da *Confissão de Augsburgo* (que tratava da justificação pela fé) para que fosse reeditado na *Apologia da Confissão*. Dessa maneira, o conteúdo das sentenças encontradas em ambos escritos acabou sendo semelhante ou lembranças um do outro. O leitor deste comentário tem, portanto, diante de si, uma obra paralela à *Apologia da Confissão* podendo comparar o que ambas ensinam sobre justificação pela fé e sobre a relação entre a fé, o amor e a vida cristã.<sup>278</sup>

Por estarem imbricadas à justificação pela fé, as questões soteriológicas que envolvem a doutrina da predestinação vão aparecer em algumas partes do comentário de Lutero sobre a Epístola aos Gálatas. Em seus apontamentos sobre o texto de Gálatas 1.4<sup>279</sup>, encontramos as seguintes afirmações sobre a expressão “*por nossos*”, utilizada por Paulo ao se referir sobre os pecados da humanidade:

Mas a pergunta é: ‘Que se deve fazer com os pecados, não, somente, dos outros, mas, também, com os nossos?’[...] Examina, com cuidado e diligentemente[...] este pronome ‘por nossos’.[...] Com facilidade dizes e crês que Cristo, o Filho de Deus, foi entregue pelos pecados de Pedro, de Paulo e de outros santos que nos parecem ter sido dignos dessa graça[...] Quando, porém, trata-se de acrescentar o pronome ‘por nossos’, a nossa fraca natureza e razão saltam para trás e não ousam aproximar-se de Deus e propor a si mesmas que um tesouro tão grande lhes deva ser dado gratuitamente. Por isso, ela [i. é, a natureza] se recusa a tratar com Deus, a não ser que seja pura e sem pecado. Mesmo, lendo e ouvindo esta frase ou [frases] semelhantes: ‘O qual se entregou a si mesmo por nossos pecados, ela não aplica, contudo, o pronome ‘por nossos’ a si mesma, mas a outros que julga dignos e santos. Quanto a si mesma, a nossa fraca natureza prefere esperar até que se torne digna por meio de suas próprias obras.’<sup>280</sup>

<sup>276</sup> BECK, 2008, p. 18.

<sup>277</sup> A justificação pela fé é a “o artigo sobre o qual a igreja permanece ou cai”(articulus stantis et cadentis ecclesiae)”. Frase pertencente à um trecho adaptado do livro de R. C Sproul “Faith Alone: The Evangelical Doctrine of Justification (Somente a Fé: A Doutrina Evangélica da Justificação); (Baker, 2017). In: SPROUL, R. C. **A Reforma Resgatou o Evangelho**. Disponível em: <<https://www.thegospelcoalition.org/pt/article/a-reforma-resgatou-o-evangelho/>>. Acesso em: 21 jul. 2019.

<sup>278</sup> BECK, 2008, p. 21, 22.

<sup>279</sup> “[...]o qual se entregou a si mesmo pelos nossos pecados, para nos desarraigat deste mundo perverso, segundo a vontade de nosso Deus e Pai, [...]”. BÍBLIA, 2017, p. 1987.

<sup>280</sup> LUTERO, 2008, p. 54, 55.

No trecho acima, a universalidade do pecado é reafirmada pelo ex-frei agostiniano: não existe uma classe especial de pecadores ou de pecados que não possam ser perdoados por Cristo, ou pecadores dignos e perdão e outros não tão dignos assim. Da mesma forma, não existem pecados que possam ser perdoados por qualquer tipo de culto, obras ou méritos. Como expressou John Stott, ao fazer considerações sobre o mesmo texto de Gálatas comentado por Lutero: “Uma vez sabendo que Cristo ‘se entregou a si mesmo pelos nossos pecados’, entendemos que somos pecadores, incapazes de nos salvar, e deixamos de confiar em nós mesmos e em nossa justiça.”<sup>281</sup> Somente a morte do Filho de Deus pode perdoar os pecados dos pecadores, e isto deve ser “cimentado” nas mentes e corações das pessoas cristãs.

Mas o emprego da expressão “por nossos” em Gálatas 1.4 estaria vinculado à ideia de que Deus deseja salvar toda a humanidade? Possivelmente não, pois na interpretação de Lutero, o apóstolo aqui estaria se dirigindo a pessoas que já são cristãs e que se encontram em dificuldade em aceitar o perdão divino devido à sua confiança em seu orgulho pecaminoso. O uso desta expressão neste sentido aparece um pouco mais adiante, quando Lutero, a fim de assegurar a seus leitores a certeza do perdão dos pecados, passa a afirmar que a expiação ou propiciação dos pecados dos seres humanos efetuada por Cristo na cruz, tem, não um alcance restrito, mas *universal*:

Pois Cristo, deveras, não é um algoz, [...] mas o Propiciador pelos pecados de todo o mundo. [...] ocupa-te, principalmente, com o pronome ‘por nossos’, para que estas duas sílabas (nossos), uma vez cridas, também engulam e absorvam, depois, todo o teu pecado para que, enfim, saibas, com certeza, que Cristo não, apenas, tirou os pecados de alguns homens, mas, também, os teus e os de todo o mundo. A oferta foi feita pelos pecados de todo o mundo, embora nem todo o mundo o creia. [...] Cristo não foi entregue apenas pelos pecados dos outros, mas, também, pelos teus próprios.<sup>282</sup>

Nesta sentença aparecem novamente inter-relacionados, como no comentário de I João 2.2, os termos “propiciador, pecados, nossos” e a expressão “de todo o mundo”, todos reforçando uma oferta de perdão de pecados ancorada na ideia de uma *gratia universalis*.<sup>283</sup> E novamente apresenta a recusa de alguns em crer nesta

<sup>281</sup> STOTT, John R. W. **A mensagem de Gálatas**: somente um caminho. Tradução de Yolanda Mirdsa Krievin. 7 reimpr. São Paulo: ABU, 2016. p.19.

<sup>282</sup> LUTERO, 2008, p. 58.

<sup>283</sup> *Gratia universalis* significa graça universal. Este é o nome dado ao termo presente em algumas dogmáticas luteranas, usado a fim de defender a ideia de que a promessa da salvação é oferecida realmente a todos os pecadores por meio do Evangelho. MUELLER, John Theodore. **Dogmática Cristã**. Tradução de Martinho L. Hasse. 4 ed., rev. e ampl. Porto Alegre: Concórdia, 2004. p. 554.

oferta, favorecendo o pensamento de que há na vontade humana, um poder intrínseco em resistir à vontade divina quanto à efetividade da salvação.

Lutero, entretanto, ainda na mesma obra, ao comentar sobre a vida e o chamado do apóstolo Paulo em Gálatas 1.15,16, menciona uma ideia que parece ser favorável à uma eleição particular (contrariamente ao comentário supramencionado):

Todos [...] os dons, mínimos e máximos, espirituais e corporais, que Deus me intencionava dar e todas as coisa boas que eu, alguma vez, deveria fazer em toda minha vida, Deus mesmo já tinha determinado, de antemão, quando eu ainda estava no útero materno, onde, ainda não podia pensar, nem desejar, nem fazer algo de bom, mas era um embrião sem forma. Esse dom, portanto, veio a mim, meramente, pela graça misericordiosa e pré-determinada de Deus, quando ainda não tinha nascido. [...] E, para dar a conhecer em mim a sua enorme e infinita grandeza, perdoou-me, por mera graça, meus tão grandes e infinitos pecados.<sup>284</sup>

Caso alguém argumente ser este um chamado referente a predeterminação divina quanto ao ministério de Paulo e não à uma eleição para a salvação, basta ler a parte final da citação acima, onde Lutero se refere nitidamente ao perdão de Deus dado por pura graça a alguém, ainda no ventre materno. Aliás, seria possível separar no caso de Paulo, o seu chamado como embaixador de Cristo de seu chamado à salvação? Para Hendriksen, esta não é uma possibilidade:

A expressão 'me separou desde o ventre de minha mãe' designa muito mais que a atividade divinamente providencial revelada no nascimento físico de Paulo. Indica que Deus não esperou até que Paulo comprovasse primeiramente sua dignidade ou excelência para então designar-lhe uma função importante em seu reino. Não. Desde seu nascimento, Paulo já havia sido designado para essa missão específica, e tal designação era em si a expressão do plano de Deus desde a eternidade (Ef 1.11). Dessa forma, o verbo *separou*, como empregado aqui, significa nada mais nada menos que 'selecionou' (me), 'consagrou' (me), 'separou' (me) do resto da humanidade. De modo semelhante, 'chamou-me em sua graça' se refere aqui não só à vocação eficaz para a salvação mediante a santificação (v. 6), mas também à nomeação para o apostolado plenário. Há aqui uma alusão muito clara a Jeremias 1.5: 'Antes que o formasse no ventre materno eu o conheci; e antes que você saísse da madre, o consagrei, e o constituí profeta às nações [...]'.<sup>285</sup>

De acordo com Hendriksen, o texto de Gálatas apresenta de forma clara o chamado do apóstolo Paulo como alguém separado, predestinado e conclamado a servir ao seu Senhor como apóstolo das boas novas. Ora, isto se deu antes de seu nascimento; como separar uma predestinação ao serviço do Senhor, da predestinação à salvação? Diante destas afirmações contraditórias, seria plausível

<sup>284</sup> LUTERO, 2008, p. 88, 89.

<sup>285</sup> HENDRIKSEN, William. **Comentário do Novo Testamento - Gálatas**. Tradução de Valter G. Martins. São Paulo: Cultura Cristã, 2009. p. 69.

que Lutero, ao comentar Gálatas 1.4, ter ensinado uma soteriologia que abarca a possibilidade de uma propiciação derramada a todos os seres humanos, e logo adiante, ao discorrer sobre Gálatas 1.15,16, afirmar que, se não fosse a eleição ou predestinação, o apóstolo dos gentios pereceria sem salvação? Como, em uma mesma obra, alguém pode afirmar pressupostos tão diferentes ou antagônicos?

A ideia de uma regeneração *monérgica* é logicamente incompatível com uma propiciação ou *expição universal*. A *primeira*, ancora-se no princípio do *sola gratia*, a *segunda* na ideia de uma *gratia universalis*. Como conciliar ambos os princípios? Voltaremos a esta questão na parte final do trabalho, quando realizarmos a análise comparativa entre as considerações sobre as ideias predestinacionistas presentes nas obras de Lutero aqui analisadas.

#### 4.4 OS ARTIGOS DE ESMALCALDE

Desde os primórdios da Reforma Protestante, havia um desejo da parte de Lutero e de outros líderes do movimento para que fosse realizado uma espécie de “concílio geral” da Igreja, a fim de que fossem debatidas questões doutrinárias que engendravam discórdia ou controvérsia. Mas seria somente em julho de 1536, que o papa Paulo III iria convocar uma reunião desta natureza a ser realizada no mês de maio do ano seguinte. Infelizmente, tal concílio não aconteceu antes de 1545, mas a convocação papal acabou por confrontar aos luteranos quanto à postura a ser adotada nesta reunião. Foi nesta conjuntura que foram redigidos os *Artigos de Esmalcalde*. Estes, são artigos de fé reunidos em um documento escrito por Lutero aproximadamente em dezembro de 1536, a pedido do Eleitor da Saxônia, Frederico, o Sábio, para ser exposto em uma reunião da chamada *Liga de Esmalcalde* em 8 de fevereiro do ano seguinte.<sup>286</sup>

No documento estavam indicados “os artigos de fé nos quais poderiam ser feitas concessões por amor à paz, e os artigos nos quais nenhuma concessão poderia ser permitida”.<sup>287</sup> Após uma revisão por parte de um grupo de teólogos de Wittenberg, o documento foi levado para Esmalcalde pelo próprio Eleitor na data prevista para a

---

<sup>286</sup> INTRODUÇÃO. [Os Artigos de Esmalcalde]. In: **Livro de Concórdia**: as Confissões da Igreja Evangélica Luterana. Tradução de Arnaldo Schüller. 5 ed. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1997. p. 306.

<sup>287</sup> INTRODUÇÃO, 1997, p. 306.

reunião da *Liga*, onde, apesar de não ter sido endossado oficialmente, muitos membros do clero, presentes na reunião, assinaram-no, sinalizando a sua aquiescência à fé nele manifesta.<sup>288</sup> Lutero considerou os *Artigos de Esmalcalde*, como seu último testemunho e testamento teológico: “Estes são os artigos nos quais tenho de perseverar, e neles haverei de perseverar até a minha morte, se Deus quiser, e nada posso modificar ou conceder neles”.<sup>289</sup>

A importância da inclusão deste escrito nesta Dissertação se dá por causa de algumas seções de um artigo pertencente à Terceira parte (III.40-45), intitulado “*Do falso arrependimento dos papistas*”. Afirmações feitas por Lutero neste artigo podem dar a entender a ideia de um “cair ou decair da graça” por parte de um eleito, fazendo com que o processo salvífico *monérgico*, se convertesse parcialmente em um processo *sinérgico*, onde a salvação da pessoa cristã dependeria de sua vontade em permanecer na fé. A lógica imbricada seria a seguinte: o crente tem o poder de preservar a sua salvação. Não é o fato de ser sido eleito que lhe assevera esta segurança. Teria Lutero ensinado esta possibilidade?

Examinemos o que dizem estas seções. Mesmo que a citação dos trechos do artigo supramencionado seja extensa, faça-a *quase* toda na íntegra, a fim de que o seu conteúdo não seja citado fora de contexto:

E esse arrependimento perdura nos cristãos até à morte, pois que briga com o pecado que remanesce na carne ao longo da vida toda, como S. Paulo testifica em Rm 7 que guerreia contra a lei de seus membros, etc. E isso não o faz mediante forças próprias, senão pelo dom do Espírito Santo, dom que se segue ao perdão dos pecados. Esse dom purifica e varre diariamente os pecados remanentes e opera no sentido de tornar o homem bem puro e santo. Disso nada sabem nem papa, nem teólogos, nem juristas, nem homem algum. É doutrina do céu, revelada pelo evangelho. E ela tem de suportar o ser chamado de heresia entre os santos ímpios. Por outro lado, é possível que venham alguns espíritos sectários[...] e sustentem a opinião seguinte: Todos aqueles que alguma vez hajam recebido o Espírito ou o perdão dos pecados, ou que se hajam alguma vez tornado crentes, esses, caso depois disso pequem, mesmo assim permanecerão na fé, e tal pecado não lhes fará mal. E de acordo com isso berram: ‘Faze o que quiseres; se crês, nada importa; a fé extingue todo pecado’, etc. Dizem, além disso, que nunca teve de modo verdadeiro o Espírito e a fé aquele que peca depois da fé e do Espírito. Tais criaturas insanas têm-me aparecido muitas pela frente, e temo que esse demônio ainda está alojado em algumas. Por isso é necessário saber e ensinar: pessoas santas ainda têm e sentem o pecado original, e diariamente se arrependem e lutam contra ele. Se, à parte disso, lhes

<sup>288</sup> INTRODUÇÃO, 1997, p. 306.

<sup>289</sup> LUTERO, Martinho. Os Artigos de Esmalcalde. In: **Livro de Concórdia**: as Confissões da Igreja Evangélica Luterana. Tradução de Arnaldo Schüler. 5 ed. São Leopoldo: Sinodal, Porto Alegre: Concórdia, 1997. p. 339.

acontece caírem em pecado manifesto, como por exemplo, Davi em adultério, em assassinio e em blasfêmia, então a fé e o Espírito estiveram ausentes. Pois o Espírito Santo não permite que o pecado governe e prevaleça, de modo que seja consumado, porém reprime e resiste, de forma que não pode fazer o que quer. Se, porém, fizer o que é de sua vontade, então o Espírito Santo e a fé não estão presentes. Porquanto São João diz: 'Pois quem é nascido de Deus não peca e não pode pecar'. E, contudo também é verdade, conforme escreve o mesmo São João: 'Se dissermos que não temos pecado nenhum, mentimos, e a verdade de Deus não está em nós'.<sup>290</sup>

Ainda que este artigo seja endereçado ao falso arrependimento dos papistas, como o próprio título aponta, nestas seções (40-45), Lutero está se direcionando aos “espíritos sectários” ou “fanáticos”. Daí a necessidade apontada por Franklin Ferreira, ao falar sobre o conteúdo destas seções dos *Artigos de Esmalcalde*, que se entenda em que contexto se deram estas assertivas: “Tal declaração deve ser lida em contexto, isto é, as controvérsias com os vários grupos anabatistas, chamados coletivamente pelos reformadores alemães de ‘entusiastas’ (*Schwärmer* ou *Schwärmertum*, sinônimo de ‘fanáticos’).<sup>291</sup> Estes grupos estavam ensinando uma espécie de desprezo para com a santidade na vida da pessoa cristã, afirmando que, mesmo depois de regeneradas, poderiam viver uma vida de contínuo pecado, e ainda assim, seriam preservadas na fé. E somado a isto, faziam uma afirmação completamente oposta e absurda a esta: que nunca tiveram verdadeiramente o Espírito e a fé, aqueles que pecam depois de terem a fé e o Espírito. Propunham desta forma, asserções antagônicas que incluíam tanto uma vida dissoluta como uma espécie de “impecabilidade”.

Lutero os repreende severamente, chamando-os de insanos, justamente por afirmarem tais absurdos e contrapõe-lhes a partir da doutrina do “*simul iustus et peccator*”: as pessoas cristãs, após a sua regeneração, ainda têm a sua velha natureza coexistindo com a sua nova natureza em Cristo e necessitam de arrependimento diário de seus pecados. E isto, durante toda a sua vida. Devido a esta velha natureza, pessoas cristãs são tentadas a pecar. Esta realidade está presente na própria citação que Lutero faz do texto bíblico de I João 1.8: “Se dissermos que

<sup>290</sup> LUTERO, 1997, p. 331-332.

<sup>291</sup> FERREIRA, Franklin. Sobre arminianismo, calvinismo e o uso da história do pensamento cristão. In: **Teologia Brasileira**, v. 44, nº 84, São Paulo, Vida Nova, agosto, 2018. Disponível em: <<https://teologiabrasileira.com.br/sobre-arminianismo-calvinismo-e-o-uso-da-historia-do-pensamento-cristao/>>. Acesso em: 01 dez. 2019.



não temos pecado nenhum, mentimos, e a verdade de Deus não está em nós”.<sup>292</sup>

Warren E. Wiersbe apresenta uma perspectiva bastante semelhante à de Lutero:

O fato de que os cristãos pecam perturba algumas pessoas, especialmente os recém-convertidos. Esquecem que, mesmo tendo recebido uma nova natureza, a velha natureza com a qual nasceram não foi eliminada. A velha natureza (que tem origem no nascimento físico) luta contra a nova natureza que recebemos ao nascer de novo (Gl 5:16-26). Não há autodisciplina nem regras e regulamentos humanos capazes de controlar a velha natureza. Somente o Espírito Santo de Deus pode nos capacitar para ‘mortificar’ a velha natureza (Rm 8:12,13) e produzir os frutos do Espírito (Gl 5:22,23) em nós por meio da nova natureza. Os santos que pecaram não são mencionados na Bíblia para nos desanimar, mas sim para nos advertir.<sup>293</sup>

Uma coisa é pecar e sentir-se incomodado com isto; outra é entender o pecado como algo comum e passivo de ser praticado sem nenhum arrependimento ou atitude penitente. E era isto que Lutero critica nestes “espíritos facciosos”. Ao mencionar o rei Davi, teria Lutero à intenção de apresentá-lo como alguém que decaiu da graça de maneira definitiva, ou pior, como alguém em quem a graça de Deus e o Espírito Santo *nunca* estiveram presentes em sua vida? Creio que não.

*Primeiro*, porque se houve um defensor da extensão do perdão e da graça de Deus aos piores pecados que alguém possa cometer, foi Lutero. *Segundo*, porque ele está mencionado ninguém menos do que Davi, aquele cuja linhagem está atrelada diretamente à Cristo: Ele é Jesus, filho de Davi.

Ao assentar em seu coração a intenção de cometer tais pecados graves, Davi não deu ouvidos ao Espírito de Deus, resistindo-Lhe e não confiando em Sua ordem para que abandonasse seus intentos. Mas a própria Escritura mostra a ele implorando o perdão ao Senhor, rogando: “Não me repulses da tua presença e nem me retires o teu Santo Espírito (Sl 51.11)”.<sup>294</sup> Alguém que tivesse se apostatado a tal ponto de perder esta santa presença em sua vida, não iria querer ou mesmo ter condições de fazer este pedido. Ferreira vai chamar a atenção para uma nota de rodapé do *Livro de Concórdia*, em que, ao comentar-se sobre a frase, “‘então o Espírito Santo e a fé não estão presentes’, cita-se Gottfried Noth, que afirmou[...]”<sup>295</sup>:

<sup>292</sup> LUTERO, 1997, p. 331, 332.

<sup>293</sup> WIERSBE, Warren W. **Comentário Bíblico Expositivo: Novo Testamento: volume II.** Tradução de Susana E. Klassen. Santo André: Geográfica, 2006. p. 616, 617.

<sup>294</sup> BIBLIA, 2017, p. 899.

<sup>295</sup> FERREIRA, Franklin. Sobre arminianismo, calvinismo e o uso da história do pensamento cristão. In: **Teologia Brasileira**, v. 44, nº 84, São Paulo, Vida Nova, agosto, 2018. Disponível em: <<https://teologiabrasileira.com.br/sobre-arminianismo-calvinismo-e-o-uso-da-historia-do-pensamento-cristao/>>. Acesso em: 01 dez. 2019.

“M. Chemnitz repetidas vezes apela para esse passo dos Artigos de Esmalcalde, interpretando-o, porém, mal, como se Lutero quisesse dizer que pecados grosseiros liquidam a fé[...]”.<sup>296</sup> A interpretação de Chemnitz, independentemente de seu brilhantismo como integrante da segunda geração de eminentes teólogos da Reforma, não condiz com o bom senso hermenêutico e com a teologia do reformador, que teve como uma das suas ênfases teológicas, a oferta da graça ao mais vil pecador. Somente a blasfêmia contra o Espírito Santo é um pecado imperdoável. Mueller chama a atenção para uma das características deste pecado: “O pecado contra o Espírito Santo só é cometido, quando o Espírito Santo revelou claramente a verdade divina ao pecador, e o pecador, ainda assim profere blasfêmias contra a mesma”.<sup>297</sup>

As Escrituras afirmam que é o próprio “Espírito que convence ser humano do pecado, da justiça e do juízo (Jo 16.7-13)”; estando Ele ausente, como isto se daria? E nesta passagem, o pecado que está sendo confrontado pelo Espírito é a própria incredulidade ou ausência de fé. O pedido de perdão da parte de Davi, aponta para a presença da fé e do Espírito em sua vida. Isto não acontece somente com Davi, mas com todas as pessoas cristãs quando decidem seguir seus impulsos pecaminosos: por não confiarem na vontade de Deus como o melhor para suas vidas, desobedecem ao Espírito Santo, como se Ele e a fé estivessem ausentes. Se não houvesse esta possibilidade de resistência, a pessoa eleita já estaria experimentando nesta vida, o que só experimentará na eternidade: a impossibilidade de pecar. Mas quando a pessoa cristã peca, não significa que perdeu a fé em Cristo e por consequência, sua eleição. Se Davi tivesse cometido um pecado imperdoável, porque Deus mandaria o profeta Natã repreendê-lo, se não havia mais a possibilidade de perdão (II Sm 12.1-15)?<sup>298</sup> Por isto, entendemos que não parece ser este o assunto tratado por Lutero neste trecho dos *Artigos de Esmalcalde*.

O pecador que não experimentou a fé salvífica em sua vida (réprobos, incrédulos ou ímpios), pode estar, de maneira permanente, resistindo a presença do Espírito Santo de Deus e acabar em condenação eterna. Mas no pensamento de Lutero, dificilmente um eleito chegaria a este estado. A interpretação mais plausível deste texto, seja a de que Lutero esteja se referindo a uma ausência do Espírito

---

<sup>296</sup> Nota de rodapé presente no Livro de Concórdia. **LIVRO DE CONCÓRDIA**. Tradução de Arnaldo Schüler. 5 ed. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1997. p. 332

<sup>297</sup> MUELLER, 2004, p. 232.

<sup>298</sup> BIBLIA, 2017, p. 506, 507.

Santo no sentido *momentâneo* ou *circunstancial*. O apóstolo João deixa bem claro em sua primeira epístola que, não obstante a pessoa cristã possa pecar, quem foi regenerado não pode viver na prática contínua do pecado sem que isto lhe pese no coração e produza arrependimento: “Todo aquele que é nascido de Deus não vive na prática do pecado; pois o que permanece nele é a divina semente; ora, esse não pode viver pecando, porque é nascido de Deus” (I João 3.9).<sup>299</sup>

Lutero ao ecoar este pensamento do apóstolo, não propõe uma impecabilidade por parte das pessoas cristãs; está partindo do pressuposto de que o eleito não viverá uma vida na prática do pecado como se isto fosse normal. Sua crítica severa se dirige aos que se arrogavam de sua eleição vivendo uma vida dissoluta. Desta maneira, fica óbvio que ele não está ensinando necessariamente uma possível perda da salvação quando cita na seção quarenta e três dos *Artigos de Esmalcalde* a Davi e seus pecados: adultério, assassinato e blasfêmia. A blasfêmia referida também não se trata do pecado sem perdão, pois se o fosse, Davi teria sido condenado eternamente, algo sem amparo escriturístico. Quem quer que tenha sido eleito por Deus à salvação, não conseguirá dissociar a vida justificada da vida santificada. Quanto mais usar de argumentações sofísticas para sustentar um raciocínio deste tipo, geralmente usado por aqueles que nunca experimentaram realmente o perdão de seus pecados e a regeneração que produz o fruto do Espírito em suas vidas.

#### 4.5 PRELEÇÃO SOBRE GÊNESIS

A *Preleção sobre Gênesis* reveste-se de uma característica bastante peculiar: é o último escrito de Lutero, no qual trabalhou durante dez anos (1535-1545), antes de sua morte, em fevereiro de 1546. Publicado em 1544, é composto de três volumes na edição crítica de Weimar.<sup>300</sup> Alguns aspectos da envergadura desta obra, são comentados por Ricardo W. Rieth e Yedo Brandenburg:

Ao iniciar a exposição sobre Gênesis perante os alunos, Lutero padecia sob uma condição de saúde bastante precária, que o levava a considerar remota a possibilidade de vir a completar a ambiciosa tarefa à qual se propunha. Tal

<sup>299</sup> BÍBLIA, 2107, p. 2165.

<sup>300</sup> RIETH, Ricardo W; BRANDENBURG, Yedo. Introdução Geral. In: LUTERO, Martinho. *Preleção sobre Gênesis*. In: **Obras Seleccionadas**: Interpretação do Antigo Testamento: textos selecionados da *Preleção sobre Gênesis*. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia; Canoas: ULBRA, 2014. v. 12. p. 9.

temor não se confirmou, o que permitiu que legasse à posteridade, para além de um documento no qual se refletem situações marcantes, problemas e confrontos da fase final de sua trajetória, um testemunho renovado de dedicação e amor à Escritura Sagrada.<sup>301</sup>

Mais uma vez, pode-se perceber, no comentário acima, a importância do estudo das Escrituras na vida de Lutero. Nestas preleções, encontramos o desenvolvimento da teologia de Lutero em sua fase final; nela, ele ainda tece apontamentos sobre o assunto da predestinação. Gostaríamos de chamar atenção para *dois* textos encontrados em seus comentários sobre Gênesis 26.9. O *primeiro* é este:

‘Se eu for predestinado, serei salvo, faça o bem ou faça o mal. Se não sou predestinado, serei condenado independentemente de minhas obras’. [...] Se tais afirmações são verdadeiras, como eles pensam, é claro, então a encarnação do Filho de Deus, Seu sofrimento e ressurreição, e tudo o que Ele fez para a salvação do mundo são completamente eliminados. No que os profetas e toda a Sagrada Escritura ajudarão? No que os sacramentos ajudarão? [...] essas são ilusões do diabo, com as quais ele tenta nos fazer duvidar e descreer, embora Cristo tenha vindo a este mundo para nos tornar completamente convictos. Pois, eventualmente, o desespero prossegue e o desprezo à Deus, a Bíblia Sagrada, ao batismo e por todas as bênçãos de Deus, através das quais Ele quer que sejamos fortalecidos contra a incerteza e a dúvida.<sup>302</sup> (tradução nossa)

De acordo com Kolb, no texto acima, Lutero está fazendo um comentário sobre pessoas arrogantes, as quais, ao invés de humildemente reconhecer sua indignidade, estavam sendo prepotentes em relação à eleição. O raciocínio destas perpassava pelo seguinte pressuposto: “‘Se sou predestinado, serei salvo, faça eu bem ou mal. Se não sou predestinado, serei condenado a despeito de minhas obras.’ Lutero condenou essas ‘declarações perversas’ [...]”.<sup>303</sup> Por ser a eleição uma obra divina, não deveria causar nenhum tipo de pensamento presunçoso da parte daqueles que supõem encontrar-se entre os eleitos. Deveria levar a pessoas cristã à humildemente reconhecer a grandeza da misericórdia de Deus ao invés de levar à

<sup>301</sup> RIETH; BRANDENBURG, 2014, p. 9.

<sup>302</sup> “*If I am predestined, I shall be saved, whether I do good or evil. If I am not predestined, I shall be condemned regardless of my works. [...] For if the statements are true, as they, of course, think, then the incarnation of the Son of God, His suffering and resurrection, and all that He did for the salvation of the world are done away with completely. What will the prophets and all Holy Scripture help? What will the sacraments help? [...] these are delusions of the devil with which he tries to cause us to doubt and disbelieve, although Christ came into this world to make us completely certain. For eventually either despair must follow or contempt of God, for the Holy Bible, for Baptism, and for all the blessings of God through which He wanted us to be strengthened over against uncertainty and doubt.*” LUTHER, Martin. Lectures on Genesis: Chapters 26-30. In: **Luther’s Works**. Saint Louis: Concordia Publishing House, 1968. v. 5. p. 42, 43.

<sup>303</sup> KOLB, TRUEMAN, 2017, p. 125.

jactância. Se aos jactântes, Lutero afirmava uma eleição divina com base na promessa feita em sua Palavra, antes mesmo que houvesse mundo, aos desesperançados, que devido à luta travada contra seus pecados, entendiam ser esta uma possível evidência de que não eram eleitos, ele apontava para uma segurança: a Palavra e os sacramentos. Nas “*Conversas à Mesa*”, ele faz o seguinte comentário sobre a relação entre a Palavra, batismo e predestinação:

Quanto às crianças, penso que todas as crianças que são batizadas poderão ser salvas. Com relação à predestinação pode-se ir ao ponto de dizer: Se ele não tem a Palavra, eu o entrego ao julgamento de Deus sobre se ele a recebe a ou não. Se ele não o fizer, ele está perdido. Em relação a nós, agora temos a Palavra de Deus e, portanto, não deveríamos ter nenhuma dúvida sobre a nossa salvação. É desta forma que devemos discutir sobre a predestinação, pois já está resolvido: Fui batizado e tenho a Palavra, portanto não tenho dúvidas sobre a minha salvação, conquanto eu continue a me apegar à Palavra. Quando tiramos nossos olhos de Cristo, encontramos a predestinação e começar a disputar. Nosso Senhor Deus diz: 'Porque não crês em mim? Mesmo me ouvindo dizer que és amado por mim e seus pecados são perdoados' Esta é a nossa natureza que nós estamos sempre fugindo da Palavra.<sup>304</sup> (tradução nossa)

Ao fazer as seguintes asseverações, Lutero vinculava a eleição à fé em Cristo, expressa e revelada tanto na Palavra de Deus como no sacramento do batismo. Estes servem como sinais externos fortalecedores da fé, quando a dúvida sobre a sua eleição lhes assolasse, apontando para uma fé que deposita sua confiança em algo que está fora de qualquer ação humana. Franklin Ferreira, traz neste sentido, um apontamento esclarecedor: “Para a tradição luterana, a santificação (que é interna) não pode ser a base da certeza da salvação, mas a segurança da salvação é dada externamente, na Palavra e nos sacramentos.”<sup>305</sup> Se a afirmação de Ferreira salienta os sacramentos, Kolb põe em evidência a Palavra de Deus: a predestinação está ligada à “confiança em Cristo e à promessa recebida por meio da sua Palavra.[...]”

<sup>304</sup> "As for the children, I think that all children who are baptized may be saved. With respect to predestination one should get so far as to say: If he doesn't have the Word, I commit him to God's judgment as to whether he gets it or not. If he doesn't he is lost. As far as we are concerned, we now have God's Word, and so we ought not have any doubt about our salvation. It's in this way that we should dispute about predestination, for it has already been settled: I have been baptized and I have the Word, and so I have no doubt about my salvation as long as I continue to cling to the Word. When we take our eyes off Christ we come upon predestination and start to dispute. Our Lord God says, "Why don't you believe me? Yet you hear me when I say that you are beloved by me and your sins are forgiven.' This is our nature, that we are always running away from the Word." LUTHER, Martin. Table Talk recorded by Veit Dietrich, 1531-1533. In: **Luther's Works**. 5 reimp. Saint Louis: Concordia Publishing House; Philadelphia: Fortress Press, 1983. v. 54. p. 57, 58.

<sup>305</sup> FERREIRA, Franklin. Sobre arminianismo, calvinismo e o uso da história do pensamento cristão. In: **Teologia Brasileira**, v. 44, nº 84, São Paulo, Vida Nova, agosto, 2018. Disponível em: <<https://teologiabrasileira.com.br/sobre-arminianismo-calvinismo-e-o-uso-da-historia-do-pensamento-cristao/>>. Acesso em: 01 dez. 2019.

Lutero colocava a esperança em Deus tê-lo escolhido antes da fundação do mundo, ato que ele aprendeu apenas por meio da autorrevelação divina em Cristo e na Escritura”.<sup>306</sup> Destarte, a doutrina bíblica da predestinação não pode ser invalidada por meio da presunção ou da dúvida, mas vivenciada na humildade e na fé no sacrifício de Cristo, fortalecida através da pregação da Palavra e da lembrança do sacramento do batismo e não no desempenho humano. Isto posto, passamos ao *segundo* texto de Gênesis ao qual faço deferência:

Por conseguinte, é assim que ensinei em meu livro *Da Vontade Cativa* e em outros lugares, a saber, que uma distinção deve ser feita quando se lida com o conhecimento, ou melhor, com o assunto, da divindade. Pois é preciso debater sobre o Deus oculto ou sobre o Deus revelado. No que diz respeito a Deus, naquilo que sobre Ele não nos foi revelado, não há fé, nem conhecimento e nem entendimento. E aqui é preciso manter a afirmação de que o que está acima de nós não é da nossa conta. Pois pensamentos desse tipo, que investigam algo mais sublime acima ou fora da revelação de Deus, são totalmente diabólicos. Com eles, nada mais é alcançado do que mergulharmos na destruição pois eles apresentam um objeto inescrutável, a saber, o Deus não revelado. Por que não deixar Deus guardar suas decisões e mistérios em segredo? Não temos motivos para nos esforçar tanto e essas decisões e mistérios nos são revelados.<sup>307</sup> (tradução nossa)

Lutero volta a mencionar a distinção entre o *Deus absconditus* e o *Deus revelatus*. Se em outros de seus escritos, Lutero se preocupou com pessoas cristãs que procuravam inquirir sobre os inescrutáveis caminhos de Deus, neste ele vaticina sua preocupação de uma maneira mais acentuada, chegando ao ponto de afirmar que este tipo de investigação é diabólica e levará estas pessoas à uma destruição. Além de lhes conclamar mais uma vez para firmarem sua fé na Palavra e nos sacramentos, insta para que se afastem cada vez mais de uma especulação sobre o Deus não revelado e seus mistérios.

Ciente do mal que poderia causar a pessoas despreparadas a discussão sobre um assunto desta envergadura, se percebe a atenção pastoral de Lutero para

---

<sup>306</sup> Neste comentário de Kolb, Lutero situa a expiação antes da fundação do mundo. Embora não se mencione aqui a reprovação, se pode afirmar que o aspecto positivo da predestinação, em sua concepção, ocorre antes do pecado entrar no mundo. KOLB; TRUEMAN, 2017, p. 125.

<sup>307</sup> “Accordingly, this is how I have taught in my book *On the Bondage of the Will* and elsewhere, namely, that a distinction must be made when one deals with the knowledge, or rather with the subject, of the divinity. For one must debate either about the hidden God or about the revealed God. With regard to God, insofar as He has not been revealed, there is no faith, no knowledge, and no understanding. And here one must hold to the statement that what is above us is none of our concern. For thoughts of this kind, which investigate something more sublime above or outside the revelation of God, are altogether devilish. With them nothing more is achieved than that we plunge ourselves into destruction; for they present an object that is inscrutable, namely, the unrevealed God. Why not rather let God keep His decisions and mysteries in secret? We have no reason to exert ourselves so much that these decisions and mysteries be revealed to us.” LUTHER, 1968, p. 43, 44.

com o crescente número de pessoas cristãs conturbadas e duvidosas sobre a sua eleição, instruindo-lhes para se afastarem de toda especulação sobre o que está fora do alcance do que foi revelado nas Escrituras. Mais adiante, no capítulo *cinco*, voltaremos a tratar desta sua postura *poimênica*, acentuada paulatinamente nos anos finais de sua vida.

#### 4.6 PREFÁCIO AOS ROMANOS 1546

Lutero tinha costume, como os escritores cristãos da antiguidade, de escrever introduções sobre os textos bíblicos que iria lecionar ou comentar. Nelas, declara, Martin Dreher, “fica evidente a importância da Bíblia em sua descoberta reformatória, em sua produção acadêmica e em sua própria existência”.<sup>308</sup> O *Prefácio à Epístola de S. Paulo aos Romanos*, reveste-se de uma importância singular. Foi a partir da leitura desta epístola que aconteceu a descoberta de sua parte, da doutrina da justificação por graça e fé, sua principal chave hermenêutica “para a leitura, compreensão e interpretação da Sagrada Escritura.”<sup>309</sup>

Para Dreher, “Romanos deu-lhe o critério para a compreensão de lei e pecado, justificação/justiça e fé. É por isso que a Epístola aos Romanos vai ser caracterizada de ‘o escrito mais importante do Novo Testamento e o mais puro Evangelho’.”<sup>310</sup> Neste escrito, encontramos as seguintes considerações sobre a doutrina da eleição ou predestinação, referentes à epístola de Paulo aos Romanos:

Nos capítulos 9, 10 e 11, ele ensina a eterna predeterminação de Deus. Desse conceito provém originalmente a distinção entre quem há de crer e quem não há, quem se pode livrar de pecados ou não. Com ele está de todo fora do nosso alcance e exclusivamente nas mãos de Deus que nos tornemos retos. E isso é de suma necessidade. Pois somos tão fracos e inseguros que, se dependesse de nós, naturalmente nem uma pessoa sequer se salvaria e o diabo, com certeza, a todas sobrepujaria. Mas, como para Deus é certo que não falhará aquilo que ele predetermina, tampouco alguém o pode impedir, ainda temos esperança contra o pecado.<sup>311</sup>

<sup>308</sup> DREHER, Martin N. Introdução. In: LUTERO, Martinho. Prefácio aos Livros Bíblicos. In: **Obras Selecionadas**: Interpretação Bíblica: princípios. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2003. v. 8. p. 19.

<sup>309</sup> DREHER, 2003, p. 19.

<sup>310</sup> DREHER, 2003, p. 19.

<sup>311</sup> LUTERO, Martinho. Prefácio à Epístola de S. Paulo aos Romanos. In: **Obras Selecionadas**: Interpretação Bíblica: princípios. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2003. v. 8. p. 139.

Mais uma vez, Lutero confirma o que já havia ensinado sobre a doutrina da predestinação na época em que escreveu seu comentário sobre a epístola aos Romanos: Deus distingue, a partir unicamente de sua soberana vontade, eleitos e réprobos. Se isto já havia sido afirmado em seu comentário aos Romanos, qual a relevância desta consideração, quase redundante em nossa Dissertação?

Esta citação do *Prefácio à Epístola de S. Paulo aos Romanos* do ano de 1546 se reveste em nossa pesquisa de um caráter especial, porque embora a primeira versão deste texto tenha sido escrita em 1522, esta foi revisada por Lutero antes de ser publicada novamente em 1546. Se houve um momento em que ele poderia manifestar claramente qualquer rejeição a alguma assertiva acerca de suas ideias predestinacionistas esposadas até este momento, esta seria a oportunidade de fazê-lo cabalmente.

É interessante notar esta citação de Robert Kolb sobre uma outra declaração de Lutero, provavelmente escrita em 1543 e endereçada a um correspondente anônimo que estava em luta quanto à certeza de sua salvação:

‘Assim, lembre-se de que o Deus Todo-Poderoso não nos criou, predestinou ou escolheu para perecermos, mas para sermos salvos, como Paulo testemunhou aos efésios, e teve de começar essa discussão não com a lei ou com a razão, mas com a graça de Deus e o evangelho proclamado a todos’.<sup>312</sup>

Este excerto também se torna relevante devido à época em que foi escrito: dois anos antes da revisão do *Prefácio*. As assertivas presentes nesta declaração, quando comparadas às do *Prefácio* parecem contradizer o seu conteúdo: Deus não “predestinou” ou “escolheu” o ser humano para a queda. Diante disto, perguntamos: Lutero mudava constantemente suas ideias predestinacionistas? Como harmonizar estas assertivas quando comparadas às do *Prefácio*?

Estas perguntas, assim como as demais relativas à comparação entre o conceito de predestinação de Lutero encontrado nas obras analisadas neste capítulo e no *De Servo Arbitrio*, serão respondidas, na parte conclusiva desta Dissertação.

---

<sup>312</sup> De acordo com Kolb, esta carta pessoal foi provavelmente escrita em 1543, e publicada na edição de Weimar (*WA BR* 10:492. 128 -39 § 3956). KOLB; TRUEMAN, 2017, p. 126.



## 5 O CONCEITO DE PREDESTINAÇÃO NA *FÓRMULA DE CONCÓRDIA*

Neste capítulo da Dissertação, discorreremos sobre qual o conceito de predestinação encontrado no documento confessional luterano denominado *Fórmula de Concórdia*, comparando-o, pontualmente, ao conceito de predestinação de Lutero encontrado no *De Servo Arbitrio* e nas suas demais obras utilizadas nesta pesquisa, verificando possíveis semelhanças ou discordâncias no conteúdo destes.

Embora, constantemente houvesse discussões exegético-hermenêuticas sobre vários pontos doutrinários expressos nas Escrituras entre os líderes confessionais luteranos<sup>313</sup>, após a morte de Martinho Lutero em 1546, eclodiu, de forma significativa entre alguns destes líderes, uma série de controvérsias sobre qual seria a autêntica doutrina da Reforma.<sup>314</sup> Afinal, qual era a compreensão do reformador em relação à diversas doutrinas bíblicas?

Como não havia um consenso a este respeito, a liderança luterana acabou dividida em dois partidos, cada qual afirmando ser o representante leal da doutrina bíblica evangélica e do verdadeiro luteranismo: o partido *gnésio-luterano*, liderado por Mathias Flacius (que reivindicava ser o detentor fiel dos ensinamentos genuínos de Lutero) e o partido *filipista ou melanchtoniano*, formado pelos “discípulos” de Filipe Melanchthon. Tais controvérsias reflete Seibert, “envolveram não somente indivíduos, mas faculdades de teologia e territórios inteiros”.<sup>315</sup>

O *primeiro* partido, estava ligado à Universidade de Jena, situada na Saxônia Ducal. O *segundo*, marcava sua presença nas Universidades de Wittenberg e Leipzig, na Saxônia Eleitoral e tinha o desejo de alterar em alguns pontos a doutrina luterana a fim de aproximá-la da doutrina calvinista. Havia, ainda, um grupo de teólogos luteranos presentes nas Universidades de Tübingen e Rostock e nos territórios de

---

<sup>313</sup> Conforme Seibert, “A reforma[...] foi, principalmente, um movimento religioso[...] na redescoberta dos princípios evangélicos, havia diferenças de opiniões que precisavam ser claramente definidas. Muitas delas terminaram em amargas controvérsias. Muitas dessas lutas se deram em meio ao luteranismo. SEIBERT, Erní Walter. **Introdução às Confissões Luteranas**: sua atualidade e relevância. Porto Alegre: Concórdia, 2000. p. 127.

<sup>314</sup> INTRODUÇÃO. [FÓRMULA DE CONCÓRDIA]. In: **Livro de Concórdia**. Tradução de Arnaldo Schüler. 5 ed. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1997. p. 498.

<sup>315</sup> SEIBERT, 2000. p. 127.

Württemberg e Mecklenburg, que não apoiavam diretamente as posições extremadas dos grupos supracitados.<sup>316</sup>

Neste quadro de acentuada crise dogmático-eclesiástica, a *Fórmula de Concórdia* foi concebida, a fim de que fossem corrigidos, a partir das Escrituras e de outros símbolos da fé cristã (Símbolo ou Credo Apostólico, Credo Niceno e o Credo Atanasiano), os erros doutrinários insurgentes na confessionalidade luterana. Se, na maioria das vezes, alguns escritos produzidos pelos confessores luteranos, foram redigidos com o intuito de combater os ensinamentos propagados tanto pelo catolicismo romano como pelos diversos grupos denominados de *entusiastas*<sup>317</sup>, a *Fórmula de Concórdia*, foi escrita não só com a intenção supracitada, mas também a fim de evitar as divisões internas no luteranismo.

Corrigidos tais desvios, se esperava que este escrito servisse como um documento aglutinador para que cessassem as divisões internas, fazendo com que o movimento luterano se reunificasse novamente. Seis grandes controvérsias<sup>318</sup> bastante complexas foram desencadeadas neste ínterim. Dentre elas, *A Controvérsia Sinérgica*, envolvendo questões soteriológicas, acabou por influenciar as proposições discutidas posteriormente pela *Fórmula*, relativas à doutrina da predestinação. As discussões deste evento tiveram o seguinte contorno:

Alguns intérpretes de Melanchthon entenderam que ele ensinava que a vontade humana cooperava com a graça na conversão e na salvação. Contraopondo-se a isso, Flácio argumentava que, através da queda, o pecado original se tornara a substância da natureza humana e que, por isso, os seres humanos podiam, no máximo, resistir à providência divina. Esta concepção, no entanto, foi rejeitada como extremista. FC 1 e 2<sup>319</sup> buscaram aclarar os efeitos da queda sobre a vontade humana e seu papel na conversão e salvação.<sup>320</sup>

As declarações acima, destacam o papel relevante da *Fórmula de Concórdia* no ajuste ou correção doutrinária, quanto à relação vontade divina/humana no processo salvífico, os quais foram realizados à época e expostos de maneira sistemática para evitar possíveis equívocos futuros.

<sup>316</sup> SEIBERT, 2000, p. 127.

<sup>317</sup> Tradução de *Schwärmer*, “palavra alemã com que Lutero soía designar tanto os teólogos radicais quanto os teólogos romanos que concediam a revelações extrabíblicas autoridade igual ou superior à autoridade da Palavra externa (bíblica) de Deus.” GASSMANN; HENDRIX, 2002, p. 196.

<sup>318</sup> GASSMANN; HENDRIX, 2002, p. 48, 49.

<sup>319</sup> Abreviação da *Fórmula de Concórdia*. GASSMANN; HENDRIX, 2002, p. 215.

<sup>320</sup> GASSMANN; HENDRIX, 2002, p. 49.

Este documento, porém, não foi compilado de uma hora para outra, mas foi fruto de “um longo processo de estudos e de outras fórmulas já apresentadas em regiões da Europa agora unificadas e concordadas em um único documento”.<sup>321</sup> Bengt Hägglund apresenta de forma resumida, como se deu este processo:

A **Schwäbische Konkordie** de 1574, escrita por Jacó Andreä de Tübingen, constituiu a base da Fórmula de Concórdia. A obra de Andreä foi subsequentemente revisada por Martin Chemnitz e outros, e como resultado uma declaração doutrinária comum foi aceita em Württemberg e na Saxônia (**Schwäbisch-Sächsische Konkordie**, 1575). Essa declaração, por sua vez, foi revisada por um grupo de teólogos de Württemberg (a Fórmula Maulbronner). Numa conferência teológica convocada pelo Eleitor Augusto da Saxônia e realizada em Torgau em 1576, um relatório (denominado **Torgisches Buch**) baseado nas duas declarações acima mencionadas foi enviado à várias igrejas regionais para seus comentários. Numa convenção posterior, realizada num mosteiro de Bergen, perto de Magdeburgo, o **Torgisches Buch** recebeu nova forma à luz das opiniões recebidas. Os teólogos presentes assinaram essa confissão e a enviaram ao Eleitor. Foi denominada **Bergisches Buch** ou Fórmula de Concórdia e foi posteriormente assinada por príncipes, clérigos e teólogos de várias igrejas regionais e aceita por cerca de dois terços dos estados do Império que já tinham adotado a Confissão de Augsburgo.<sup>322</sup>

Todo o desenvolvimento proveniente destes diversos documentos redigidos após sérias reflexões; fez da *Fórmula de Concórdia* um dos principais escritos confessionais luteranos, tanto do ponto de vista histórico como teológico. Dividida em duas partes, sendo a primeira mais sucinta em conteúdo, denominada de *Epítome*, e a segunda, mais pormenorizada, chamada de *Declaração Sólida* (baseada no *Livro de Bergen*), a *Fórmula de Concórdia* traz à discussão, doze tópicos doutrinários<sup>323</sup>: sobre o pecado original, sobre o livre-arbítrio, sobre a justiça da fé perante Deus, sobre as boas obras, sobre lei e Evangelho, sobre o terceiro uso da lei, sobre a Santa Ceia do Senhor, sobre a Pessoa de Cristo, sobre a descida de Cristo ao inferno, sobre as cerimônias adiáforas, sobre a eterna presciência e eleição de Deus e sobre outras facções e seitas que não aceitaram a Confissão de Augsburgo.<sup>324</sup>

Para a comparação entre o conceito de predestinação de Lutero e o apresentado pela *Fórmula*, ater-nos-emos no conteúdo apresentado no artigo de número XI da *Epítome*, *Da eterna presciência e eleição de Deus*, buscando auxílio no

<sup>321</sup> ZACARIAS, William Felipe. **Breve apresentação da Fórmula de Concórdia: história e hermenêutica.** Disponível em: <academia.edu/11874462/Breve\_apresentação\_da\_Fórmula\_de\_Concórdia\_História\_e\_Hermenêutica> Acesso em: 10 mar. 2020.

<sup>322</sup> HÄGGLUND, 1999, p. 239.

<sup>323</sup> GASSMANN; HENDRIX, 2002, p. 50.

<sup>324</sup> HÄGGLUND, 1999, p. 241-243.

detalhamento da *Declaração Sólida* quando for necessário, para que se tenha um maior esclarecimento sobre o pensamento luterano confessional acerca das questões relacionadas ao assunto.

Devido à extensão de seu volume, não citarei todo o conteúdo do artigo de uma única vez, mas citarei seus vinte três pontos (Introdução, *Afirmativa*, a parte central do artigo, e *Antithesis*), dividindo-os em três seções *conforme a ênfase doutrinária de cada uma* e comparando-as ponto a ponto com algumas das asserções feitas por Lutero sobre predestinação nos escritos analisados nos capítulos anteriores desta Dissertação.

## 5.1 INTRODUÇÃO AO ARTIGO XI DA EPÍTOME DA FÓRMULA DE CONCÓRDIA

No primeiro ponto do artigo XI da Epítome da *Fórmula de Concórdia*, *Da eterna presciência e eleição de Deus*, encontramos a seguinte assertiva introdutória sobre a discussão acerca da doutrina da predestinação:

Sobre este artigo não ocorreu dissensão pública entre os teólogos da Confissão de Augsburgo. Visto, porém, que é artigo consolador quando acertadamente tratado, e para não suceder se introduzam futuramente discussões ofensivas a respeito dele, o mesmo também foi explicado neste escrito.<sup>325</sup>

Nesta introdução, os confessores luteranos afirmam não ter havido nenhuma divergência evidente entre os teólogos subscreventes da Confissão de Augsburgo quanto às questões relacionadas à presciência e eleição divinas. Porque então tratar de uma questão que parecia estar estabelecida entre os confessores luteranos primevos?

*Primeiro*, porque este assunto quando tratado corretamente, traz consolo à pessoa cristã. E como isto pode acontecer? A *Declaração Sólida* fornece uma colaboração textual elucidativa neste sentido sobre um dos objetivos supramencionados na introdução da *Epítome*: quando abordadas a partir do ensino da Palavra de Deus, onde são encontradas em diversas partes, a eleição e presciência divinas devem ser estudadas com afinco para evitar qualquer divisão e separação no luteranismo, assim como evitar que se ensine a eleição e presciência de modo

---

<sup>325</sup> FÓRMULA DE CONCÓRDIA: Epítome - XI. Da eterna presciência e eleição de Deus. In: **Livro de Concórdia**. Tradução de Arnaldo Schüller. 5 ed. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1997. p. 531-532.

adverso ao que as Escrituras ensinam.<sup>326</sup> Hendrix traz o seguinte comentário sobre os objetivos supramencionados na parte introdutória da *Epítome*: “afirmar que a iniciativa quanto à salvação parte exclusivamente de Deus, [...] convencer as pessoas crentes de que a eleição divina não acarreta ‘impenitência ou desespero’, mas grande consolação[...]”.<sup>327</sup>

Quanto a isto, a *Fórmula* concorda com o pensamento de Lutero, expresso em alguns dos seus escritos: a doutrina da predestinação (aqui, seu aspecto positivo) é resultado de uma ação *monérgica*, devendo ser encarada como deletosa e não como um caminho à angustiosa investigação sobre os inescrutáveis desígnios divinos.<sup>328</sup>

*Segundo*, como houve diversas controvérsias entre luteranos e outros movimentos oriundos da Reforma (calvinistas) relativas à eleição, tornou-se necessário, a fim de prevenir futuras desuniões ou equívocos conceituais e dogmáticos na confessionalidade luterana acerca deste assunto, “[...] inserir também aqui a explanação desse artigo, para que todos possam saber qual é a nossa unânime doutrina, fé e confissão no que tange a esse artigo”.<sup>329</sup>

Terminadas estas considerações iniciais, passemos à comparação das ideias predestinacionistas de Lutero com alguns dos pontos pertencentes à uma das partes do artigo XI da *Epítome*, denominada *Afirmativa - Doutrina Pura e Verdadeira Sobre Este Artigo*, os quais, resumem a compreensão dos confessores luteranos sobre a doutrina da predestinação.

## 5.2 AFFIRMATIVA - DOCTRINA PURA E VERDADEIRA SOBRE ESTE ARTIGO

Após a pequena introdução, os teólogos luteranos passam a discutir neste artigo treze pontos sobre diversos aspectos soteriológicos imbricados diretamente à doutrina da predestinação. Para os devidos fins comparativos com as ideias de Lutero, seguem abaixo, as *três* seções supramencionadas.

<sup>326</sup> FÓRMULA DE CONCÓRDIA: Declaração Sólida - XI. Da eterna presciência e eleição de Deus. In: **Livro de Concórdia**. 5 ed. Tradução de Arnaldo Schüler. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1997. p. 660.

<sup>327</sup> GASSMANN; HENDRIX, 2002, p. 154.

<sup>328</sup> LUTERO, 2003, p. 304.

<sup>329</sup> FÓRMULA DE CONCÓRDIA, 1997, p. 660.

### 5.2.1 Primeira seção - Diferenças entre presciência e eleição: pontos dois, três, quatro e cinco da *Afirmativa*

Nos quatro primeiros pontos esposados na *Afirmativa* do artigo XI, encontramos as seguintes proposições relacionadas à doutrina da predestinação:

Inicialmente, deve notar-se com diligência a diferença entre *praescientia* e *praedestinatio*, isto é, entre presciência e a eterna eleição de Deus. 2. A presciência de Deus nenhuma outra coisa é senão isso que Deus sabe todas as coisas antes de elas acontecerem, conforme está escrito: 'Mas há um Deus nos céus, o qual revela os mistérios; pois fez saber ao rei Nabucodonosor o que há de ser nos últimos dias.' Daniel 2. 3. Essa presciência se estende igualmente sobre os bons e os maus, não sendo, porém, causa do mal nem do pecado, causa que leve à prática do mal (o que, originalmente, procede do diabo e da má e perversa vontade do homem). Também não é a causa da perdição dos homens, pela qual eles mesmos são culpados. A presciência de Deus apenas regula o mal e lhe fixa limite quanto à duração, fazendo com que tudo, não obstante seja mau em si mesmo, sirva à salvação de seus eleitos. 4. A predestinação ou eterna eleição de Deus, entretanto, diz respeito apenas aos piedosos, agradáveis filhos de Deus, sendo uma causa da salvação deles, a qual ele também provê, e ordena o que a ela pertence. Sobre ela nossa salvação se funda de maneira tão firme, que 'as portas do inferno não prevalecerão contra ela'. 5. Não se deve escutar essa predestinação divina no secreto conselho de Deus, porém cumpre buscá-la na Palavra, onde foi revelada.<sup>330</sup>

Conforme as asseverações supracitadas, *a priori*, os confessores se preocuparam em estabelecer uma distinção conceitual entre presciência e eleição. Ao diferenciar presciência de eleição (ou predestinação), a *Fórmula* afirma que, por causa da primeira, Deus conhece previamente todas as coisas boas e más que acontecerão, inclusive o destino eterno de cada ser humano. No entanto, Ele mesmo não é o causador do pecado, do mal, da prática de ambos e da perdição eterna de cada ser humano. Tudo isto provém do diabo e da vontade maléfica dos seres humanos; dos últimos também é a culpa por sua própria condenação.

A predestinação ou eleição, afirmadas no ponto de número *quatro* como sinônimas, diferentemente da presciência, tem uma ligação ou é reservada apenas àqueles a quem Deus por sua escolha decidiu salvar, os quais se tornaram seus afáveis e piedosos filhos. É a causa e o fundamento, conforme afirmado na citação acima, da salvação dos pecadores. Tais pressupostos divergem das asseverações predestinacionistas de Lutero em alguns aspectos.

---

<sup>330</sup> FÓRMULA DE CONCÓRDIA, 1997, p. 532.

*Primeiro*, não obstante a presciência como atributo divino seja afirmada não somente em toda a Escritura, mas também por Lutero em todos seus escritos analisados nesta Dissertação, a desassociação entre esta e a eleição (ou predestinação) foi rejeitada no *De Servo Arbitrio*.<sup>331</sup> Deus sabe o que irá acontecer (por sua presciência), porque ele determinou como certamente (predestinou) todas as coisas acontecerão. Ele não apenas sabe como o futuro ocorrerá, Ele controla o futuro.

Em *segundo* lugar, o aspecto negativo da doutrina da predestinação, a reprovação, como proveniente da ordenação divina, é totalmente obliterado ou rechaçado pela *Fórmula*. Deus não reprova *decretivamente* a ninguém. Os réprobos, seguem o seu curso à condenação por sua vontade própria, inerente à sua natureza pecaminosa, a qual, somente tem o poder de rejeitar a salvação divina. Siegbert Becker esclarece: “A teologia luterana confessional ensina uma eleição particular. A eterna eleição de Deus, diz a *Fórmula de Concórdia*, se estende apenas aos filhos de Deus. Esta eleição é a causa da conversão do homem e de sua salvação final”.<sup>332</sup> (tradução nossa)

Esta proposição novamente acaba conflitando com *uma* das partes<sup>333</sup> componentes do conceito de predestinação defendido por Lutero ardorosamente no *De Servo Arbitrio* e no comentário sobre *A Epístola do Bem-aventurado Apóstolo Paulo aos Romanos*. O termo *réprobo*, recorrente nestas duas obras, e em momento algum deixado de lado por Lutero, nem mesmo na revisão seu *Prefácio aos Romanos*, *refere-se*, como já demonstrado no capítulo três desta Dissertação, àqueles que foram endurecidos ou rejeitados por Deus quanto à salvação, definição ressaltada e sumariada por Paul Althaus:

A escolha de Deus não é baseada na condição do indivíduo, pois Deus estabelece essa condição. Isso significa uma predestinação eterna, incondicional, tanto para a salvação como para a condenação. [...] O Deus da Bíblia não é univocamente o Deus do evangelho. O Deus da Bíblia não é somente o Deus de toda a graça, mas também o Deus que, se ele quer, endurece e rejeita. Esse Deus trata as pessoas de forma ambígua: ele oferece sua graça na palavra e recusa dar seu Espírito para levar uma pessoa à conversão. Ele também pode endurecer uma pessoa - em tudo isso Lutero

<sup>331</sup> KOLB, TRUEMAN, 2017, p. 130.

<sup>332</sup> “Confessional Lutheran theology teaches a particular election. The eternal election of God, says the Formula of Concord, extends only over the children of God. This election is a cause of man’s conversion and of his final salvation. BECKER, Siegbert W. **The Foolishness of God: the place of reason in the theology of Martin Luther**. Milwaukee: Northwestern Publishing House, 1982. p. 215.

<sup>333</sup> Parte que eu denomino de *predestinação distintiva*.

não foi além das difíceis passagens da Escritura, que descrevem Deus como aquele que endurece o coração da pessoa. Lutero, no entanto, resumiu a substância de tais afirmações da Escritura na expressão mais dura possível.<sup>334</sup>

Em seu comentário, Althaus emprega os termos endurece, rejeita e da expressão “recusa dar”. Os primeiros, apontam para uma atuação divina efetiva quanto à reprovação de pecadores. O que chama a atenção, é que a expressão “recusa dar”, porém, pode significar um ato *preteritório* da parte de Deus ou uma ação intencional de não conceder o meio salvífico aos que já caminham para a condenação eterna. Por conseguinte, Althaus não desconsidera totalmente, nem uma das partes que compõe o conceito predestinacionista de Lutero, que engloba de qualquer maneira, uma distinção entre eleitos e réprobos, seja por endurecimento ou por preterição da parte de Deus quanto à salvação e condenação dos pecadores.

Lowell Green, erudito luterano, junta-se a Becker ao afirmar que na teologia de Lutero só houve espaço para um conceito de predestinação que contempla *apenas* a eleição. Sobre Lutero ensinar uma *predestinação distintiva*, ele questiona: “[...] Lutero seguiu esta linha? De forma alguma! Como as confissões luteranas, ele sabia somente de uma eleição vinda do evangelho”.<sup>335</sup>

Pensamos que tanto Becker quanto Lowell estão contemplando apenas um aspecto do conceito de predestinação paradoxal de Lutero, no qual a reprovação é entendida como causada pelo ser humano na queda e não pela ação divina, algo repetido pela *Fórmula* claramente no ponto *quatro* do artigo XI da Epítome e reiterado de maneira praticamente idêntica na *Declaração Sólida*.<sup>336</sup>

O ponto de número *cinco* do artigo XI da Epítome está em conformidade com as assertivas feitas por Lutero já mencionadas neste trabalho sobre como a pessoa cristã deve se ocupar com a vontade secreta de Deus: abandonando o escrutínio sobre a doutrina da predestinação a partir dos insondáveis desígnios secretos da majestade divina e ocupando-se com a vontade do Deus encarnado e revelado nas Escrituras, Cristo Jesus. Häggglund esclarece que “Lutero, [...] ressaltou que é preciso afastar-se do Deus oculto e ater-se à vontade revelada de Deus, [...]”.<sup>337</sup> Esta ênfase

<sup>334</sup> ALTHAUS, 2008, p. 291-293.

<sup>335</sup> GREEN, 1988 apud SWAN, James R. **A Doutrina da Predestinação de Lutero é “Reformada”?** Disponível em: <<http://www.e-cristianismo.com.br/historia-do-cristianismo/lutero/a-doutrina-da-predestinacao-de-lutero-e-reformada.html#random>>. Acesso em: 01 dez. 2019.

<sup>336</sup> FÓRMULA DE CONCÓRDIA, 1997, p. 661.

<sup>337</sup> HÄGGLUND, 1999, p. 226.



de Lutero vai acompanhá-lo desde o *De Servo Arbitrio* e em outras de suas obras, mas é nos últimos anos de sua vida que ela pode ter se acentuado.<sup>338</sup> A *Fórmula de Concórdia*, neste ponto, segue a mesma postura adotada pelo reformador. Passemos, então, à análise dos demais pontos, componentes da segunda seção.

### 5.2.2 Segunda seção - Abordagem correta sobre a doutrina da predestinação: pontos seis ao onze da *Afirmativa*

Nesta segunda seção, os pontos 6 ao 11 do artigo XI da Epítome da *Fórmula de Concórdia*, ocupam-se em esclarecer qual deve ser a abordagem que as pessoas cristãs devem fazer acerca da doutrina da predestinação. Mesmo sendo um trecho bastante extenso, entendo ser necessário citá-lo integralmente, a fim de facilitar a leitura corrente de seu conteúdo, bem como sua posterior análise:

6. Mas a palavra de Deus nos conduz a Cristo, que é o 'Livro da Vida', no qual estão inscritos e eleitos todos os que devem ser eternamente salvos, conforme está escrito: 'Nele (em Cristo) nos escolheu antes da fundação do mundo'. 7. Esse Cristo chama a si todos os pecadores e lhes promete refrigério. Seriadamente quer que todos os homens venham a ele e permitam se lhes ajude. A eles se oferece na Palavra e quer que a ouçam e não fechem os ouvidos ou a desprezem. Além disso, promete o poder e a operação do Espírito Santo, assistência divina para perseverança e vida eterna. 8. Não devemos, por isso, julgar dessa nossa eleição para a vida eterna nem na base da razão, nem com fundamento na lei de Deus, que nos conduzem ou a uma vida estabánada, dissoluta, epicuréia, ou ao desespero, e despertam pensamentos perniciosos no coração dos homens. Enquanto seguem a sua razão, dificilmente podem esquivar-se de pensar consigo mesmos: Se Deus me eleger para a salvação, não posso ser condenado, faça eu lá o que fizer. E por outro: Se não sou eleito para a vida eterna, de nada me vale o bem que faço; é tudo em vão. 9. Mas isso deve ser aprendido unicamente do santo evangelho concernente a Cristo, evangelho em que se testifica claramente de como 'Deus a todos encerrou na desobediência, a fim de usar de misericórdia para com todos', e que ele não quer que nenhum pereça, senão que todos cheguem ao arrependimento e creiam no Senhor Jesus Cristo. 10. Quem se ocupa assim com a vontade revelada de Deus e segue a ordem observada por São Paulo na Epístola aos Romanos, o qual primeiro orienta os homens ao arrependimento, ao reconhecimento dos pecados, à fé em Cristo, à obediência a Deus, antes de falar do mistério da eterna eleição de Deus, a esse tal doutrina é proveitosa e consoladora. 11. As palavras 'muitos são chamados, mas pouco escolhidos'<sup>339</sup> não significam que Deus não quer salvar a todos. A causa é que ou de todo não ouvem a palavra de Deus, senão que voluntariamente a desprezam, endurecem ouvidos e coração, e destarte obstruem a via ordinária do Espírito Santo, de modo que ele não pode levar a efeito sua obra neles, ou, quando a ouvirem, tornam a não lhe dar importância, e deixam de atentar nela. Culpado disso não é Deus ou sua eleição, porém a malícia deles.<sup>340</sup>

<sup>338</sup> KOLB, TRUEMAN, 2017, p. 126.

<sup>339</sup> Mateus 22.14. BIBLIA, 2017, p. 1596.

<sup>340</sup> FÓRMULA DE CONCÓRDIA, 1997, p. 532, 533.

As assertivas encontradas nos pontos seis e sete do artigo XI, descrevem tanto uma salvação oriunda da eleição divina, como o desejo de Deus de salvar a todas as pessoas, destacando ainda, o aspecto cristológico da doutrina da predestinação. A *Declaração Sólida*, ao comentar estes pontos, aconselha a pessoa cristã a não conjecturar sobre a vontade oculta de Deus como a fonte de seu conhecimento no que concerne à doutrina da predestinação, e sim na revelação da Palavra de Deus. Esta guia a pessoa cristã a meditar em relação a esta doutrina a partir do “conselho, propósito e preordenação de Deus em Cristo Jesus (que é o genuíno e verdadeiro ‘livro da vida’) [...]”.<sup>341</sup>

Por isto, a *Declaração* realça que a eleição (aspecto positivo da predestinação) não pode ser entendida à parte de Cristo, o qual reconciliou com Deus (com o Pai, consigo e com o Espírito Santo) *toda* a raça humana em seu sacrifício na cruz. E que pela ação do Espírito Santo por intermédio da pregação da Palavra, deseja *realmente* levar os pecadores ao arrependimento e iluminá-los com a fé autêntica, a fim de justificar todos os que em arrependimento sincero e por meio desta fé autêntica, recebam-No como Salvador.<sup>342</sup>

Além de intrinsecamente paradoxais, tais pressupostos endossam *parte* do ensino de Lutero (também paradoxal) encontrado no *De Servo Arbitrio*: o desejo do *Deus revelado* em querer salvar a todos os seres humanos. Concordam também com seu ensino encontrado em sua *Preleção sobre a Primeira Epístola de João* e em seu *Comentário à Epístola aos Gálatas*. Mais uma vez, entretanto, uma das partes que compõe do conceito predestinacionista do reformador, a que chamo de *predestinação distintiva*, propositora de uma reprovação da parte de Deus, é deixada de lado.

O próximo ponto do artigo XI, o de número oito, adverte as pessoas cristãs a não considerar a difícil doutrina da predestinação a partir da razão e nem a fundamentar na lei divina (neste texto, refere-se à lei de Moisés), levando-os a se render à elucubração: “Se sou eleito, posso viver dissolutamente em práticas pecaminosas, nada me levará à condenação” ou “se não sou eleito, não há proveito em viver piedosamente”. Este tipo de racionalização ou legalismo pode levar à

---

<sup>341</sup> Em nota explicativa, os confessores deixam claro que a expressão “livro da vida” se refere metaforicamente à Cristo, “no qual está registrada a eleição de todos os filhos de Deus para a vida eterna.” FÓRMULA DE CONCÓRDIA, 1997, p. 663, 673.

<sup>342</sup> Neste texto, a eleição está sendo usada como sinônimo de predestinação. FÓRMULA DE CONCÓRDIA, 1997, p. 663.

perniciosidade ou desesperança e não ao conforto trazido pela Escritura às pessoas crentes. Acabam confiando em frágeis argumentações geradas por sofismas perversos ou na performance religiosa, e não na confiança no sacrifício de Cristo para sua salvação.

Nos *Artigos de Esmalcalde* e em sua obra *Preleções em Gênesis* encontramos praticamente os mesmos pensamentos em Lutero. Ao refutar aos arrogantes e aos supracitados “espíritos sectários” que ridicularizavam a santificação em suas próprias vidas, desvinculando-a de modo impróprio da justificação pela fé, ele deixa claro que a eleição não deve ser usada como motivo para estes abusos.

Quanto à postura das pessoas cristãs que cogitavam não fazer parte do grupo dos eleitos devido à sua luta contra o pecado, Lutero apontava, em todos seus escritos, a não confiarem em nenhum mérito ou obra e nem em uma autojustiça, a qual, cedo ou tarde falhará, mas no sacrifício vicário de Cristo, o Cordeiro de Deus, que por sua perfeita obediência ao Pai, com seu sangue, comprou “para Deus, pessoas de todas as tribos, e línguas, e povos e nações”.<sup>343</sup> Aqui, a *Fórmula de Concórdia* “abraça” a Lutero.

O ponto de número nove sinaliza novamente, como no ponto de número quatro, onde a pessoa cristã deve ancorar seus pensamentos quanto à sua eleição, a fim de contrastar com a postura dos que desesperançavam por causa de suas lutas contra o pecado: no santo Evangelho de Cristo. Para a *Fórmula*, na *Palavra* encontramos tanto a universalidade da pecaminosidade da raça humana como a extensão da promessa do evangelho, também universal, abrangendo a *todos os seres humanos*:

Por isso Cristo ordenou que se pregasse ‘em seu nome arrependimento e remissão de pecados a todas as nações’. Porque Deus ‘amou o mundo’ e a ele deu o seu Filho Jo 3. Cristo carregou o pecado do mundo; deu a sua carne ‘pela vida do mundo’ Jo 6; seu sangue ‘é a propiciação pelos pecados do mundo inteiro’ 1 Jo 1. Diz Cristo: ‘Vinde a mim todos os que estais sobrecarregados, e eu vos aliviarei’ Mt 11. [...] ‘O Senhor não quer que nenhum pereça, senão que todos cheguem ao arrependimento’ 2 Pe 3. ‘O mesmo é o Senhor de todos, rico para com todos os que o invocam’ Rm 10. [...] É, por conseguinte, ordem de Cristo que a todos em comum a quem é

---

<sup>343</sup> “Então, vi, no meio do trono e dos quatro seres viventes e entre os anciãos, de pé, um Cordeiro como tendo sido morto[...] os quatro seres vivente e os vinte e quatro anciãos prostraram-se diante do Cordeiro[...] e entoavam novo cântico, dizendo: Digno és de tomar o livro, e de abrir-lhe os selos, porque foste morto e com o teu sangue compraste para Deus os que procedem de toda tribo, língua, povo e nação[...] (Ap 5.6,8,9). BIBLIA, 2017, p. 2198.

pregado arrependimento, seja, outrossim, proposta essa promessa do evangelho Lc 24; Mc 16.<sup>344</sup>

Os diversos textos bíblicos, elencados pelo texto da *Declaração Sólida* a favor de uma propiciação de pecados feita pelo mundo inteiro, corroboram com ideias de Lutero em suas supracitadas obras *De Servo Arbitrio* (a vontade do Deus revelado é salvar a todos os pecadores), *Preleção sobre a Primeira Epístola de João e Comentário à Epístola aos Gálatas*. Seria redundante comentar novamente estes tópicos. Gostariamos de fazer apenas breves colocações sobre a relação entre propiciação e salvação universal abordada neste ponto da Epítome.

Devido a extensão da propiciação, a pregação do Evangelho deve ser endereçada a todos os pecadores. Isto significa que todos crerão e serão salvos? Absolutamente. Nem Lutero e nem a *Fórmula* afirmam isto nas seguintes declarações em seus escritos, anteriormente supramencionadas: “Pois todos os ímpios foram colocados juntos e chamados, mas eles não quiseram aceitar”<sup>345</sup>, “A oferta foi feita pelos pecados de todo o mundo, embora nem todo o mundo o creia”<sup>346</sup> e “‘Esta é a vontade do Pai’: que todo aquele que crer em Cristo, tenha a vida eterna Jo 6”.<sup>347</sup>

John Theodore Mueller, em sua *Dogmática Cristã*, ressalta esta relação entre a universalidade da propiciação e sua efetividade, a partir de uma diferenciação entre a chamada *Reconciliação Objetiva e a Reconciliação Subjetiva (Reconciliatio Obiectiva, Subjectiva)*:

A reconciliação objetiva, efetuada por Cristo mediante a sua morte, foi proclamada e oferecida publicamente por Deus ao mundo pela gloriosa ressurreição de Cristo; porque esta é a verdadeira absolvição ou justificação de todo o mundo. (Rm 4.25). A reconciliação ou justificação objetiva de todo o mundo é anunciada a todos os pecadores através do Evangelho, razão pela qual o Evangelho é chamado ‘a Palavra da reconciliação’[...]. [...] Cada cristão se apropria, individualmente, da *reconciliação objetiva*, [...]pela fé nas promessas evangélicas de perdão que, dessa forma, passa a ser *reconciliação subjetiva*. (2 Co 5.20).<sup>348</sup>

Mueller assevera, que embora a propiciação de Cristo seja universal, esta torna-se eficaz, somente na vida daqueles que creem no chamado do Evangelho, apossando-se com toda certeza dos benefícios oferecidos no sacrifício da cruz do

<sup>344</sup> FÓRMULA DE CONCÓRDIA, 1997, p. 665.

<sup>345</sup> LUTERO, 2010, p. 463, 464.

<sup>346</sup> LUTERO, 2008, p. 58.

<sup>347</sup> FÓRMULA DE CONCÓRDIA, 1997, p. 665.

<sup>348</sup> MUELLER, 2004, p. 302.

Calvário. Voltaremos a tratar deste assunto no ponto onze do artigo, pois o mesmo aborda-o novamente. No ponto subsequente, o de número dez, a *Epítome* reverbera suas considerações de forma quase idêntica ao seguinte trecho encontrado no *Prefácio à Epístola de S. Paulo aos Romanos*:

Entretanto, há que se pôr um limite aqui aos espíritos injuriosos e arrogantes que, primeiro, dirigem seu raciocínio para este ponto, começam por pesquisar o abismo da predeterminação divina e se preocupam em vão com a pergunta, se estão predeterminados. Esses então têm que se humilhar a si mesmos de forma a desesperar ou a pôr tudo em jogo. [...]Tu, porém, segue esta carta em sua sequência, ocupa-te primeiro com Cristo e o Evangelho. Nele, reconhecerás teu pecado e a graça do Evangelho. Em seguida, combate o pecado, como ensinaram aqui os cap. 1,2,3,4,5,6,7 e 8. Depois, tendo chegado ao 8º capítulo, sob cruz e sofrimento, isso te ensinará a entender bem a predeterminação nos cap. 9,10 e 11. E como ela é consoladora!<sup>349</sup>

Estes apontamentos revelam claramente a preocupação pastoral de Lutero, presente também em seus apontamentos nas *Preleções sobre Gênesis* e reiterada pelos confessores luteranos posteriores.

Paul Althaus vai destacar, que mesmo deixando claro todas as considerações sobre uma *predestinação distintiva* em seu comentário aos Romanos, Lutero entende que há estágios na caminhada de fé. Semelhantemente ao apóstolo Paulo, que escreve oito capítulos antes de tratar sobre a doutrina da predestinação nos capítulos 9, 10 e 11, para Lutero, a pessoa cristã - principalmente a neófito - deve “mergulhar” no conhecimento do Deus revelado. Só depois desta imersão e que poderá considerar a predestinação sem ser prejudicado; esta será conforto e alegria e fortalecerá sua certeza de salvação em Cristo.<sup>350</sup>

Não obstante estas recomendações, Lutero nem sempre enxergou a doutrina da predestinação nesta perspectiva. Watson comenta que Lutero, durante sua vida monástica, muito influenciado pelos seus mestres, tentou seguir uma série de regras devocionais a fim de galgar por suas próprias forças, a salvação. Mas toda vez que falhava em cumprir com êxito estes exercícios, se perguntava se esta falha não se dava pela provável e a angustiante indicação de que ele não era um dos eleitos.<sup>351</sup>

Althaus ressalta, que por isto mesmo, Lutero sabia da possível angústia dos que questionavam a sua eleição e do desespero que lhes tomava: o reformador no

---

<sup>349</sup> LUTERO, 2003, p. 139.

<sup>350</sup> ALTHAUS, 2008, p. 302.

<sup>351</sup> WATSON, 2005, p. 39.

início de sua fé, antes da revelação da justificação pela fé, passou por este terrível e dificultoso questionamento. Por isto, agiu *poimenicamente* com seus irmãos, afirmando aos que se encontravam nesta situação, a regozijarem-se em Deus, porque Ele promete lidar principalmente com os que se desesperam e se angustiam quanto à sua salvação. Isto foi-lhe também por consolo: este tipo de sentimento indica que tal pessoa será salva e que é uma escolhida.<sup>352</sup> Somente os eleitos se preocupam com estas coisas. Esta foi uma de suas respostas. A outra, foi endereçada à uma irmã em Cristo de nome Bárbara Lisskirchen, que por causa da dúvida quanto à sua eleição, estava em intensa agonia:

Quando tais pensamentos a assaltam, você deve aprender a perguntar a si mesma: 'Por favor, em que mandamento está escrito que eu deva pensar sobre esse assunto e lidar com ele?' Quando parecer que não há tal mandamento, aprenda a dizer: 'Saia daqui, maldito diabo! Você está tentando fazer com que eu me preocupe comigo mesma. Mas Deus declara em todos os lugares que eu devo deixá-lo tomar conta de mim[...]'. A mais sublime de todas as ordens de Deus é esta, que mantenhamos diante de nossos olhos a imagem de seu Filho querido, nosso Senhor Jesus Cristo. Todos os dias ele deve ser nosso excelente espelho, no qual contemplamos o quanto Deus nos ama e quão bem, em sua infinita bondade, ele cuidou de nós ao dar seu Filho amado por nós. Desse modo, eu digo, e de nenhum outro, um homem de fato aprende a lidar adequadamente com a questão da predestinação. Será evidente que você crê em Cristo. Se você crê, então será chamada. E, se é chamada, então muito certamente está predestinada. Não deixe que esse espelho e trono da graça seja quebrado de diante de seus olhos. [...] Contemple o Cristo dado por nós. Então, se Deus desejar, você se sentirá melhor'.<sup>353</sup>

Neste texto, fica nítida a diferença das abordagens feitas por Lutero no *De Servo Arbitrio* e em seu *Prefácio à Epístola de S. Paulo aos Romanos*, quando comparadas ao conselho dado à Lisskirchen. Com Erasmo, o debate foi acirrado, num tom dogmático; com esta irmã, sua abordagem foi a de um pastor que conforta suas ovelhas. Em ambos os momentos, Lutero usa as Escrituras e a teologia a fim de formular suas asseverações. A diferença está na ênfase dada a ambos. Conforme Althaus, Lutero, mesmo não fugindo do debate da eleição, vai lidar com esta difícil doutrina de diversas maneiras, o que se pode verificar em sua missiva endereçada à Lisskirchen.

Esta era uma das características marcantes da teologia de Lutero: o contexto era um fator preponderante na elaboração de suas argumentações. Isto não demonstra uma contradição em suas ideias, as quais, se examinadas com cuidado,

<sup>352</sup> ALTHAUS, 2008, p. 302.

<sup>353</sup> LUTHER, 1955 apud GEORGE, 1994, p. 79, 80.

não mudam em conteúdo. O que vem à tona é o cuidado pastoral supramencionado, fruto da consciência de uma pessoa cristã que já lutou estas mesmas batalhas e agora tem a preocupação com o possível desvanecimento da fé de alguns crentes. Para os que tinham receio de não estar entre os eleitos, seus comentários sempre apontavam para Cristo. É crendo Nele, humildemente, que se tem a segurança de sua salvação e eleição.

O ponto onze do artigo, ao citar o texto do Evangelho Mateus 22.14, reafirma, igualmente ao ponto nove, o chamado universal dos pecadores à salvação. O fato de muitos serem chamados, mas não crerem em Cristo deve-se ao endurecimento voluntário de seus corações, resistindo à operação do Espírito e por consequente bloqueando a obra da salvação em suas vidas. Lutero no *De Servo Arbitrio*, paradoxalmente ao seu conceito de *predestinação distintiva*, fala também de uma *resistência* do ser humano quanto à salvação, preservando a sua culpabilidade quanto à sua condenação.<sup>354</sup> Terminadas as comparações entre os pontos da segunda seção do artigo XI e os ensinamentos de Lutero sobre predestinação, passaremos à análise dos pontos derradeiros da *Affirmativa*, apresentados na terceira e última seção.

### 5.2.3 Terceira seção - Abordagem piedosa quanto à doutrina da predestinação - pontos doze, treze e quatorze da *Affirmativa*

Os pontos de número *doze, treze e quatorze* fazem uma espécie de recapitulação dos diversos assuntos tratados nos pontos anteriores das outras duas seções, ressaltando ainda a preocupação de viver uma vida piedosa, como característica das pessoas eleitas:

12. E o cristão deve ocupar-se com o artigo da eleição eterna em quanto revelado na palavra de Deus, que nos propõe Cristo como o 'Livro da Vida', livro que ele nos abre e revela pela pregação do santo evangelho, conforme está escrito; 'E aos que predestinou, a esses também chamou.' Nele devemos procurar a eterna eleição do Pai, o qual em seu eterno, divino conselho resolveu que a ninguém quer salvar exceto aqueles que reconhecem o seu Filho, o Cristo, e verdadeiramente nele crêem. O cristão deve banir outras cogitações, que não fluem de Deus, mas da inspiração de Satanás, com que ele ousa debilitar ou de todo tirar-nos a gloriosa consolação que temos nessa doutrina salutar, isto é, sabermos que fomos eleitos em Cristo para a vida eterna puramente de graça, sem qualquer mérito nosso, e que ninguém pode arrancar-nos de sua mão. Essa graciosa eleição ele não apenas a promete com meras palavras, mas também a protesta com juramento, e a selou com os santos sacramentos, dos quais podemos

---

<sup>354</sup> LUTERO, 1993, p. 102.

lembrar-nos em nossas maiores tentações, com eles podemos consolar-nos, e assim apagar os dardos inflamados do diabo.<sup>13</sup> Além disso, devemos diligenciar ao máximo por viver de acordo com a vontade de Deus, e, como admoesta São Pedro, confirmar a nossa vocação. Devemos, especialmente, ater-nos à palavra revelada, que não nos pode e não vai nos faltar. 14. Com essa breve explicação da eterna eleição de Deus dá-se a Deus sua honra inteira e plenamente, que ele, somente por pura misericórdia, sem qualquer mérito nosso, nos salva 'segundo o propósito' da sua vontade. Além disso, também não se dá a ninguém causa para pusilanimidade ou vida rude, desenfreada.<sup>355</sup>

Nesta recapitulação, a *Fórmula* recomenda: a pessoa crente deve saber apenas de uma eleição como está revelada na Palavra, a qual apresenta a Cristo a partir da pregação do Evangelho como a vida eterna (ou "livro da vida"). É neste Evangelho que se deve buscar a vontade do Pai, que a ninguém quer salvar a não ser os que creem e recebem seu Filho como Salvador. Perscrutar a eleição em outro lugar não deve ser alvo das pessoas cristãs. Isto não tem origem divina e sim satânica, servindo apenas para a perda da dimensão consoladora desta doutrina, a qual assegura uma eleição baseada não em nossas obras ou méritos, mas na graça e misericórdia de Deus, das mãos de quem, coisa alguma pode nos tirar.

Aqui, novamente, os ensinamentos da *Fórmula* ratificam as asseverações encontradas em diversas passagens das obras de Lutero sobre a necessidade das pessoas cristãs abordarem a doutrina da predestinação não de maneira descompromissada com a piedade, mas como artigo de fé que desemboque em um viver em santificação e temor a Deus. A ênfase de Lutero sobre o afastamento da vontade abscondita de Deus e a aproximação de sua vontade revelada por parte das pessoas cristãs quanto à predestinação é reiterada pela *Fórmula*.

No ponto doze, entretanto, os confessores evocam um assunto ainda não mencionado no Artigo XI: o caráter sacramental como sinal da confirmação da eleição. Lutero os menciona nas *Preleções em Gênesis* da mesma maneira que os confessores: sinais externos, que servem para tranquilizar os corações das pessoas cristãs quando dúvidas sobre salvação surgirem. Diz a *Declaração Sólida*: "Por essa razão Cristo faz que as promessas do evangelho não sejam propostas apenas de modo geral, porém pelos sacramentos, que anexou como selo à promessa, e com isso a confirma a cada crente individualmente".<sup>356</sup>

<sup>355</sup> FÓRMULA DE CONCÓRDIA, 1997, p. 533, 534.

<sup>356</sup> FÓRMULA DE CONCÓRDIA, 1997, p. 667.



Ao relembrar do batismo, a pessoa cristã certifica-se de sua identidade como eleita: está morta e ressurreta com Aquele que por ela morreu e ressuscitou, elegendo-a para a vida eterna. Ao participar da celebração da Ceia, ela experimenta o próprio Cristo, renovando e rememorando a aliança feita no Seu sangue pelas pessoas que creem em Seu nome. Findas as declarações da última seção confessional da *Affirmativa*, dirigimo-nos a terceira parte do Artigo XI da Epítome, denominada de *Antithesis*.

### 5.3 ANTITHESIS OU NEGATIVA DOCTRINA FALSA SOBRE ESTE ARTIGO

Nesta última parte do Artigo XI da Epítome, chamada *Antithesis* ou *Negativa*, os confessores, praticamente reforçam todos os ensinamentos encontrados na *Affirmativa*. Nela, o intuito é deixar claro às outras confessionalidades quais as rejeições que fazem aos ensinamentos propagados por estas e considerados errôneos no entender da confessionalidade luterana. Uma nova comparação com os escritos de Lutero seria uma redundância. Por isto, transcrevemos na íntegra o texto da *Antithesis*, apenas à guisa de registro e para algumas poucas considerações a respeito de seu conteúdo:

De acordo com isso cremos e mantemos o seguinte: quando a doutrina da preciosa eleição de Deus para a vida eterna é ensinada de modo tal, que cristãos entristecidos não se podem confortar nela, mas por ela são levados a pusilanimidade ou desespero, ou de modo a fortalecer os impenitentes em seu capricho, tal doutrina não é tratada de acordo com a palavra e a vontade de Deus, senão em harmonia com a razão e o impulso do abominável Satã. Porque, como testifica o Apóstolo, tudo quanto foi escrito, para o nosso ensino foi escrito, a fim de que, pela paciência e pela consolação das Escrituras, tenhamos esperança. Rejeitamos, por isto, os erros que se seguem: 1. Quando se ensina que Deus não quer que todos os homens se arrependam e creiam no evangelho. 2. Também, que Deus, quando nos chama a si, não quer seriamente que todos os homens venham a ele. 3. Da mesma forma, não querer Deus que todos sejam salvos, senão que, desatendidos os pecados deles, tão-só do mero conselho, propósito e vontade de Deus são ordenados à condenação, de maneira que não podem salvar-se. 4. Igualmente, que não é apenas a misericórdia de Deus e o santíssimo mérito de Cristo, mas que também há em nós uma causa da eleição de Deus, em virtude da qual Deus nos elegeu para a vida eterna. Essas são, todas elas, blasfemas e terríveis doutrinas errôneas, com as quais se tira aos cristãos todo o conforto que têm no santo evangelho e no uso dos santos sacramentos, não devendo, por isso, ser toleradas na igreja de Deus. Eis a breve e simples explicação dos artigos controvertidos que por algum tempo foram discutidos e ensinados discrepantemente pelos teólogos da Confissão de Augsburgo. Daí todo cristão simples, orientado pela palavra de Deus e seu simples catecismo, pode perceber o que é certo e o que é errado, já que não apenas é declarada a doutrina pura, mas também repudiada e rejeitada a doutrina errônea a ela contrária, e assim as ofensivas divisões que

ocorreram são radicalmente decididas. Que o Deus todo-poderoso e Pai de nosso Senhor Jesus nos conceda a graça de seu Espírito Santo, para que todos sejamos unidos nele e constantemente permaneçamos nessa unidade cristã, que lhe é agradável. Amém.<sup>357</sup>

Na citação acima, a *Fórmula* faz questão de manter num paradoxo, tanto a eleição como a *gratia universalis*. Nos pontos um, dois e três, nota-se uma ênfase neste último aspecto, possivelmente uma reação às ideias calvinistas insurgentes no meio do luteranismo. Acentua-se também a necessidade de procurar nas Escrituras o ensino a este respeito e não na razão, o caráter fortalecedor e confortador da doutrina da eleição. E por fim, encerra com um apelo para que se abandonem todos os ensinamentos contrários aos encontrados nas Escrituras, a fim de que se mantenha a unidade doutrinária confessional e eclesial.

No último parágrafo da *Declaração Sólida*, encontram-se os apontamentos finais acerca da postura a ser adotada em contraposição às demais confessionalidades quanto à doutrina da predestinação:

Ficamos nessa explicação simples, correta e útil, que tem firme e bom fundamento na vontade revelada de Deus, fugimos e evitamos todas as questões e *disputationes* altas e sutis, e rejeitamos e condenamos o que é contrário a essas explicações verdadeiras, simples e úteis.[...] Todos, amigos e inimigos, claramente podem depreender de nossa explicação que não é propósito nosso ceder algo da eterna e imutável verdade de Deus (nem está em nosso poder fazê-lo) por amor da paz, da tranqüilidade e da unidade temporais. E tal paz e concórdia nem teriam estabilidade, porquanto adversam a verdade e visam suprimi-la. Muito menos ainda propendemos a enfeitar e encobrir falsificação da doutrina pura e erros manifestos e condenados. A unidade pela qual nutrimos cordial desejo e amor e que anelamos promover, estando, de nossa parte, sinceramente dispostos a empenhar tudo o que estiver em nós para fazê-la avançar, é, isto sim, aquela unidade que preserva incólume a honra de Deus, nada renuncia da divina verdade do santo evangelho, coisa nenhuma concede ao mínimo erro, conduz os pobres pecadores ao verdadeiro e genuíno arrependimento, erige-os pela fé, avigora-os na nova obediência, e destarte os justifica e lhes dá a eterna salvação pelo mérito de Cristo somente, etc.<sup>358</sup>

Com este discurso de matiz quase apoteótica, a *Fórmula de Concórdia* encerra suas asseverações sobre a doutrina da predestinação, pondo em relevo uma unidade em ligada à verdade doutrinária. Não pode haver verdadeira unidade, quando em nome da paz, se relativiza a verdade doutrinária conforme explanada na Palavra de Deus.

<sup>357</sup> FÓRMULA DE CONCÓRDIA, 1997, p. 534-536.

<sup>358</sup> FÓRMULA DE CONCÓRDIA, 1997, p. 677, 678.

Após a realização desta análise comparativa, podemos constatar que, no Artigo XI da *Fórmula de Concórdia, Da eterna presciência e eleição de Deus*, se pôde verificar quase todos os diversos aspectos ou elementos presentes conceito de predestinação de Lutero propagado não só no *De Servo Arbitrio*, como nas outras obras analisadas neste trabalho. A diferença fulcral existente entre seus conceitos está no desvinculo de uma das partes componentes do conceito de predestinação de Lutero, a saber, a *predestinação distintiva*, ligada geralmente ao seu discurso sobre a vontade do *Deus absconditus* de reprovar ativamente parte da humanidade. A assertiva de Hägglund sobre este desligamento ou obliteração corrobora com o resultado advindo das comparações: “O ponto de vista de Lutero com respeito à predestinação foi finalmente modificado, uma vez que as ideias de Lutero relativas à onipotência de Deus e sua vontade oculta em conexão com a predestinação foram deixadas de lado”.<sup>359</sup>

Podemos então afirmar a existência de um desacordo entre Lutero e os confessores luteranos no tocante a esta doutrina? Por que estes recusaram a *predestinação distintiva* de Lutero? Responderemos estas questões, também, no momento conclusivo desta Dissertação.

Antes de finalizarmos este capítulo, porém, entendemos ser importante refletir sobre a base conceitual desta discordância confessional, assunto sobre o qual havíamos afirmado anteriormente que voltariamos a tratar em momento propício: a doutrina do *Deus absconditus*. Conquanto algumas das questões sobre este tema já tenham sido tratadas anteriormente no capítulo três desta Dissertação, fazemos aqui uma recapitulação e algumas observações mais pormenorizadas sobre ele, na tentativa de esclarecer a importância desta doutrina na teologia predestinacionista de Lutero e como esta pode influenciar a vida das pessoas cristãs.

Em primeiro lugar, entendemos ser legítima a pergunta feita por Alister McGrath em sua obra “*Lutero e a Teologia da Cruz*”: ao trazer à tona a vontade oculta da divindade, estaria Lutero usando um recurso exegético para manter no *De Servo Arbitrio* sua defesa a favor de uma *predestinação distintiva*, diante da dificuldade apresentada por Erasmo quanto ao texto de Ezequiel 18.23? Alister McGrath entende que sim, e faz duras críticas ao uso desta abordagem:

---

<sup>359</sup> HÄGGLUND, 1999, p. 240.

O *Deus absconditus* é o Deus que se esconde *por trás* da revelação. Essa acepção do Deus oculto se torna especialmente importante na controvérsia posterior de Lutero com Erasmo, em *de servo arbítrio* (1525), onde ela parece ser empregada como instrumento puramente polêmico para desacreditar a exegese aparentemente legítima de Erasmo das Escrituras,[...]. Assim quando Erasmo afirma que Deus não deseja a morte de um pecador, Lutero o contraria dizendo que, enquanto isto possa valer para o Deus *revelado*, isso não vale necessariamente para o Deus *oculto*. 'Deus não deseja a morte de um pecador na *palavra de Deus* - mas Deus o deseja naquela vontade inescrutável'.<sup>360</sup>

Lutero encontrava-se equivocado ao apresentar aparentemente duas vontades contraditórias em Deus? Estariam os confessores corretos ao abandonar justamente estas ideias ao apresentar um conceito que deixa de lado a vontade do *Deus absconditus*? Ao invés de fazer uma ilação inconsequente, deixemos que o próprio Lutero responda a esta questão. Possivelmente cômico desta dificuldade, ele objeta a Erasmo a partir destas considerações, as quais apresentamos em *duas partes*. Eis a *primeira*:

Aqui, porém, a razão, impertinente e dicaz como é, dirá: Evasiva belamente inventada esta de reconhecermos àquela temível vontade da majestade todas as vezes que fomos acoçados pela força dos argumentos e de forçarmos o debatedor ao silêncio onde tenha sido molesto, precisamente como os astrólogos que, com seus epiciclos inventados, eludem todas as perguntas sobre o movimento do céu como um todo. Respondemos que isso não é nosso invento, mas preceito confirmado pelas Escrituras divinas, pois assim diz Paulo em Rm 11 [sc. 9,19ss]; 'Porque, portanto, Deus se queixa? Quem resiste à vontade dele? Homem, quem és tu para que contendas com Deus? Acaso o oleiro não tem poder?' e mais o resto. E, antes dele, Isaías 58.2: 'Pois me buscam dia após dia e querem saber os meus caminhos como um povo que tivesse feito a justiça. Rogam-me atos de justiça e querem aproximar-se de Deus'.<sup>361</sup>

Lutero não responde a Erasmo elaborando uma argumentação a fim de fugir do debate. Também não forjou uma "chave interpretativa" a se lançar mão para que, quando os textos bíblicos fossem favoráveis a defesa de uma *gratia universalis*, se evocasse uma invencionice criada semelhante à uma fantasia infantil. Ao contrário, um malabarismo hermenêutico existiria, se Lutero tentasse harmonizar suas assertivas sobre uma *predestinação distintiva* e a vontade divina de salvar a todos os pecadores. E isto, pensamos ter deixado claro exaustivamente nesta Dissertação, ele não o fez. Ao contrário, apresentou sua teologia de forma tensionada, sem tentar conciliar aparentes contradições. Ele ensinava que a vontade do *Deus absconditus* não pode ser deixada de lado, mas deve ser abordada de maneira diferente da atitude

<sup>360</sup> McGRATH, 2014, p. 219, 220.

<sup>361</sup> LUTERO, 1993, p. 106.

arrogante de determinadas pessoas cristãs. É disto que trata a sequência de seu comentário. Na “*segunda parte*”, continua:

Creio que com estas palavras se mostra suficientemente, que não é permitido aos seres humanos escutar a vontade da majestade. Além disso, esta questão é de tal natureza que principalmente nela os seres humanos perversos buscam atingir aquela temível vontade; por esta razão, sobretudo aqui é o lugar para exortá-los então ao silêncio e à reverência. Em outras questões, onde se tratam de coisas tais que delas se pode dar razão e se nos ordena dar razão, não procedemos desse modo. Quanto a isso, se alguém prossegue escutando a razão daquela vontade e não dá ouvidos à nossa advertência, a este deixamos ir e lutar com Deus ao modo dos gigantes.<sup>362</sup>

Ao tentar responder estas perguntas, a racionalização humana no fundo quer tomar conta de um espaço pertencente somente ao mistério. E, neste sentido, está querendo medir forças com Deus. Lutero não está propondo uma fé cega e abolindo totalmente o uso da razão na aproximação das Escrituras. Ele afirma a existência de certos assuntos revelados nas Escrituras, que por mais que a razão procure arrogantemente entender, entrará em um beco sem saída, e estará como um micróbio, tentando lutar com o Deus majestoso.

Paul Althaus, embora compartilhe do pressuposto supracitado de McGrath, de que as perguntas críticas sobre a vontade do *Deus absconditus* seriam inevitáveis<sup>363</sup>, elabora, em sua obra “*A teologia de Martinho Lutero*”, um tipo de “*Summa*”, onde destaca a relevância da doutrina do *Deus absconditus* na teologia predestinacionista paradoxal do reformador. Tal resenha a seguir está dividida em três partes. Utilizaremos a mesma sequência sistemática e textual proposta por Althaus em sua obra, a fim de pôr em relevo a concatenação do desenvolvimento de seu pensamento.

*Primeiro*, conforme Althaus, Lutero insta às pessoas crentes que estas não se ocupem com a vontade do *Deus absconditus*. Este, não quer que entrem em confronto com Ele em sua natureza e majestade, e nem que penetrem no mistério de sua vontade inescrutável quanto à predestinação. Pois isto, conseqüentemente, pode

<sup>362</sup> LUTERO, 1993, p. 106.

<sup>363</sup> Althaus, à semelhança de McGrath, questiona: “Precisamos perguntar ainda se essa doutrina de Lutero do Deus oculto, como ela se encontra presente na *Vontade Cativa*, não ab-roga o resto de sua teologia, como a conhecemos. Lutero, geralmente, apela da especulação a respeito de Deus, que busca investigar Deus como ele é em si mesmo, ao Deus que se revela a si mesmo em sua palavra, mas aqui na *Vontade Cativa*, ele ensina que Deus não se limita a si mesmo em sua palavra e requer que distingamos o ‘Deus em si mesmo’ do Deus que é revelado em sua palavra, e requer isto da própria palavra. Não será isso terrivelmente perigoso, e mesmo mortal, para a pessoa que confia na palavra da promessa? Pois isso, afirma que Deus, conforme sua vontade oculta, discorda em grande parte da palavra que oferece sua graça a todas as pessoas”. ALTHAUS, 2008, p. 295.

levar ao desespero a pessoa cristã quando esta perguntar em seu coração, se é um eleito ou não. O que Ele deseja é revelar-se aos seres humanos em sua Palavra, por meio de Jesus Cristo, o qual morreu na cruz para os redimir. A aproximação do Deus oculto com indagações sobre o porquê Ele rejeita algumas pessoas, porque Ele imputa a culpa dos pecados aos que não podem desvencilhar-se deles ou porque não convence a todos os que lhe resistem, não deve ser feita. Lutero advertiu sobre este tipo de questionamento e aproximação do mistério da predestinação várias vezes no *De Servo Arbitrio*.<sup>364</sup>

Althaus prossegue, questionando se ao fazer estas advertências, estaria Lutero usando de um recurso pedagógico apenas a fim de apaziguar consciências intranquilas? Para ele, provavelmente não: o que Lutero deseja que se evite é uma postura renitente neste tipo de questionamento. A pessoa cristã precisa ter consciência da existência do *Deus absconditus* e deve adorar e temer este mistério, inclusive anunciando claramente de forma pública, como o fez o apóstolo Paulo em Romanos 9, que o Seu agir, irá operar muitas coisas em oculto.<sup>365</sup>

O ser humano não conseguirá esquecer o mistério do querer e do agir oculto de Deus e nem deve. Ninguém consegue fazer um exercício de uma “amnésia auto-imposta”. Sobre isto, Loewenich, em consonância com Althaus, comenta: “Antes deve-se *saber* que há o Deus abscôndito. [...] Ora, mesmo que a pessoa humana não possa compreender a vontade inescrutável de Deus, não obstante deve temer e adorá-la [...]”.<sup>366</sup>

Aproximando-se da vontade abscôndita de Deus em adoração, a pessoa cristã elimina a atitude quase blasfema de querer questioná-lo sobre os porquês mencionados acima. Elimina também, a atitude de considerar a sua vontade como sendo injusta e arbitrária ao escolher alguns e outros não. Lutero, afirma Althaus, vai lembrar que o ser humano não pode mensurar ou julgar a vontade e a ação de Deus pelos seus padrões de justiça. A justiça divina é transcendente à razão humana, não estando ao dispor de seu pecaminoso escrutínio.<sup>367</sup> Ao prefaciá-lo livro de Jó, Lutero demonstra a falibilidade humana em suas cogitações sobre este assunto:

<sup>364</sup> ALTHAUS, 2008, p. 297, 298.

<sup>365</sup> ALTHAUS, 2008, p. 298.

<sup>366</sup> LOEWENICH, 1988, p. 30.

<sup>367</sup> ALTHAUS, 2008, p. 299.

A isto se opõem os amigos de Jó. Eles fazem longos discursos tentando explicar a justiça de Deus. [...] Eles têm, pois, uma ideia mundana e humana a respeito de Deus e sua justiça, como se ele fosse igual aos homens e sua justiça fosse igual à justiça do mundo.<sup>368</sup>

A tendência pecaminosa presente nos amigos de Jó, em equivaler a justiça humana à divina, coloca em xeque a bondade de Deus. Althaus insiste, conforme mencionamos no capítulo *três*, que embora aparentemente Deus aja de maneira injusta aos olhos dos seres humanos quanto à eleição e reprovação eternas, esta suposta injustiça desaparecerá, como afirmou Lutero, à luz da glória. Enquanto o *eschaton* não tem seu cumprimento final, cabe à pessoa cristã crer a partir da luz da graça, que Deus é bom e justo.<sup>369</sup>

Em *segundo* lugar, Althaus entende que uma dupla vontade de Deus deve ser observada na perspectiva da fé. Para ele, ao afirmar que a teologia deve também anunciar o *Deus absconditus*, Lutero estava salientando que Deus não só quer que isto seja feito, como quer demonstrar o quanto isto é bom para os que Nele creem. Althaus ressalta que no pensamento de Lutero, o saber da existência da vontade do *Deus absconditus* através da pregação, faz com que o pecador tenha ciência de que eleição e rejeição estão ligadas apenas à sua soberana vontade, livrando-o da arrogância e da ilusão que haja qualquer colaboração de sua parte no processo salvífico. Esta consciência produz uma intensa agonia, que apesar de terrível, é simultaneamente saudável e abençoadora, pois rebate o seu orgulho e faz com que, ao desesperar-se de si mesmo, reconheça a impossibilidade de uma autossalvação, conduzindo-o sem reservas, às mãos salvíficas de Deus.<sup>370</sup> Lutero assegura: “Mas quem não duvida absolutamente que tudo depende da vontade de Deus, este desespera inteiramente em relação a si mesmo, nada escolhe, e, sim, espera que Deus obre[...] de modo que será salvo”<sup>371</sup>

E *terceiro* e último, de acordo com Althaus, Lutero afirma que a fé no *Deus absconditus* está relacionada de certa forma à humildade. Como supramencionado no capítulo *três*, os seres humanos falam de uma injustiça divina em rejeitar pecadores. Mas aqui, ressalta Althaus, o egocentrismo e a arrogância humana se revelam, invertendo os padrões divinos de justiça: ao pensar somente em seus interesses, o

<sup>368</sup> LUTERO, Martinho. Prefácio ao Livro de Jó. In: **Obras Selecionadas**: Interpretação Bíblica: princípios. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, v. 8, 2003. p. 32.

<sup>369</sup> ALTHAUS, 2008, p. 299.

<sup>370</sup> ALTHAUS, 2008, p. 300.

<sup>371</sup> LUTERO, 1993, p. 46.

pecador cria um padrão para emitir um juízo sobre a vontade de Deus. Mensura que justiça seria feita, se Deus, por obrigação, absolvesse à toda a humanidade decaída. Esquecem, que seria justo da parte de Deus, condenar a humanidade inteira, pois todos são pecadores. Esquecem ainda mais, que a salvação é um ato de pura misericórdia, algo não requerível por pecadores. Sua graça é concedida a quem Ele desejar e não a todos. Esta soberania divina, nos revela um dos atributos divinos: Deus é o único ser realmente livre para fazer o que quiser. Livre para não ter misericórdia e condenar, e da mesma maneira livre para agir com misericórdia e salvar, pois não está sujeito a nada e seus padrões de justiça são retos e perfeitos.<sup>372</sup>

Althaus insiste que Lutero, põe em relevo aquilo que é basilar na teologia da graça e que já foi comentado reiteradas vezes nesta Dissertação: não temos direito algum de exigir que Deus salve o ser humano. Se Ele quisesse, poderia ignorar-nos, por isto, temos o dever de louvar quão grande é a Sua misericórdia ao conceder livremente a dádiva da salvação. Ainda que não devamos prescrutar sua vontade secreta, o *Deus absconditus* deve ser pregado também, a fim de que a fé dos crentes permaneça uma fé em humilde temor a Deus. O pecador precisa da absconditude de Deus quanto à eleição, para que, ao receber a graça salvífica, receba-a pela fé de modo humilde, e assim permaneça em Sua presença, sabendo, como já salientamos, que Ele não tem dívida alguma para conosco, não recebeu coisa alguma de qualquer ser humano, não prometeu coisa alguma, senão o realizar o que é de Seu agrado.<sup>373</sup>

Caso a graça fosse concedida universalmente, o ser humano interpretaria isto como evidente. Haveria uma dissociação entre fé e o temor a Deus, o que tornaria a fé em arrogância e autossuficiência. Se o ser humano for conhecedor apenas do Deus revelado e da universalidade da concessão da graça, em sua racionalidade, iria querer controlar a Deus, tornando-se presunçoso quanto a sua salvação. Esta racionalização, porém, não se mantém quando o ser humano, a partir da doutrina do *Deus absconditus*, fica cômico de que a salvação está nas mãos Dele, que a controla por sua graça, que é doada livremente.<sup>374</sup>

Desta maneira, toda a presunção acaba e uma alegria toma conta daqueles que entendem que a sua salvação está ancorada apenas na graça do Deus que,

---

<sup>372</sup> ALTHAUS, 2008, p. 301.

<sup>373</sup> ALTHAUS, 2008, p. 301.

<sup>374</sup> ALTHAUS, 2008, p. 301, 302.



milagrosamente, elege pecadores indignos.<sup>375</sup> Erasmo em seu debate com Lutero, chegou a acusá-lo de estar apresentando um Deus não bondoso, que priva do ser humano o direito de escolher a salvação, e disse-lhe: deixe Deus ser bom; ao que lhe replicou o reformador, cômico de que Ele é bom por natureza: “deixe Deus ser Deus”.

Por fim, gostaríamos de abordar um último aspecto relativo à doutrina da predestinação em Lutero, e que pode ter influenciado aos escritores da *Fórmula de Concórdia*: seu possível afastamento gradual da vontade do Deus oculto e seu crescente interesse na vontade do Deus revelado. Este é um tema presente em suas *Preleções sobre Gênesis*, analisada no capítulo *quatro*. Don Matzat vai ressaltar uma das reflexões do reformador a este respeito:

Uma disputa sobre predestinação deve ser totalmente evitada... Eu esqueço tudo sobre Cristo e Deus quando encontro esses pensamentos e realmente chego ao ponto de imaginar que Deus é um enganador. Devemos permanecer na palavra, na qual Deus nos é revelado e a salvação é oferecida, se crermos nele. Mas, ao pensar em predestinação, esquecemos de Deus. No entanto, em Cristo estão escondidos todos os tesouros (Col. 2: 3); fora dele todos estão trancados. Portanto, devemos simplesmente nos recusar a discutir sobre a eleição.<sup>376</sup> (tradução nossa)

Seriam estas assertivas de Lutero, uma proposta para o abandono progressivo da doutrina do *Deus absconditus*? Dificilmente. Aqui, há uma mudança de ênfase. Seu cuidado, conforme supramencionado, para com pessoas atormentadas e seus próprios dilemas sobre a doutrina da predestinação, levaram-no a focar na vontade revelada nas Escrituras e a ensinar como esta poderá inclusive, conduzir à pessoa cristã a confiar na vontade do Deus oculto: “Se vós acreditais no Deus revelado e recebeis Sua Palavra, então logo também o Deus oculto revelará a Si mesmo a vós...Se vós vos apegardes com fé firme ao Deus revelado... então vós estais certamente Predestinados e assim mais conhecidos do Deus oculto [...]”.<sup>377</sup>

No filme “*O Leão, a feiticeira e o guarda-roupa*” baseado na obra homônima de C. S. Lewis e pertencente às “*Crônicas de Nárnia*”, um diálogo entre dois

<sup>375</sup> LUTERO, 2003, p. 310.

<sup>376</sup> “A dispute about predestination should be avoided entirely... I forget everything about Christ and God when I come upon these thoughts and actually get to the point to imagining that God is a rogue. We must stay in the word, in which God is revealed to us and salvation is offered, if we believe him. But in thinking about predestination, we forget God. However, in Christ are hid all the treasures (Col. 2:3); outside him all are locked up. Therefore, we should simply refuse to argue about election.” MATZAT, Don. Martin Luther and the Doctrine of Predestination. In: **Issues, Etc. Journal**. Vol. 1. No.8. October, 1996. Disponível em: <[https://www.issuesetcarchive.org/issues\\_site/resource/journals/v1n8.htm](https://www.issuesetcarchive.org/issues_site/resource/journals/v1n8.htm)>. Acesso em: 19 maio. 2020.

<sup>377</sup> BRUNNER, 2004, p. 452, 453.

personagens, um fauno chamado Sr. Tumnos e uma “filha de Eva” chamada Lucy, capta bem a ideia da bondade de Deus. Lucy estava preocupada com o fato de Aslan - um leão, que no mundo narniano representa a Cristo, - estar indo embora de um palácio onde se encontravam. Seu medo era de não mais o encontrar. Então, Tumnos aproxima-se dela, e a lembra da liberdade de ação de Aslan. Não poderiam prendê-lo, pois ele é um leão selvagem e não domesticado; ao que Lucy lhe responde, “mas ele é bom”.<sup>378</sup> Pensamos que este diálogo da obra infantil de Lewis ajuda-nos a refletir sobre esta aparente dicotomia entre *O Deus absconditus* e o *Deus revelatus*: não são dois “deuses”, mas um só, e Ele é e bom. Os que depositam sua fé no Deus revelado, crendo que Ele é bom, podem confiar na onipotência do Deus oculto e em seus desígnios quanto à predestinação, posto que Ele não é outro “deus”.<sup>379</sup>

Todas estas considerações feitas neste capítulo no que diz respeito a doutrina do *Deus absconditus*, levam a inferir que, mesmo sendo deixada de lado nas asseverações sobre predestinação da *Fórmula de Concórdia*, esta nunca foi completamente abandonada por Lutero, haja visto a sua sustentação até o fim da vida de uma *predestinação distintiva*, o que se pode atestar em seu *Prefácio aos Romanos* de 1546. Além disto, não se encontra, em nenhum de seus escritos, de maneira clara e decisiva, uma negação categórica ou absoluta destes conceitos.

Findas todas as averiguações sobre o conceito de predestinação encontrado nos escritos de Martinho Lutero usados neste trabalho e sobre o conceito encontrado na *Fórmula de Concórdia*, ater-nos-emos à análise comparativa entre estes, a ser realizada na conclusão desta Dissertação.

---

<sup>378</sup> **AS CRÔNICAS DE NARNIA:** o Leão, a feiticeira e o guarda-roupa. Direção de Andrew Adamson, Produção de Mark Johnson. Nova Zelândia, WALT DISNEY PICTURES e WALDEN MEDIA, 2005. 1 DVD (aprox.143 min). Widescreen, color.

<sup>379</sup> BAYER, 2007, p. 151-152.

## 6 CONCLUSÃO

Neste trabalho, podemos observar alguns aspectos relacionados à doutrina bíblica da predestinação e como ela foi esposada por Martinho Lutero em diversas de suas obras. Foi também analisado, qual conceito de predestinação encontra-se no documento confessional luterano denominado *Fórmula de Concórdia*.

Após todas as averiguações nesta Dissertação, podemos concluir que, parte do conceito de predestinação formulado por Lutero ao qual denominamos de *predestinação distintiva*, sofreu alguma influência do conceito de predestinação do patrono de sua ordem monástica de Erfurt, Agostinho de Hipona.

Agostinho, nos pressupostos predestinacionistas presentes em suas obras, afirmou tanto uma *dupla predestinação (ou dupla predestinação absoluta)* como uma *predestinação* que contemplava uma *eleição* e uma *preterição* divinas quanto ao destino eterno de pecadores. Tais pressupostos também estão presente nas ideias predestinacionistas de Lutero não só no *De Servo Arbitrio*, mas em outros escritos de sua autoria, o que nos leva a afirmar que o conceito de predestinação de Lutero é bastante semelhante ao conceito esposado pelo bispo de Hipona. No nosso entender, o conceito ensinado por Agostinho, pode ser igualmente denominado de *predestinação distintiva*.

Possivelmente, o conceito de predestinação de Lutero, também tenha sofrido alguma influência dos elementos da epistemologia nominalista da *via moderna*, através de dois de seus pressupostos fundamentais: sua negação dos “universais” e a ideia do poder absoluto de Deus (*potentia dei absoluta*).

Do *primeiro* ponto, Lutero pode ter herdado a ideia de uma salvação efetuada na cruz de modo particularista, procedente do enaltecimento nominalista do singular em detrimento ao universal, onde apenas alguns indivíduos, e não todos os seres humanos, herdarão a vida eterna. Do *segundo*, seu conceito de predestinação pode ter herdado a ideia de que a soberana vontade divina é livre para decidir quem será salvo ou não. Pode-se observar este pressuposto, presente na teologia ockhamista, principalmente em *A Epístola do Bem-aventurado Apóstolo Paulo aos Romanos* e no *De Servo Arbitrio*.

Lutero pode ter sido também influenciado em seu conceito de predestinação,

mesmo que indiretamente, pelas ideias predestinacionistas de Thomas Bradwardine e Gregório de Rimini, importantes expoentes da chamada *schola Augustiniana moderna*. Embora partissem de pressupostos soteriológicos diferentes quanto à formulação de seus conceitos predestinacionistas, ambos defenderam uma doutrina da predestinação semelhante à de Agostinho, onde eleição e reprovação são ações divinas ligadas à salvação e condenação de seres humanos, elementos também presentes no conceito de *predestinação distintiva* de Lutero.

O conceito de predestinação de Lutero apresentado no *De Servo Arbitrio*, porém, não ficou circunscrito apenas à uma *predestinação distintiva*. Em sua resposta a Erasmo sobre o texto de Ezequiel 18.23, Lutero apresentou, a partir da distinção entre a vontade do Deus *absconditus* e do Deus *revelatus*, um segundo aspecto relacionado ao seu conceito de predestinação: uma vontade divina em querer salvar a todos os pecadores. O Deus *absconditus*, em sua vontade, elege e reprovava pecadores. O Deus *revelatus*, revelado nas Escrituras, quer, segundo Mateus 23.37 e I Timóteo 2.4, que todos os seres humanos cheguem à salvação.

A partir desta distinção entre a vontade do Deus *absconditus* e o Deus *revelatus*, Lutero acabou propondo um conceito de predestinação tensionado, contemplador de dois aspectos, onde a *predestinação distintiva* (eleição e reprovação) é afirmada paradoxalmente à vontade divina em querer salvar a todos os pecadores. Ligado ainda a este *segundo* aspecto, está o pressuposto, de que a perdição eterna de alguém se deve à sua vontade ímpia em rejeitar a salvação que lhe é oferecida na cruz do Calvário. Neste sentido, uma ação *monérgica* salvífica é preservada, assim como a culpabilidade dos pecadores quanto à sua condenação.

Quando comparamos o conceito de predestinação apresentado no *De Servo Arbitrio* com o conceito apresentado no comentário sobre *A Epístola do Bem-aventurado Apóstolo Paulo aos Romanos*, podemos constatar que ambos propõem os mesmos elementos componentes de uma *predestinação distintiva*.

Entretanto, a análise exegética do texto de I Timóteo 2.4 nesta obra e a realizada no *De Servo Arbitrio*, destoam. Enquanto no comentário aos *Romanos*, Lutero entende ser a salvação restrita apenas aos eleitos, sugerindo um conceito de predestinação que contemple apenas uma *predestinação distintiva*, naquela que consideramos sua *opus magnum*, ele propõe, como supramencionado, uma interpretação que contempla paradoxalmente eleitos e réprobos sob a vontade do

*Deus absconditus* e a vontade do *Deus pregado* ou *revelado* em querer salvar a todos os seres humanos. Como harmonizar esta diferença?

*Primeiro*, deve-se ter em conta que o comentário aos *Romanos*, foi escrito em uma época em que o desenvolvimento da soteriologia proposta por Lutero em 1525 ainda estava em sua fase inicial. A própria distinção entre o *Deus absconditus* e o *Deus revelatus*, ainda não havia surgido na teologia de Lutero com a força que irromperia posteriormente.

*Segundo*, o seu conceito predestinacionista neste momento não havia sido trabalhado com a mesma intensidade como foi no *De Servo Arbitrio*, onde a doutrina da predestinação torna-se imprescindível para a discussão sobre livre-arbítrio e salvação. A partir da necessidade de um desenvolvimento maior do assunto, é plausível que o reformador apresentasse uma análise diferente ou que contemplasse aspectos que ainda não estavam presentes na sua teologia em 1515-1516.

A fim de evitarmos uma conclusão anacrônica, podemos afirmar que, referente à comparação entre estes dois escritos, Lutero apresentou uma soteriologia paradoxal em sua obra posterior, *De Servo Arbitrio*, sem deixar de lado a ideia de uma *predestinação distintiva*, presente em sua obra *A Epístola do Bem-aventurado Apóstolo Paulo aos Romanos*.

Em sua *Preleção sobre a Primeira Epístola de João* e em seu *Comentário à Epístola aos Gálatas*, podemos observar a manutenção e o destaque do *segundo* aspecto componente do conceito de predestinação ensinado no *De Servo Arbitrio*: o desejo em Deus<sup>380</sup> em querer salvar a todos os seres humanos, evidenciado na *propiciação* feita na cruz por toda a raça humana. Isto demonstra que não houve necessariamente um desenvolvimento ou modificação no conceito de predestinação de Lutero nestas obras quando comparadas ao *De Servo Arbitrio*, mas sim, uma acentuação do ensino da *gratia universalis* em relação à *predestinação distintiva*.

Na *Preleção sobre a Primeira Epístola de João*, Lutero, ao comentar o texto de I João 2.2, afirma que Cristo na cruz do Calvário se *tornou propiciação* pelos pecados do mundo inteiro. Aqui, além de realçar a vontade do *Deus revelatus*, nos parece que o reformador, ao invés de apresentar uma interpretação de seus comentários a fim de harmonizá-los de alguma maneira com a ideia de uma

---

<sup>380</sup> Aqui, trata-se do *Deus revelatus*.

*predestinação distintiva*, preferiu apenas trazer à tona o que entendeu ser o sentido claro tanto do termo *propiciação* presente no texto joanino: não um universalismo, mas o perdão dos pecados que se torna eficaz, apenas na vida dos que creem em Cristo como Salvador.

O mesmo ocorre com seus comentários sobre os textos relacionados à epístola aos Gálatas. Ao deparar-se com passagens bíblicas que indicavam que Cristo propiciou os pecados da humanidade, Lutero reafirma uma das partes de seu conceito paradoxal de predestinação: o Deus revelado nas Escrituras não quer, a morte do que morre.

Uma aparente contradição argumentativa acontece, porém, quando neste mesmo escrito, ele apresenta interpretações diferentes sobre versículos pertencentes ao mesmo capítulo da epístola aos Gálatas. Em Gálatas 1.4, Lutero vai falar de uma propiciação de Cristo por todos os seres humanos. Já em Gálatas 1.15, ao lidar com o chamado de Paulo (não somente o ministerial, mas à salvação), ele apresenta o termo “eleito”, evidenciando sua ideia de uma *predestinação distintiva*. Seriam estas, flagrantes contradições, presentes em um mesmo texto?

Entendemos que não. Lutero pode estar, ao menos neste texto em particular, apresentando mais uma vez, como no *De Servo Arbitrio*, sua teologia paradoxal, enfatizando e assumindo, uma interpretação que coloca lado a lado a *predestinação distintiva* e a vontade do *Deus revelatus* em querer salvar a todos os seres humanos. No segundo texto (Gl 1.15), o reformador coloca em relevo apenas o aspecto positivo da predestinação (eleição) do apóstolo dos gentios. Isto não significa que ele não creia no aspecto negativo da predestinação, a reprovação, e sim, que não abordou este assunto ao comentar o texto em questão, pois entende que o mesmo não trata deste ponto.

Esta é outra característica presente na teologia de Lutero, ressaltada em alguns momentos desta Dissertação. Lutero não era um teólogo sistemático. Escreveu suas obras de acordo com as demandas que se lhe apresentavam. Isso significa que sua teologia é contraditória e incoerente? De forma alguma. Significa que ele, como supramencionado, ao interpretar um texto bíblico, trazia à tona aquilo que entendia ser o sentido original pretendido pelo autor do texto. E isto, sem se preocupar em harmonizá-lo teologicamente quando comparava-o com outros textos que, ao tratar do mesmo assunto em questão, pareciam apresentar proposições contrárias.

A comparação entre as assertivas predestinacionistas presentes no *De Servo Arbitrio* e nos *Artigos de Esmalcalde*, envolve uma questão de cunho um pouco diferente das tratadas nas comparações já realizadas. Nesta segunda obra, os “*Schwärmer*”, estavam propondo, a partir da “falsa segurança” de sua suposta eleição, que as pessoas cristãs vivessem impiedosamente e de modo antinomiano. Lutero lhes responde, afirmando que a eleição está vinculada à uma vida de santidade. Esta obviamente, não é a causa da salvação; se alguém é salvo, é salvo por pura graça de Cristo. Mas o eleito é chamado a viver uma vida de santidade.

Lutero, porém, ao trazer à tona o exemplo dos pecados cometidos pelo rei Davi, refere-se à uma ausência ou abandono do Espírito Santo de Deus em sua vida. Teria Davi se apostatado da fé? Em todo o *De Servo Arbitrio*, ele deixa claro que a salvação dos pecadores depende única e exclusivamente da vontade bondosa de Deus. Quando, portanto, refere-se à uma ausência ou abandono do Espírito Santo de Deus na vida de Davi, é plausível que esteja falando de uma ruptura de comunhão momentânea entre o rei de Israel e o Seu Deus, e não à perda da salvação.

Se Lutero tivesse supostamente apresentando a ideia de uma possível perda da salvação eterna, como poderíamos explicar por que, em 9 de julho de 1537, mesmo ano em que foram escritos *Os Artigos de Esmalcalde*, ele endereçaria ao doutor em teologia, Wolfgang Capito, uma carta destacando à importância do *De Servo Arbitrio*, obra onde defende peremptoriamente a segurança salvífica do eleito? Vejamos o que Lutero escreveu:

Graça e Paz em Cristo! [...] Em relação [ao plano] de coletar meus escritos em volumes, estou bastante calmo e nada ansioso porque, despertado por uma fome Saturniana, prefiro vê-los todos devorados. Pois reconheço que nenhum deles é realmente um livro meu, exceto talvez, o *Da Vontade Cativa*<sup>381</sup> e o *Catecismo*.<sup>382</sup> (tradução nossa)

Nesta carta, Lutero afirma sua apreciação por *De Servo Arbitrio*, chegando ao ponto de citá-la como uma das poucas obras dignas de preservação, caso fosse necessária a “destruição” de seus escritos. Se houvesse algum desprezo sobre o que

---

<sup>381</sup> Ou *De Servo Arbitrio*.

<sup>382</sup> “Grace and peace in Christ! [...] Regarding [the plan] to collect my writings in volumes, I am quite cool and not at all eager about it because, roused by a Saturnian hunger, I would rather see them all devoured. For I acknowledge none of them to be really a book of mine, except perhaps the one *On the Bound Will and the Catechism*.” LUTHER, Martin. Letters III. In: **Luther’s Works**. 2 reimpr. Philadelphia: Fortress Press, 1980. v. 50. p. 171-172.

escreveu em *De Servo Arbitrio* quanto ao seu conceito de predestinação, dificilmente Lutero teria tecido os elogios que fez à Wolfgang sobre esta obra.

Nos dois últimos escritos analisados nesta pesquisa, a *Preleção sobre Gênesis* (1535-1545) e o *Prefácio aos Romanos* (1546), encontramos os dois aspectos constituintes do conceito de predestinação paradoxal apresentado por Lutero no *De Servo Arbitrio*, a partir da vontade do *Deus absconditus* e do *Deus revelatus*: o desejo de salvar toda a humanidade, bem como uma *predestinação distintiva*.

Nas *Preleções em Gênesis*, a ênfase sobre o Cristo que quer salvar todos os homens é bastante presente, apontando para um dos aspectos componentes de suas ideias predestinacionistas apresentadas em sua teologia tensionada. Foi durante a redação deste escrito, que Lutero escreveu a correspondência anônima supracitada no capítulo *quatro*, onde ele afirma ao seu correspondente, o qual desconhecemos, não ser da vontade de Deus criar, predestinar ou escolher pecadores para serem condenados. Poderia se inferir, a partir destes escritos mais recentes, um abandono ou modificação da *predestinação distintiva* ensinada por Lutero em seus escritos mais antigos?

Pensamos que não. A ausência de textos em suas obras escritas mais tardiamente, que registrem a deserção absoluta de qualquer um de seus pressupostos predestinacionistas ensinados durante sua vida, propõe certa cautela para que não se faça uma leitura equivocada dos registros à disposição.

E como supramencionado no capítulo *cinco*, um dos últimos registros da pena do reformador, foi a revisão do *Prefácio aos Romanos* escrito em 1522. Nesta segunda edição de 1546, não encontramos a mudança de uma linha sequer de seu pensamento em relação ao que escreveu sobre a doutrina da predestinação na edição de 1522. Por isso, reafirmamos: se houve um momento para qualquer alteração seria este, o que não ocorreu, ficando claro nesta edição de 1546 do *Prefácio aos Romanos*, a manutenção de uma *predestinação distintiva* no conceito de predestinação ensinado por Lutero.

Concluimos, portanto, que no tocante ao que escreveu em suas obras, embora não tenha deixado de crer em uma *predestinação distintiva*, Lutero enfoca este tema em sua teologia de maneira paradoxal com a vontade de Deus em querer



salvar a humanidade na cruz. O paradoxo é uma das características da teologia do reformador.

E no tocante à comparação entre este conceito de predestinação paradoxal e o conceito apresentado na *Fórmula de Concórdia*, quais as semelhanças e dessemelhanças foram constatadas nesta Dissertação?

A análise realizada no capítulo de número *cinco* entre estes conceitos, aponta para a preservação de apenas um dos aspectos da teologia predestinacionista de Lutero por parte dos autores da *Fórmula*: a vontade do Deus *revelatus* em querer salvar a todos seres humanos, embora nem todos aceitem tal oferta.

Ao afirmar tais pressupostos dogmáticos, os confessores mantiveram os seguintes elementos presentes no conceito de predestinação de Lutero: o aspecto positivo da predestinação (eleição), uma salvação *monérgica*, uma reprovação proveniente da culpabilidade humana e não de uma ação da parte de Deus em reprovar aos seres humanos, condenando-os eternamente.

Também estes preservaram as assertivas sobre o desejo de Deus em salvar a todos pecadores, expresso em sua Palavra em diversos textos. Entretanto, o abandono de um dos aspectos compositores do conceito predestinacionista de Lutero, seria um sinal de enfraquecimento da ligação entre as ideias do líder do luteranismo e as ideias dos confessores da geração posterior à sua morte?

Não necessariamente. Em *primeiro* lugar, a própria preservação de um dos aspectos do conceito de predestinação de Lutero faz com que intrinsecamente a identidade confessional seja, ao menos parcialmente, preservada. Em *segundo* lugar, o conceito de predestinação sistematizado na *Fórmula* visava deixar clara a distinção do ensino propagado por grupos que apoiavam uma *dupla predestinação absoluta*, a qual, não consideravam como escriturística. E *terceiro*, os confessores podem ter seguido a Lutero em sua ênfase crescente, registrada em suas últimas reflexões, em afastar-se cada vez mais, como afirmou Hägglund, da conexão entre a vontade do Deus *absconditus* e a doutrina da predestinação.

Quanto às indagações, semelhante às feitas a Lutero, sobre como harmonizar logicamente um processo *monérgico* com uma *gratia universalis*, suas assertivas seguiram na mesma direção do reformador: não cabe a nós sabermos nada do porquê dos mistérios divinos. Se alguém é salvo, Deus o salvou, se condenado, o é por sua

própria culpa. Portanto, podemos inferir que os confessores, à semelhança de Lutero, acabaram por apresentar também, uma teologia predestinacionista tensionada ou paradoxal.

Esta perspectiva predestinacionista de Lutero e da confessionalidade luterana, pode contribuir consideravelmente para o anúncio de uma mensagem que vise única e exclusivamente a Glória de Deus, ao menos, em *três* aspectos. Para que isto ocorra efetivamente, o conhecimento acerca da soteriologia luterana precisa sair do enclausuramento acadêmico e ser anunciado para além da circunscrição na qual se encontra. Senão, corre o risco de se tornar expressivo apenas para poucos privilegiados transeuntes do espaço acadêmico, restringindo uma riqueza teológica a ser compartilhada com pessoas cristãs de outras vertentes confessionais.

Em *primeiro* lugar, tal perspectiva é relevante para que algumas denominações evangélicas brasileiras, propagadoras de uma espiritualidade calçada em um *sinergismo* equivocado, sejam confrontadas em amor, e redescubram a mensagem evangélica da justificação somente pela fé, fortemente amparada por uma soteriologia *monérgica*.

Em *segundo* lugar, tal perspectiva apresenta a ênfase crescente em Lutero nos últimos anos de sua vida, em uma abordagem *poimênica* quanto à doutrina da predestinação. Esta, se compartilhada, pode ajudar corações temerosos em relação às dúvidas quanto à sua eleição, a encontrar consolo no ensino das Escrituras sobre a bondosa eleição divina. Os que depositaram sua fé no sacrifício de Cristo na cruz, podem descansar: Ele os salvou.

E *terceiro* e último, tal perspectiva está vinculada à uma teologia tensionada. Uma teologia tensionada, lida com textos das Escrituras que parecem ser contraditórios sem fugir. E por mais que não forneça uma solução categoricamente aristotélica, é uma teologia honesta, que se curva diante dos mistérios de Deus, dando à Ele, toda a Glória que já Lhe pertence.

É uma teologia humilde, que se rende à sabedoria divina e confessa nossa ignorância como seres humanos: “Ó profundidade da riqueza, tanto da sabedoria como do conhecimento de Deus! Quão insondáveis são os seus juízos, e quão inescrutáveis, os seus caminhos! Quem, pois, conheceu a mente do Senhor? Ou quem foi seu conselheiro? Ou quem primeiro deu a ele para que Lhe venha a ser

restituído? Porque dele, e por meio dele, e para ele são todas as coisas. A ele, pois, a glória eternamente. Amém! (Rm 11.33-36)".<sup>383</sup>

Este texto *doxológico*, escrito por Paulo, demonstra a finitude humana quando comparada à mente do Senhor. A teologia tensionada de Lutero e dos confesores luteranos rende-se à esta finitude. A doutrina da predestinação, quando vivenciada nesta perspectiva, torna-se mais que mera especulação, leva à humilde adoração ao Deus Todo-Poderoso e torna-se *sola fide*.

Curvemo-nos diante de nosso Salvador, confessando nossa incapacidade de compreender estes mistérios, e exclamemos em adoração juntamente com Lutero: "Somos mendigos. Eis a verdade".<sup>384</sup>

---

<sup>383</sup> BÍBLIA, 2017, p. 1913.

<sup>384</sup> BAESKE, A. Introdução In: LUTERO, Martinho. Trabalhos do Frei Martinho Lutero nos Salmos apresentados aos Estudantes de Teologia em Wittenberg. In: **Obras selecionadas**: Interpretação Bíblica: princípios. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2003. v. 8. p. 334.



## REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, Santo, Bispo de Hipona. A predestinação dos santos. In: **A Graça (II)**. Tradução de Agostinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 1999.
- ALTHAUS, Paul. **A teologia de Martinho Lutero**. Tradução de Horst Kuchenbecker. Canoas: ULBRA, 2008.
- ARCHER, Gleason L. **Enciclopédia de Dificuldades Bíblicas**. reimpr. São Paulo: Vida, 1998.
- AS CRÔNICAS DE NARNIA**: o Leão, a feiticeira e o guarda-roupa. Direção de Andrew Adamson, Produção de Mark Johnson. Nova Zelândia, WALT DISNEY PICTURES e WALDEN MEDIA, 2005. 1 DVD (aprox. 143 min). Widescreen, color.
- BAESKE, A. Introdução. In: LUTERO, Martinho. Trabalhos do Frei Martinho Lutero nos Salmos apresentados aos Estudantes de Teologia em Wittenberg. In: **Obras Selecionadas: Interpretação Bíblica: princípios**. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2003. v. 8. p. 333-348.
- BAVINCK, Herman. O conselho divino. In: BOLT, John (Org). **Dogmática reformada: Deus e a criação: volume 2**. São Paulo: Cultura Cristã, 2012. p. 345-408.
- BAYER, Oswald. **A teologia de Martim Lutero: uma atualização**. Tradução de Nélio Schneider. São Leopoldo: Sinodal, 2007.
- BECK, Nestor L. J. Introdução. In: LUTERO, Martinho. Comentário à Epístola aos Gálatas. In: **Obras Selecionadas: Interpretação do Novo Testamento: Gálatas - Tito**. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia; Canoas: ULBRA, 2008. v. 10. p. 17-22.
- BECKER, Siegbert W. **The Foolishness of God: the place of reason in the theology of Martin Luther**. Milwaukee: Northwestern Publishing House, 1982.
- BERKHOF, Louis. **Teologia Sistemática**. Tradução de Odayr Olivetti. Campinas: Luz para o Caminho, 1990.
- BESSA, Josemar. **História da Humanidade: a Idade Média e o Renascimento - c. 1050 - c. 1500 - Parte I**. Disponível em: <<http://jbhistoria.blogspot.com/2006/07/idade-mdia-e-o-renascimentoc-1050-c.ht>>. Acesso em: 22 jun. 2019.
- BÍBLIA de Estudo da Reforma**. Tradução de João Ferreira de Almeida, ed. rev. e atual. 2 ed. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2017.
- BLOCK, Daniel I. **Comentários do Antigo Testamento - Ezequiel: volume 2 - capítulos 25 a 48**. Tradução de Déborah Agria Melo da Silva e Sylvia Oliveira Nocetti. São Paulo: Cultura Cristã, 2012. 2 v.
- BRAATEN, Carl E. Prolegômenos à dogmática cristã. In: BRAATEN, Carl E.; JENSON, Robert W. (Eds) et al. **Dogmática cristã: volume 1**. 3 ed. São Leopoldo: Sinodal, 2005. 2 v.

BRUNNER, Emil. **A Doutrina Cristã de Deus: dogmática: volume 1.** São Paulo: Novo Século, 2004.

DANIEL, Silas. **Arminianismo: a mecânica da salvação:** uma exposição histórica, doutrinária e exegética sobre a graça de Deus e a responsabilidade humana. 2 ed. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2017.

DIAS, Silas Barbosa. Verbetes Predestinação. In: BORTOLLETO FILHO, Fernando (Org) et al. **Dicionário Brasileiro de Teologia.** São Paulo: ASTE, 2008.

DREHER, Martin N. Introdução. In: LUTERO, Martinho. Da Vontade Cativa. In: **Obras Selecionadas: Debates e Controvérsias, II.** São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1993. v. 4. p. 11-16.

DREHER, Martin N. Introdução. In: LUTERO, Martinho. Prefácios aos livros bíblicos. In: **Obras Selecionadas: Interpretação Bíblica: princípios.** São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2003. v. 8. p. 19-20.

EBELING, Gerhard. **O pensamento de Lutero:** uma introdução. São Leopoldo: Sinodal, 1988.

FERREIRA, Franklin. Sobre arminianismo, calvinismo e o uso da história do pensamento cristão. In: **Teologia Brasileira**, v. 44, nº 84, São Paulo, Vida Nova, agosto, 2018. Disponível em: <<https://teologiabrasileira.com.br/sobre-arminianismo-calvinismo-e-o-uso-da-historia-do-pensamento-cristao/>>. Acesso em: 01 dez. 2019.

FÓRMULA DE CONCÓRDIA: Declaração Sólida - XI. Da eterna presciência e eleição de Deus. In: **Livro de Concórdia.** Tradução de Arnaldo Schüler. 5 ed. São Leopoldo: Sinodal, Porto Alegre, RS: Concórdia, 1997. p. 660-678.

FÓRMULA DE CONCÓRDIA: Epítome - XI. Da eterna presciência e eleição de Deus In: **Livro de Concórdia.** Tradução de Arnaldo Schüler. 5 ed. São Leopoldo: Sinodal, Porto Alegre, RS: Concórdia, 1997. p. 531-536.

GASSMANN, Günther; HENDRIX, Scott. **As Confissões Luteranas:** introdução. Tradução de Enio R. Mueller. São Leopoldo: Sinodal, 2002.

GEORGE, Timothy. **Teologia dos reformadores.** Tradução de Gérson Dudus e Valéria Fontana. São Paulo: Vida Nova, 1994.

GINGRICH, F. Wilbur; DANKER, Frederick W. **Léxico do Novo Testamento Grego/Português.** Tradução de Júlio P.T. Zabatiero. 2 reimpr. São Paulo: Vida Nova, 1991.

GRUDEM, Wayne A. **Teologia Sistemática:** atual e exaustiva. Tradução de Norio Yamakami et al. 8. reimpr. São Paulo: Vida Nova, 2012.

HÄGGLUND, Bengt. **História da teologia.** Porto Alegre: Concórdia, 1999.

HENDRIKSEN, William. **Comentário do Novo Testamento - Gálatas.** Tradução de Valter G. Martins. São Paulo: Cultura Cristã, 2009.

HENDRIKSEN, William. **Comentário do Novo Testamento - Romanos**. 2 ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2011.

HOUAISS, Antônio; VILLAR Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

INTRODUÇÃO. [FÓRMULA DE CONCÓRDIA]. In: **Livro de Concórdia**. Tradução de Arnaldo Schüler. 5 ed. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1997. p. 498.

INTRODUÇÃO. [Os Artigos de Esmalcalde]. In: **Livro de Concórdia: as Confissões da Igreja Evangélica Luterana**. Tradução de Arnaldo Schüler. 5 ed. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1997. p. 306.

JACOBS, Paul; KRIENKE, Hartmut. Verbetes Presciência, Providência, Predestinação. In: COENEN, Lothar; BROWN, Colin (Orgs). **Dicionário internacional de teologia do Novo Testamento**. Tradução de Gordon Chown. reimpr. São Paulo: Vida Nova, 2000. 2 v. p. 1792-1798.

KISTEMAKER, Simon. **Comentário do Novo Testamento - Exposição de Hebreus**. Tradução de Marcelo Tolentino e Paulo Arantes. 2 ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2013.

KOLB, Robert; TRUEMAN Carl R. **Entre Wittenberg e Genebra: teologia luterana e reformada em diálogo**. Tradução de Josaiás Cardoso Ribeiro Júnior. Brasília DF: Monergismo, 2017.

LA BROSSE, Olivier de; HENRY, Antonin-Marie; ROUILLARD, Philippe. **Dicionário de termos da fé**. Aparecida: Santuário; Porto: Editorial Perpétuo Socorro, [199-].

LEPPIN, Volker. Teologia na Idade Média tardia. In: KAUFMANN, Thomas et al (Orgs). **História Ecumênica da Igreja 2: da alta Idade Média até o início da Idade Moderna**. Tradução de Irineu J. Rabuske. São Paulo: Loyola: Paulus; São Leopoldo: Sinodal, 2014. 2 v.

LINK, Hans-Georg; BROWN, Colin. Verbetes: Reconciliação, Restauração, Propiciação, Expição. In: COENEN, Lothar; BROWN, Colin (Orgs). **Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento**. reimpr. São Paulo: Vida Nova, 2000. 2 v. p. 1947-1962.

**LIVRO DE CONCÓRDIA**. Tradução de Arnaldo Schüler. 5 ed. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1997.

LOEWENICH, Walther von. **A Teologia da Cruz de Lutero**. Tradução de Walter O. Schlupp. São Leopoldo: Sinodal, 1988.

LOHSE, Bernhard. **A fé cristã através dos tempos**. São Leopoldo: Sinodal, 1972.

LOUW, Johannes P; NIDA, Eugene A. (Eds.). **Léxico Grego - Português do Novo Testamento baseado em domínios semânticos**. Tradução de Vilson Scholz. Barueri; Sociedade Bíblica do Brasil, 2013.

LUTERO, Martinho. A Epístola do Bem-aventurado Apóstolo Paulo aos Romanos. In: **Obras Selecionadas: Interpretação Bíblica: princípios**. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2003. v. 8. p. 235-330.

LUTERO, Martinho. Comentário à Epístola aos Gálatas. In: **Obras Selecionadas: Interpretação do Novo Testamento: Gálatas - Tito**. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia; Canoas: ULBRA, 2008. v. 10. p.15-557.

LUTERO, Martinho. Comentário de Lutero sobre suas Teses Debatidas em Leipzig. In: **Obras Selecionadas: Os Primórdios: escritos de 1517 a 1519**. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1987. v. 1. p. 333-384.

LUTERO, Martinho. Da Vontade Cativa. In: **Obras Selecionadas: Debates e Controvérsias, II**. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 1993. v. 4. p. 11-216.

LUTERO, Martinho. Os Artigos de Esmalcalde. In: **Livro de Concórdia: as Confissões da Igreja Evangélica Luterana**. Tradução de Arnaldo Schüler. 5 ed. São Leopoldo: Sinodal, Porto Alegre, RS: Concórdia, 1997. p. 305-341.

LUTERO, Martinho. Prefácio à Epístola de S. Paulo aos Romanos. In: **Obras Selecionadas: Interpretação Bíblica: princípios**. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2003. v. 8. p. 129-141.

LUTERO, Martinho. Prefácio ao Livro de Jó. In: **Obras Selecionadas: Interpretação Bíblica: princípios**. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2003. v. 8. p. 32-33.

LUTERO, Martinho. Preleção sobre a Primeira Epístola de João. In: **Obras Selecionadas: Interpretação do Novo Testamento: João 14-16 - 1 João**. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia; Canoas: ULBRA, 2010. v. 11. p. 441-547.

LUTHER, Martin. Lectures on Genesis: Chapters 26-30. In: **Luther's Works**. Saint Louis: Concordia Publishing House, 1968. v. 5. p. 1-386.

LUTHER, Martin. Letters III. In: **Luther's Works**. 2 reimpr. Philadelphia: Fortress Press, 1980. v. 50. p. 1-318.

LUTHER, Martin. Table Talk recorded by Veit Dietrich, 1531-1533. In: **Luther's Works**. 5 reimpr. Saint Louis: Concordia Publishing House; Philadelphia: Fortress Press. 1983. v. 54. p. 3-114.

MAHAN, Henry T. **Pequenos Comentários Peregrino: Romanos**. Lisboa: Peregrino, 1987.

MATZAT, Don. Martin Luther and the Doctrine of Predestination. In: **Issues, Etc. Journal**. Vol. 1. N. 8. October, 1996. Disponível em: <[https://www.issuesetcarchive.org/issues\\_site/resource/journals/v1n8.htm](https://www.issuesetcarchive.org/issues_site/resource/journals/v1n8.htm)>. Acesso em: 19 maio. 2020.



McGRATH, Alister E. **Lutero e a Teologia da Cruz: a ruptura teológica de Martinho Lutero**. São Paulo: Cultura Cristã, 2014.

McGRATH, Alister E. **Origens intelectuais da Reforma**. São Paulo: Cultura Cristã, 2007.

McGRATH, Alister E. **Teologia sistemática, histórica e filosófica: uma introdução à teologia cristã**. 3 reimpr. São Paulo: Shedd Publicações, 2010.

MUELLER, John T. **Dogmática Cristã**. Tradução de Martinho L. Hasse. 4 ed., rev. e ampl. Porto Alegre: Concórdia, 2004.

OLSON, Roger E. **A diferença quase completamente desconhecida que faz toda a diferença (entre cristãos e cultura e entre cristãos e cristãos)**. Tradução de Samuel Paulo Coutinho Disponível em: <<https://deusamouomundo.com/calvinismo/nominalismo-voluntarismo>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

PELIKAN, Jaroslav. **A tradição cristã: uma história do desenvolvimento da doutrina: o surgimento da tradição católica, 100-600, volume 1**. reimpr. São Paulo: Shedd Publicações, 2017.

PELIKAN, Jaroslav. **A tradição cristã: uma história do desenvolvimento da doutrina: a reforma da Igreja e o dogma, 1300-1700, volume 4**. São Paulo: Shedd Publicações, 2016.

RIETH, Ricardo W. Introdução. In: LUTERO, Martinho. A Epístola do Bem-Aventurado Apóstolo Paulo aos Romanos. In: **Obras Selecionadas: Interpretação Bíblica: princípios**. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, 2003. v. 8. p. 237-254.

RIETH, Ricardo W; BRANDENBURG, Yedo. Introdução Geral. In: LUTERO, Martinho. Preleção sobre Gênesis. In: **Obras Selecionadas: Interpretação do Antigo Testamento: textos selecionados da Preleção sobre Gênesis**. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia; Canoas: ULBRA, 2014. v. 12. p. 9-11.

ROBERTSON, A. T. **Comentário Lucas: à luz do Novo Testamento grego**. Tradução de Luís Aron de Macedo. São Paulo: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2013.

SEIBERT, Erní Walter. **Introdução às Confissões Luteranas: sua atualidade e relevância**. Porto Alegre: Concórdia, 2000.

SEIFRID, Mark A. Romanos. In: BEALE, G. K.; CARSON, D. A. (Orgs). **Comentário do uso do Antigo Testamento no Novo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 2014.

SPROUL, R. C. **A Reforma Resgatou o Evangelho**. Disponível em: <<https://www.thegospelcoalition.org/pt/article/a-reforma-resgatou-o-evangelho/>>. Acesso em: 21 jul. 2019.

SPROUL, R. C. **Sola Gratia**: a controvérsia sobre o livre-arbítrio na História. São Paulo: Cultura Cristã, 2001.

STOTT, John R. W. **A mensagem de Gálatas**: somente um caminho. Tradução de Yolanda Mirksa Krievin. 7 reimpr. São Paulo: ABU, 2016.

STOTT, John R. W. **A mensagem de Romanos**. Tradução de Silêda e Marcos D. S. Steuernagel. reimpr. São Paulo: ABU, 2001.

SWAN, James R. **A Doutrina da Predestinação de Lutero é “Reformada”?** Disponível em: <<http://www.e-cristianismo.com.br/historia-do-cristianismo/lutero/a-doutrina-da-predestinacao-de-lutero-e-reformada.html#random>>. Acesso em: 01 dez. 2019.

UNGER, Merril F.; HARRISON, R. K. **Dicionário bíblico Unger**. Tradução de Vanderlei Ortigoza e Paulo Sérgio Gomes. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2017.

VINE, W.E; UNGER, Merril F.; WHITE JR, William. **Dicionário Vine**: o significado exegético e expositivo das palavras do Antigo e do Novo Testamento. Tradução de Luís Aron de Macedo. 7 ed. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2006.

WALTKE, Bruce K.; FREDERICKS, Cathi J. **Comentários do Antigo Testamento: Gênesis**. Tradução de Valter Graciano Martins. São Paulo: Cultura Cristã, 2010.

WATSON, Philip S. **Deixa Deus ser Deus**: uma interpretação da teologia de Martinho Lutero. Tradução de Paulo F. Flor. Canoas: ULBRA, 2005.

WIERSBE, Warren W. **Comentário Bíblico Expositivo**: Novo Testamento: volume II. Tradução de Susana E. Klassen. Santo André: Geográfica, 2006.

WITT, Osmar L. Introdução. In: LUTERO, Martinho. Preleção sobre a Primeira Epístola de João. In: **Obras Selecionadas**: Interpretação do Novo Testamento: João 14-16, 1 João. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia; Canoas: ULBRA, 2010. v. 11. p. 443-448.

ZACARIAS, William Felipe. **Breve apresentação da Fórmula de Concórdia: história e hermenêutica**. Disponível em: <[academia.edu/11874462/Breve\\_apresentação\\_da\\_Fórmula\\_de\\_Concórdia\\_História\\_e\\_Hermenêutica](http://academia.edu/11874462/Breve_apresentação_da_Fórmula_de_Concórdia_História_e_Hermenêutica)> Acesso em: 10 mar. 2020.